

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
PRÓ REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

LUIS CARLOS NUNES MORAES

**ATUAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA BRASILEIRA: RELIGIÃO  
E POLÍTICA NA CÂMARA FEDERAL DOS DEPUTADOS (2003-2022)**

TERESINA – PI  
2023

LUIS CARLOS NUNES MORAES

**ATUAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA BRASILEIRA: RELIGIÃO  
E POLÍTICA NA CÂMARA FEDERAL DOS DEPUTADOS (2003-2022)**

Relatório da Dissertação apresentado  
como requisito obrigatório no Programa  
de Pós-Graduação em Sociologia da  
Universidade Federal do Piauí.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Pereira de  
Farias

Área de concentração: Processos, Atores  
e Desigualdades

Linha de pesquisa:  
Estado, Territorialidades e Processos  
Sociais

TERESINA – PI  
2023

LUIS CARLOS NUNES MORAES

**ATUAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA BRASILEIRA: RELIGIÃO  
E POLÍTICA NA CÂMARA FEDERAL DOS DEPUTADOS (2003-2022)**

Relatório da Dissertação apresentado como requisito obrigatório no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí, Linha de Pesquisa: Estado, territorialidades e processos sociais.

Aprovada em 30 de agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Francisco Pereira de Farias  
Universidade Federal do Piauí – UFPI  
Presidente

---

Prof. Dr. Vitor Eduardo Veras de Sandes Freitas  
Universidade Federal do Piauí – UFPI  
Examinador externo

---

Prof. Dr. Francisco Mesquita de Oliveira  
Universidade Federal do Piauí – UFPI  
Examinador interno

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco  
Divisão de Representação da Informação

M828a Moraes, Luis Carlos Nunes.  
Atuação da Frente Parlamentar Evangélica Brasileira : religião e política na Câmara Federal dos Deputados (2003-2022) / Luis Carlos Nunes Moraes. -- 2023.  
101 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Teresina, 2023.

“Orientação: Prof. Dr. Francisco Pereira de Farias”.

1. Frente Parlamentar Evangélica. 2. Política. 3. Religião.  
I. Farias, Francisco Pereira de. II. Título.

CDD 320.55

## **AGRADECIMENTOS**

Chegou o momento de agradecer à todos que contribuíram para a realização deste trabalho. A conclusão desta dissertação é um marco importante na minha vida. É a realização de um sonho que persegui por muitos anos. Estou muito feliz e grato por esta conquista.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao meu orientador, Prof. Francisco Farias, pela orientação, dedicação e confiança. Seu conhecimento, experiência e disponibilidade foram fundamentais para o desenvolvimento da minha dissertação.

Agradeço à minha esposa, Merabe Pereira da Costa Moraes, pelo amor, apoio e compreensão. Você sempre esteve ao meu lado, me incentivando e me motivando a seguir em frente.

Agradeço às minhas filhas, Tainá da Costa Moraes e Talita da Costa Moraes, pelo carinho e pela alegria que me trazem todos os dias. Vocês são minha maior inspiração.

Agradeço aos meus pais, Luiz Alves de Moraes e Maria Berenice Nunes Moraes, pelo amor, carinho e apoio incondicional. Vocês sempre acreditaram em mim e me incentivaram a seguir meus sonhos.

Agradeço a todos os professores, colegas de curso e amigos que me apoiaram ao longo desta jornada.

E, finalmente, agradeço ao Senhor Jesus, que foi a minha força e inspiração durante todo o processo de pesquisa e escrita desta dissertação. Sua palavra me deu ânimo nos momentos de dificuldade e me ajudou a manter o foco nos meus objetivos.

Agradeço a Deus por ter colocado pessoas tão especiais em minha vida. Com o apoio de todos vocês, pude realizar este sonho e alcançar uma importante conquista em minha carreira profissional.

Agradeço a todos por fazerem parte desta jornada.

## RESUMO

O discurso religioso ganhou destaque no Brasil, com os parlamentares evangélicos buscando maior influência na política. Desde sua criação em 2003, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) se tornou um ator significativo na política partidária brasileira, com a participação de seus membros em momentos cruciais, especialmente na defesa de valores conservadores. O objetivo da pesquisa é o estudo da atuação da FPE no período de 2003 a 2022. Com o intuito de alcançar esse objetivo, utilizamos os métodos qualitativos e quantitativos, e para isso examinaremos dados relacionadas às eleições e à demografia (segundo o IBGE), registros históricos sobre assuntos políticos e religiosos no Brasil, bem como publicações provenientes da imprensa e dos partidos, além da pesquisa bibliográfica e documental de caráter exploratório acerca da presença dos evangélicos na política brasileira. Verificou-se que a FPE surge no contexto do Estado Democrático, que permite a diversidade política, o que propicia o desenvolvimento da FPE e a participação dos evangélicos nas deliberações do poder político, destacando-se a interação entre religião e política na história da sociedade brasileira contemporânea. A FPE buscou influenciar a legislação sobre temas importantes para a sociedade, sendo que um dos reflexos mais notados se dá pelo crescimento exponencial da fé evangélica no Brasil. O trabalho destaca que a FPE tem uma agenda considerada conservadora, defendendo valores tradicionais, como a oposição ao aborto, aos direitos LGBTQIA+ e a promoção de questões relacionadas à família. Para defender os seus valores e interesses, a FPE lançou mão dos métodos de barganhas político-eleitorais, como por exemplo o apoio quase incondicional ao governo Bolsonaro em troca do perdão de dívidas tributárias de igrejas evangélicas, acumuladas após fiscalizações e multas aplicadas pela Receita Federal.

**Palavras-chave:** Frente Parlamentar Evangélica; evangélicos; religião; política.

## **ABSTRACT**

he religious discourse has gained prominence in Brazil, with evangelical lawmakers seeking greater influence in politics. Since its creation in 2003, the Evangelical Parliamentary Front (FPE) has become a significant player in Brazilian party politics, with its members participating in crucial moments, especially in the defense of conservative values. The research's objective is to study the FPE's performance from 2003 to 2022. In order to achieve this goal, we used qualitative and quantitative methods, examining data related to elections and demographics (according to the IBGE), historical records on political and religious matters in Brazil, as well as publications from the press and political parties. Additionally, we conducted exploratory bibliographical and documentary research regarding the presence of evangelicals in Brazilian politics. It was found that the FPE operates within the context of the Democratic State, which promotes its development and allows for political diversity and the participation of evangelicals in the deliberations of political power. This highlights the interaction between religion and politics in contemporary society's history. The FPE sought to influence legislation on important issues for society, with one of the most notable effects being the exponential growth of the evangelical faith in Brazil. The work emphasizes that the FPE has a conservative agenda, advocating for traditional values, opposing abortion, LGBTQIA+ rights, and promoting family-related issues. To defend their values and interests, the FPE employed political-electoral bargaining methods, such as providing almost unconditional support to the Bolsonaro government in exchange for the forgiveness of tax debts accumulated by evangelical churches after audits and fines imposed by the Federal Revenue Service.

Keywords: Evangelical Parliamentary Front; evangelicals; religion; politics.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Número de templos pentecostais no Brasil (1910-1970) .....	16
Gráfico 2 – Porcentagem da população católica e evangélica no Brasil (1940-2010)	17
Gráfico 3 – Número de deputados federais evangélicos eleitos de 1946 a 1991 .....	19
Gráfico 4 – Distribuição da Frente Evangélico por partido .....	66
Gráfico 5 – Temas propostos pela FPE .....	68
Gráfico 6 – Número de Deputados da Frente Evangélica que discursaram sobre Direitos Humanos por subtema .....	72
Gráfico 7 – Deputados da FPE na Comissão Especial do Impeachment de Dilma Rousseff .....	81
Gráfico 8 – Votação Impeachment Total .....	82
Quadro 1 – Composição diretiva da FPE na 52ª Legislatura (2003-2006) .....	57
Quadro 2 - Composição diretiva da FPE na 54ª Legislatura (2011-2014).....	59
Quadro 3 – Atuação do FPE .....	61
Quadro 4 – Composição diretiva da FPE na 55ª Legislatura (2015-2018).....	62
Quadro 5 – Composição diretiva da FPE na 56ª Legislatura (2019-2022).....	64

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA: FORMAÇÃO E IDENTIDADE</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>Definição.....</b>	<b>226</b>
<b>2.2</b>	<b>Missão da FPE</b>	<b>33</b>
<b>2.3</b>	<b>A identidade religiosa.....</b>	<b>35</b>
2.3.1	Teologia da Prosperidade.....	40
2.3.2	Teologia do Domínio.....	42
2.3.3	Batalha Espiritual.....	46
<b>2.4</b>	<b>A identidade política.....</b>	<b>48</b>
<b>3</b>	<b>ATUAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA (2003-2022).....</b>	<b>51</b>
<b>3.1</b>	<b>Organização .....</b>	<b>552</b>
<b>3.2</b>	<b>Estratégia da FPE .....</b>	<b>66</b>
<b>3.3</b>	<b>A FPE e os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016)</b>	<b>73</b>
3.3.1		75
3.3.2	A FPE e o <i>Impeachment</i>	78
<b>3.4</b>	<b>FPE e projeto de poder (2016-2022) .....</b>	<b>82</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>90</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>995</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A partir da reabertura democrática iniciada em 1985, diversos setores sociais têm apresentado grande mobilização para a atuação na política, principalmente no âmbito do legislativo. Entre eles estão os evangélicos que tiveram 32 representantes na Constituinte e que segue até hoje com números e atuação crescentes no Congresso Nacional.

No dia 18 de outubro de 2003 foi instituída a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) na Câmara dos Deputados sob a direção do deputado federal Adelor Vieira do PMDB de Santa Catarina e membro da Assembleia de Deus de Joinville. Esta frente parlamentar tem ganhado visibilidade, na última década, em virtude de sua atuação no processo decisório no que se relaciona a temas como o Estatuto da Família, o aborto, a união civil entre pessoas do mesmo sexo, entre outros.

No período da 52ª legislatura (2003-2006) a FPE contava com 55 deputados e 3 senadores. Na legislatura atual (56ª), bem como na legislatura anterior (55ª) conta com 195 deputados e 8 senadores, segundo informa a base de dados aberta da Câmara de Deputados, constituindo-se como uma expressiva quantidade de parlamentares que se dividem em diversos partidos e seguimentos evangélicos. Esses números mostram um crescimento notável desse grupo, principalmente em relação a legislaturas anteriores à sua oficialização, as quais apresentavam número menor e formado, principalmente, por representantes das duas maiores igrejas Pentecostais do Brasil: A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e a Assembleia de Deus (AD), como demonstra Campos (2010).

Na atual legislatura a FPE é constituída por um grande número de parlamentares oriundos de partidos diversos como PSC, PRB, PMDB, PL, PATRIOTAS, REPUBLICANOS e até PSOL, PV e PT, e de diversos seguimentos religiosos entre protestantes pentecostais e históricos como AD, IURD, Batista, Evangelho Quadrangular, Presbiteriana, entre outras, que se unem em diversos momentos na defesa de ideias compartilhados, principalmente em relação a outras frentes parlamentares. Conhecido é o fato que os partidos acima elencados, e os demais que contam com representantes na FPE, se congregam e, em geral, são líderes de denominações protestantes distintas e, às vezes, antagônicas em relação tanto às ideologias, valores morais, doutrinas, entre outros fatores, mas se

unem neste mesmo seguimento parlamentar que segundo, seu estatuto, afirma ser uma associação civil de natureza não governamental.

O objetivo da presente pesquisa é então analisar a atuação da FPE desde sua formação em 2003 até as eleições de 2022. Para atingir esse objetivo proposto, foi aplicado o método de análise de documentos, pois que entendeu-se ser a metodologia mais adequada aos propósitos deste trabalho, uma vez que essa abordagem envolve a investigação sistemática e crítica de documentos escritos, sejam eles textos, relatórios, cartas, discursos, jornais, diários, leis, regulamentos, entre outros e diante do fato de que tal metodologia busca extrair informações relevantes dos documentos estudados, examinando seu conteúdo, contexto, intenções e fontes.

Desta forma, para a concretização deste, requereu-se uma abordagem sistemática e rigorosa, envolvendo a seleção dos documentos a serem analisados, a leitura cuidadosa e atenta desses documentos, a identificação de padrões e tendências, a interpretação do significado e a contextualização dos dados encontrados. Diante disso, ao se executar a metodologia aqui referida, se pode explorar uma variedade de questões, como entender eventos históricos, investigar os processos sociais, analisar discursos políticos, estudar ideologias e conceitos religiosos relacionados à Frente Parlamentar Evangélica (Cellard , 2008).

Importante ressaltar que a análise de documentos pode ser complementada por outras metodologias de pesquisa, como entrevistas, observação participante e análise de dados quantitativos, dependendo dos objetivos e das necessidades do estudo em questão, razão pela qual se fará uso dos dados estatísticos fornecidos por bancos de dados como Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) 2006, 2010, 2018 e 2022, disponível na base de dados do Centro de Estudos de Opinião Pública - CESOP/UNICAMP - para a análise de fatores que contribuam para se entender a preferência eleitoral referente aos candidatos evangélicos, e quais as possíveis relações com a eleições de representantes para a FPE, e/ou como os parlamentares são vistos a partir da perspectiva dos entrevistados. Os documentos que fornecem dados quantitativos como o censo do IBGE do ano de 2010 e o Estudo Eleitoral Brasileiro serão analisados estatisticamente buscando-se assim uma compreensão a partir da correlação de variáveis para se testar as hipóteses do trabalho e possivelmente permitir uma visão geral sobre o comportamento tanto dos representantes políticos como dos eleitores. A aplicação quantitativa estatística na

análise dos bancos de dados e documentos oficiais disponíveis nos sítios correspondentes, serão analisados na busca de se compreender a representação política, seguindo a perspectiva de representação formal de Pitkin (1967), dos parlamentares em relação aos seus espaços eleitorais em processo de oficialização, as igrejas.

Este também se configurou como um estudo qualitativo ao se analisar os discursos dos parlamentares evangélicos em seus pronunciamentos nas sessões do senado e câmara de deputados. Sendo assim, a análise de publicações membros e dos partidos que formam a Frente Parlamentar Evangélica será feita através de uma abordagem qualitativa analisando a produção de significados das práticas discursivas via análise de discurso, observando os elementos que compõem as falas tentando identificar suas particularidades operando de forma sistemática cada fase da pesquisa.

Outro elemento que se fez necessário para conclusão deste trabalho foi a utilização do conceito de “fato social total”, este que foi introduzido pelo sociólogo francês Marcel Mauss (2001, p.191-192), o qual defende que os fenômenos sociais não podem ser adequadamente compreendidos se forem analisados de forma isolada, mas devem ser considerados em sua totalidade, levando em conta as interconexões e interdependências entre diferentes aspectos da vida social.

É dizer, um fato social total é um evento, prática ou instituição que abrange múltiplas dimensões da sociedade e influencia várias esferas da vida das pessoas. Ele engloba não apenas aspectos econômicos, políticos ou culturais, mas também incorpora elementos simbólicos, morais, religiosos e emocionais. Um fato social total é caracterizado por sua complexidade e pela interação de diversos fatores sociais. Para compreender um fato social total, é necessário analisar sua influência nas estruturas sociais, nas relações de poder, nas normas e valores culturais, nas práticas individuais e coletivas, nas representações simbólicas e nas experiências subjetivas dos indivíduos envolvidos. Dessa forma, busca-se entender como diferentes aspectos da sociedade se entrelaçam e afetam uns aos outros, fato este evidente neste trabalho, o qual abrange dentre outros assuntos, de religião, política e sociedade. Segundo Mauss (2001, p. 191-192):

Todos estes fenômenos são, a um tempo, jurídicos, econômicos, religiosos, e mesmo estéticos, morfológicos, etc. São Jurídicos, de direito privado e público, de moralidade organizada e difusa, estritamente obrigatórios ou

simplesmente lavrados e censurados, políticos e domésticos ao mesmo tempo, interessando tanto as classes sociais como os clãs e as famílias.

Assim, como já aventado anteriormente, é notório o vertiginoso crescimento das igrejas evangélicas, em especial as pentecostais, no Brasil, mesmo nas regiões onde o catolicismo ainda é maioria o que, naturalmente vem despertando a atenção de vários pesquisadores das mais diversas áreas. Muitos se interessam tanto no significado religioso que essas igrejas têm para os seus fiéis, como no que se refere ao impacto social de suas práticas religiosas.

Há mais de meio século os evangélicos são o grupo religioso a que mais cresce no Brasil, conforme *Censo Demográfico IBGE 2010*. Em levantamentos do IBGE de 2000 mostram que está crescendo o número de evangélicos em todo o País. Este dado é significativo para um *ethos* cultural no qual as pessoas, mesmo frequentando outras denominações religiosas, se declaravam católicas e garantindo a hegemonia desta religião.

Segundo dados do IBGE, há um crescimento numérico dos evangélicos quando se analisa os dados de 1980 a 2010 no Brasil, o que ocorre concomitantemente com um crescimento expressivo de evangélicos que assumiram cargos políticos no Congresso Nacional. É nesse contexto que a incipiente Bancada Evangélica de 1987 se torna o embrião da hoje poderosa e influente Frente Parlamentar Evangélica, a qual explicita de forma significativa a organização e participação significativa desse segmento religioso no cenário político brasileiro.

Debruçando-se ainda mais sobre os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 1872, os católicos representavam 99,7% da população do país. Apenas 100 anos depois, em 1970, ainda eram maioria e representavam uma presença expressiva, contando com cerca de 92% da população, contudo, nas últimas décadas, esse quadro mudou drasticamente, e com dramáticas transformações ocorreram no campo religioso que refletiram diretamente no político e social.

No censo do ano de 2010, os católicos decresceram dos 92% da década de 1970 para cerca de 64% da população. Caminho inverso aconteceu com os evangélicos, os quais no ano de 1930 contavam com meros 1,86% da população, no censo de 2010 galgaram a 22% da população brasileira, nada mais do que mais de 42 milhões de pessoas (IBGE, 2019). Importante ressaltar que o número de

2010 pode ser sensivelmente maior, haja vista que passados dez anos desde o último censo, por conta da Pandemia de covid-19 e o desinteresse do governo federal, não temos dados mais atualizados no âmbito da religiosidade, embora nesta quadra de 2023 já haja informações sobre o crescimento populacional, além de dados referentes a indígenas e quilombolas, contudo, em relação à religião temos somente projeções:

Os resultados do Censo Demográfico 2010 mostram o crescimento da diversidade dos grupos religiosos no Brasil. A proporção de católicos seguiu a tendência de redução observada nas duas décadas anteriores, embora tenha permanecido majoritária. Em paralelo, consolidou-se o crescimento da população evangélica, que passou de 15,4% em 2000 para 22,2% em 2010. Dos que se declararam evangélicos, 60,0% eram de origem pentecostal, 18,5%, evangélicos de missão e 21,8 %, evangélicos não determinados. A pesquisa indica também o aumento do total de espíritas, dos que se declararam sem religião, ainda que em ritmo inferior ao da década anterior, e do conjunto pertencente às outras religiosidades. Os dados de cor, sexo, faixa etária e grau de instrução revelam que os católicos romanos e o grupo dos sem religião são os que apresentaram percentagens mais elevadas de pessoas do sexo masculino. Os espíritas apresentaram os mais elevados indicadores de educação e de rendimentos (IBGE, 2012).

Acompanhado a este crescimento evangélica e decréscimo católico é possível notar, também, um aumento na quantidade de parlamentares evangélicos segundo levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Este crescimento também se faz acompanhado de uma maior articulação entre os parlamentares, mesmo que em partidos diferentes, na chamada Frente Parlamentar Evangélica ou “Bancada Evangélica”.

Hoje tem sido relevante se analisar este seguimento político tendo em vista o seu grande leque de atuação, pois não se restringe a arena parlamentar, mas ramifica-se do congresso aos espaços religiosos locais incentivando, articulando e negociando as candidaturas de fiéis ou dirigentes a candidatos a parlamentares, o que faz com que a análise de como se processa a atuação política de parlamentares oriundos de partidos e seguimentos evangélicos distintos constituindo uma Frente Parlamentar Evangélica enquanto corpo coletivo e/ou identidade política unificada junto ao parlamento se torne assunto essencial para a compreensão político e social atual.

Ademais, a identificação dos fatores que levam os participantes da FPE a adotarem posições, discursos e decisões semelhantes que os unificam enquanto

bancada na atuação parlamentar se configura como objetivo geral deste trabalho, sendo que a verificação das especificidades das formas de atuação da Bancada Evangélica na política brasileira, em relação aos grupos religiosos em sua articulação e negociação no Congresso Nacional e abalizar como esse engajamento político da FPE repercute na mídia, se apresentam como os objetivos específicos.

Assim é que, com o vertiginoso crescimento no número de evangélicos no Brasil, esse grupo religioso passou a ter mais atenção no campo político brasileiro, logo se tornando uma força expressiva. Aliás, é importante pontuar que no Brasil o termo “evangélico” é comumente usado para se referir tanto às denominações protestantes históricas quanto às pentecostais; contudo, necessário se faz distinguir melhor os diferentes segmentos que compõem o setor evangélico e que, por consequência, são os elementos formadores da Frente Parlamentar Evangélica, ora em estudo.

Um outro fator que torna a Frente Parlamentar Evangélica um objeto de interesse é sua relação, conforme Gonçalves (2011), de práticas clientelistas e fisiológicas, seguindo a lógica corporativista das denominações religiosas evangélicas que estes candidatos representam. Para entender com mais nitidez a relação da Frente Parlamentar Evangélica com o clientelismo político, necessário fazer uso da definição de clientelismo proposto por Farias (2020, p. 28):

O clientelismo político - presente nas relações horizontais (Executivo e Legislativo) e verticais (Governo nacional e Governo regional) do aparelho de Estado contemporâneo, bem como nas campanhas eleitorais e na gestão de políticas governamentais - aparece como as barganhas de recursos, cargos e equipamentos sociais por apoios políticos.

Em que pese o termo negativo adquirido pela palavra “clientelismo” no meio popular, Farias (2020) afirma que o clientelismo é uma forma de relação social das classes dominantes, o que se coaduna com a ação da FPE já evidenciada por Gonçalves (2011); vejamos:

O clientelismo político não deixa de ser uma forma de se reforçar as solidariedades políticas no interior da classe dominante, já que os benefícios distribuídos (cargos, verbas, equipamentos) são signos de concessões econômicas da fração hegemônica aos interesses das frações subordinadas, em troca de estabilidade política. Em outras palavras, a troca de vantagens materiais imediatas por legitimação política é um aspecto manifesto nas relações intergovernamentais, partidárias, eleitorais (Farias, 2020, p. 30).

Porém, de forma mais profunda, são os interesses das frações da classe dominante que, em boa medida, constituem o conteúdo latente, a substância da relação dos ramos do aparelho de Estado, da competição dos partidos dominantes e das disputas eleitorais.

Além do clientelismo, verifica-se que a Frente Parlamentar Evangélica, neste quadrante histórico, é formada, em sua maioria, por partidos que se aproximam do conceito cunhado pelo sociológico alemão Max Weber (1999), quando este faz referência aos partidos de patronagem. Para Weber, esses partidos se baseiam na troca de favores e relações pessoais entre os membros, em vez de uma base ideológica ou programa político. Vejamos:

A designação dos candidatos qualificados tem então seu lugar principal dentro dos partidos, pois, evidentemente, não é uma ação social amorfa das pessoas com direito de voto, mas são líderes de partido e seus partidários pessoais, os quais organizam, em seguida, a luta pelos votos e, com isso, pela patronagem dos cargos (Weber, 1999, p. 339).

O conceito de Weber acima referido, se encaixa com alguns partidos políticos que formam a base da Frente Parlamentar Evangélica, podendo-se citar como exemplo mais claro o Republicanos, o qual é uma organização em que os líderes, ou líder, exercem controle sobre os membros e seguidores, oferecendo benefícios e recompensas em troca de lealdade e apoio político. No caso do Republicanos, o líder do partido, na prática, é o líder da Igreja Universal, o Bispo Edir Macedo, o qual, além de se caracterizar como uma figura carismática e influente, mantém o poder através do uso de redes de patrocínio, nepotismo e favores pessoais, preconizadas por Weber (1999).

Urge mencionar que em organizações formadas por partidos de patronagem, conforme Weber, a lealdade e a fidelidade pessoal aos líderes são mais importantes do que a adesão a uma ideologia ou plataforma política. Os membros do partido podem receber favores em troca de votos, apoio em eleições ou outros tipos de benefícios pessoais, como empregos ou favorecimento em contratos.

Fazendo uso novamente de Weber (1999), este afirma:

Todas as lutas entre partidos não são apenas por fins objetivos, mas também, e sobretudo, lutas pela patronagem dos cargos. As lutas entre as tendências particularistas e as centralistas na Alemanha giram, sobretudo, em torno da questão de quais poderes - os de Berlim ou de Munique, de Karlsruhe ou de Dresden - têm em suas mãos a patronagem dos cargos

(Weber, 1999, p. 546).

A partir do acima, propomos a hipótese de trabalho de que a Frente Parlamentar Evangélica é composta não apenas por partidos políticos que se formam em torno de uma ideologia, mas também por partidos de patronagem, os quais se formam em torno de uma liderança e barganhas eleitorais. Com o objetivo de verificar os projetos apoiados pela FPE ao longo de sua atuação no Congresso e buscar demonstrar a legitimação conquistada junto a sua base social, tenderemos abordar as principais propostas legislativas formuladas pelos componentes da FPE no Congresso Nacional, também ensejando destacar as justificativas.

A nossa exposição está organizada, além desta introdução, em dois capítulos e as considerações finais. O capítulo 2: “Frente Parlamentar Evangélica: formação e identidade” em que aborda a origem da FPE, a partir da formação das bancadas evangélicas no Legislativo brasileiro, e traça as características de sua identidade religiosa e de sua identidade política. O capítulo 3, que trata sobre a atuação da FPE durante os anos de 2003 a 2022, abordando sua organização, estratégia, sua relação com o partido dos trabalhadores, sua mudança de rumos e o rompimento da coalização com o governo Dilma Roussef e sua consequente adesão ao *impeachment* desta, além de evidenciar o projeto e poder da FPE no cenário político brasileiro. Por fim, o capítulo 4 traz as considerações finais deste trabalho.

## 2 FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA: FORMAÇÃO E IDENTIDADE

Desde o período colonial, o catolicismo tem sido a religião predominante no Brasil. Jesuítas, carmelitas, beneditinos, franciscanos, entre outras irmandades, desde cedo instalaram-se no país (séculos XVI e XVII), sendo o catolicismo alçado à religião oficial do Império até a Constituição de 1891, a primeira escrita após a proclamação da República. Contudo, a Igreja Católica, embora tenha perdido seu patamar de religião oficial, continuou a influenciar consideravelmente a arena política e a sociedade brasileira durante todo o século XX.

Em que pese o contexto acima, a história registra que os primeiros protestantes chegaram ao Brasil apenas no século XVI. Eles fizeram parte das tentativas holandesas e francesas de colonizar o país. Malgrado tais esforços, efetivamente, em termos religiosos, sua influência era deveras limitada. Por exemplo, segundo Lacerda e Brasiliense (2018), somente no século XVII, durante o domínio holandês em Pernambuco, é que foram fundadas igrejas protestantes no nordeste brasileiro, todavia, com a derrota e rendição em 1654, os holandeses foram expulsos e a missão protestante no Nordeste findou.

Contudo, com a chegada do século XIX e todo o contexto histórico nele impregnado, é que igrejas protestantes históricas foram fundadas no Brasil. Dentre as mais importantes podemos destacar a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (1823), a Igreja Presbiteriana do Brasil (1859), a Igreja Metodista do Brasil (1867) e a Convenção Batista Brasileira (1882). A primeira pode ser caracterizada como uma igreja protestante de imigração, tendo permanecido, em certa medida, associada aos imigrantes luteranos alemães. Por outro lado, as igrejas Presbiteriana, Metodista e Batista chegaram ao Brasil por meio de obras missionárias, a fim de crescerem entre a população deste país (Freston, 1993).

Tratando ainda sobre o aspecto histórico acima, Lacerda e Brasiliense (2018), ao falar sobre as missões evangélicas no Brasil, tecem o seguinte comentário:

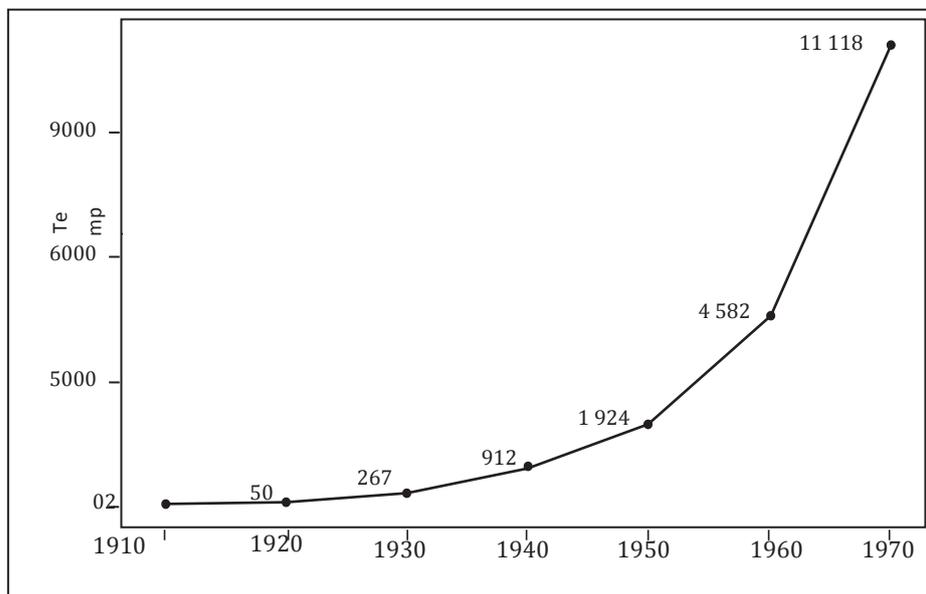
Os esforços missionários protestantes mais significativos começaram no Brasil no século XIX, com a chegada das igrejas luterana, presbiteriana, metodista e batista ao país. No entanto, apesar da liberdade de culto garantida pela Constituição de 1824, na prática essas igrejas sofreram perseguições veladas ou toleradas pelo Estado. A presença protestante foi significativa em algumas regiões, como no caso dos luteranos de ascendência alemã no sul do Brasil. Além disso, os protestantes históricos

desempenharam um papel fundamental na luta pela liberdade religiosa durante o século XX; Porém, de modo geral, a presença dos protestantes não foi muito expressiva (Lacerda; Brasiliense, 2018, p. 142).

A situação acima começou a mudar consideravelmente apenas nos cinquenta primeiros anos do século XX, quando foram fundadas as primeiras igrejas pentecostais no Brasil, como a Congregação Cristã do Brasil, a Assembleia de Deus e a Igreja do Evangelho Quadrangular. Com o surgimento destas igrejas pentecostais, especificamente a partir da década de 1950, o pentecostalismo passou a crescer no Brasil, logo anunciando o estabelecimento das primeiras igrejas neopentecostais, como a Igreja Evangélica Pentecostal Brasil para Cristo, a Igreja Pentecostal Deus é Amor e a Igreja Universal do Reino de Deus.

Gradualmente, o pentecostalismo superaria o protestantismo histórico tanto em número de adeptos quanto em importância política. Para confirmar o exposto, é importante observar a figura 1 abaixo, que mostra o número de igrejas pentecostais estabelecidas no Brasil até 1970.

Gráfico 1 – Número de templos pentecostais no Brasil (1910-1970)



Fonte: Rolim (1980), com base nos boletins das Estatísticas do Culto Protestante do Brasil.

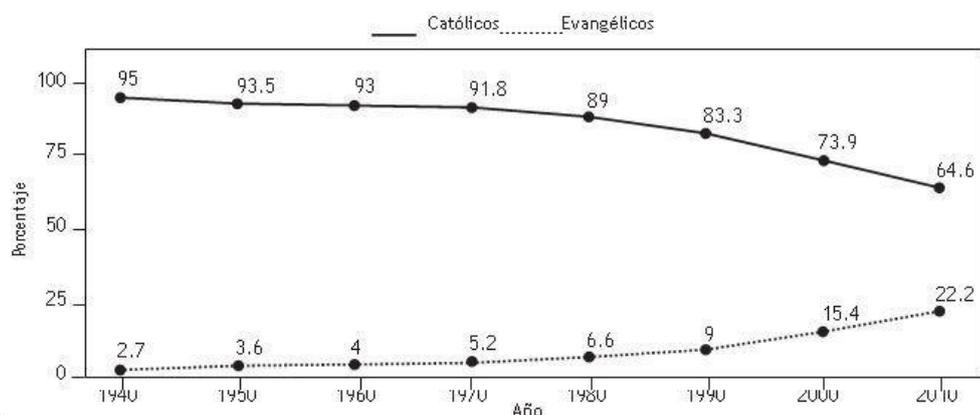
Os dados coletados manifestam pujante expansão das igrejas pentecostais desde 1930. O número de igrejas triplicou - ou mais - entre 1930 e 1960, e nas décadas seguintes continuaram a crescer em ritmo frenético. Logicamente, o aumento do número de templos esteve relacionado ao crescimento da população

desses grupos, conforme mostram os dados do censo brasileiro. Conforme se pode ver dos dados acima, os quais são corroborados por Lacerda e Brasiliense (2018, p. 77):

Até o início da segunda metade do século XX, o “mercado” religioso brasileiro era monopolizado pela Igreja Católica, com participação mínima de outros grupos. Tendo herdado o catolicismo como religião oficial do Estado —mantido como tal até a constituição da República—, os católicos representavam 99,7% da população brasileira em 1872 (Censo Demográfico, 2010). Esse percentual foi diminuindo gradativamente, mas ainda era de 91,8% em 1970. Porém, nas últimas décadas, o país assistiu a uma queda acentuada no número de católicos, acompanhada de um crescimento de outros grupos, principalmente evangélicos e “sem religião”. Para se ter uma ideia da magnitude das mudanças, os católicos ainda são maioria segundo o Censo de 2010, mas não constituem mais de 64,6% da população. Os “sem religião” chegam a 8% e os evangélicos, 22,2%, divididos entre denominações pentecostais (13,3%), históricas (4,0%) e indeterminadas (4,8%). Vale ressaltar que os pentecostais, além de serem o maior grupo evangélico, são também os maiores responsáveis pelo crescimento evangélico no Brasil.

Para Lacerda e Brasiliense, desde o início da década de 1990, o ramo histórico do protestantismo (batistas, presbiterianos, metodistas, luteranos) está em franco declínio no Brasil, o que em muito esclarece o aumento do número de fiéis do protestantismo brasileiro e a rápida expansão do pentecostalismo, conforme Mariano (1999). Os estudiosos antes referenciados em conjunto com Freston (2008) apontam que essa tendência não é exclusivamente brasileira, pelo contrário, pode ser vista em outros lugares. Importante observarmos o gráfico a seguir, o qual demonstra inequivocamente o declínio de católicos e o crescimento de evangélicos no Brasil.

Gráfico 2 – Porcentagem da população católica e evangélica no Brasil (1940-2010)



Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1940-2010.

Desse modo, ao ser observar o gráfico acima e fazendo-se uso da afirmação de Alves (2017), o qual defende que os dados censitários mostram que sob a influência do pentecostalismo, os evangélicos estão aumentando no Brasil, o que não acontece entre os católicos, vez que estão diminuindo. Ademais, entre 2001 e 2010, a população evangélica no país quase dobrou, passando de 26 milhões. Ao mesmo tempo, o número absoluto de católicos caiu pela primeira vez na história do Brasil. Entre 1991 e 2010, os evangélicos aumentaram sua participação em 98,3% nas cidades brasileiras, enquanto os católicos aumentaram apenas 1,7%.

Ainda segundo Alves (2017), a mudança religiosa está ocorrendo em todo o país, contudo, mais fortemente na periferia das grandes metrópoles. Embora os censos ocorram apenas a cada dez anos no Brasil, pesquisas recentes por amostragem têm demonstrado que essa tendência de crescimento continua. Segundo pesquisa do Datafolha, de 26 de outubro de 2017, 52% dos brasileiros adultos se declaram católicos; 32%, evangélicos (20% pentecostais e neopentecostais) e 8%, sem religião.

Em meio a essas mudanças religiosas que em meados dos anos 1960 que a academia passou a prestar atenção para as consequências políticas do crescimento pentecostal na América Latina com o efetivo apoio eleitoral dos fiéis, servindo como meio eficaz para a eleição de líderes pentecostais, que, uma vez no poder, beneficiariam suas igrejas com políticas paroquiais. Nesse contexto é que Lacerda e Brasiliense explicam como a academia passou a estudar esse grupo religioso:

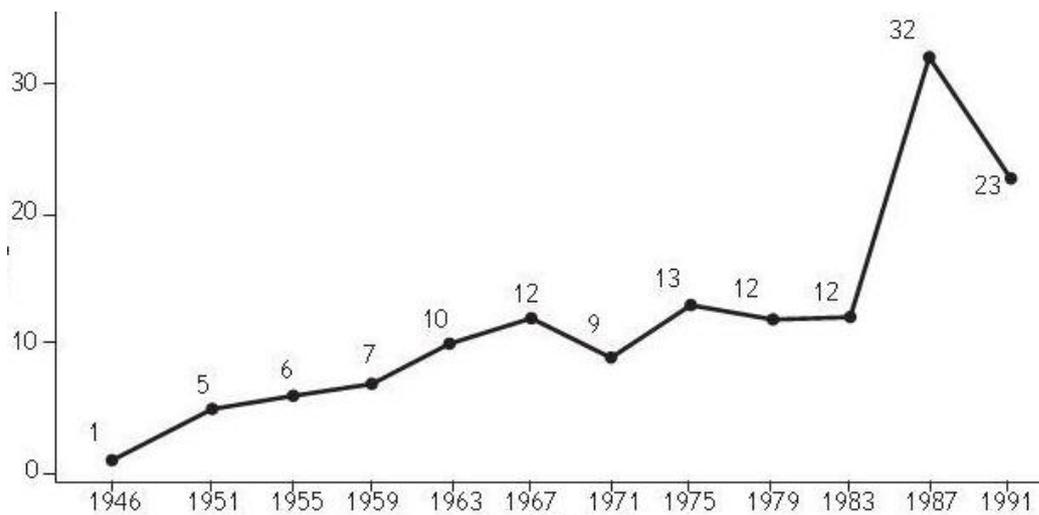
A mobilização eleitoral das igrejas pentecostais na América Latina foi particularmente forte no caso do Brasil e gerou crescente atenção acadêmica a partir da década de 1990 (por exemplo, Mariano e Pierucci, 1992; Freston, 1993; Pierucci e Prandi, 1995; Fernandes, 1998; Oro, 2003; Borges, 2009; Mariano e Oro, 2011; Machado e Burity, 2014). O crescimento da população evangélica, atrelado à abertura do "mercado religioso" brasileiro e às especificidades do sistema eleitoral (representação proporcional de lista aberta com distritos de grande magnitude) foram algumas das principais causas que apontaram para o aumento do número de representantes evangélicos na política brasileira. A literatura sobre o tema também indica que o crescimento político evangélico pós-constitucional ocorreu principalmente graças à mobilização eleitoral das igrejas pentecostais. A partir da década de 1980, essas igrejas passaram a adotar um modelo de representação corporativa e, conseqüentemente, passaram a se envolver na disputa eleitoral com "candidatos oficiais" e concorreram a cargos nos poderes legislativo municipal, estadual e federal. O caso mais conhecido é o da Igreja Universal, que, ao longo da década de 1990, elegeu dezenas de bispos e párocos para a Câmara dos Deputados, Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais (Lacerda; Brasiliense, 2018, p. 143).

Um questionamento que se faz sobre a Frente Parlamentar Evangélica é sobre o surgimento tardio desse ator político, dada a sua atual influência e poder. Uma provável resposta é dada por autores como Lacerda e Brasiliense (2018), assim como Freston (2008), Mariano (2011), dentre outros, os quais convergem que ao longo da maior parte do século 20, os evangélicos – históricos ou pentecostais – tiveram uma presença discreta, para dizer o mínimo, na política partidária brasileira.

Por exemplo, Willems (1967) e D'Epina (1970) caracterizaram as comunidades pentecostais como grupos contrários à participação no campo político e a qualquer contato com o "mundo". Contudo, a partir da década de 1980, o ditado dogmático de que “crente não se mete em política” foi perdendo o sentido e foi substituído pelo slogan “irmão vota em irmão” (Mariano, 2011).

Portanto, o surgimento tardio da FPE se justifica pelo fato de que a ação política partidária das igrejas evangélicas se deu de forma tardia, principalmente pelo fato de que o crescimento evangélico, conforme dados colhidos junto ao IBGE, sugerem um crescimento desse segmento cristão principalmente após a Segunda Guerra Mundial, conforme pode-se ver na figura abaixo.

Gráfico 3 – Número de deputados federais evangélicos eleitos de 1946 a 1991



Fonte: Freston (1993).

Em que pese o crescimento acima evidenciado, importante mencionar que durante a maior parte do século 20, os evangélicos – históricos ou pentecostais – tiveram uma presença discreta na política partidária brasileira.

É importante ressaltar que Pierucci (1989) e Freston (1993), apontavam que até as eleições de 1986, a maioria dos representantes eleitos para a Câmara dos Deputados, veio de igrejas históricas protestantes, principalmente batistas e presbiterianas, sendo que a presença de representantes de igrejas pentecostais foi quase inexistente. Podemos tomar como exemplo o fato de que no ano de 1982, somente o número de doze parlamentares evangélicos foram eleitos para o Congresso, sendo que sete eram quais filiados à Igreja Batista e um pertencia à Igreja Assembleia de Deus.

O referido cenário mudou radicalmente nas eleições para o Congresso Constituinte, quando foram eleitos 32 deputados evangélicos. Apesar da presença de dez representantes batistas, desta vez a composição da Assembleia de Deus contou com pelo menos treze representantes eleitos além de representantes de outras igrejas históricas, além de duas pessoas ligadas à Igreja do Evangelho Quadrangular, sendo uma da Igreja Universal do Reino de Deus. De tal modo, foi uma mudança no perfil do parlamento, mas também uma mudança numérica importante. Lacerda e Brasiliense explicam essa mudança da seguinte forma:

A explicação fundamental para essa mudança foi a adoção, pelas igrejas pentecostais, de um modelo corporativo de representação política. Nesse modelo, as igrejas adotariam “candidaturas oficiais” e as promoveriam a seus fiéis. Freston (1993) identificou o fenômeno no apoio oficial das igrejas pentecostais às candidaturas legislativas estaduais e federais. A adoção do modelo corporativo foi, a princípio, restrita a três igrejas: Assembleia de Deus (AD), Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ) e Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) (cf. Freston, 1993, pág. 197). É importante destacar a importância desse fenômeno, pois foi graças a ele, como se verá adiante, que a representação política pentecostal cresceu no Brasil (Lacerda; Brasiliense, 2018, p. 151).

Especificamente sobre a temática das “candidaturas oficiais” acima abordada, Lacerda e Brasiliense (2018, p. 151), apontam que:

A caracterização das “candidaturas oficiais” pentecostais aqui apresentada se baseia, mas não se limita, a de Freston. A representação corporativa pentecostal deve ser entendida como um recurso institucional que determinadas igrejas oferecem a seus candidatos, e o “candidato oficial” pentecostal, como tipo ideal weberiano (Weber, 2001). A representação corporativa é uma prática das igrejas pentecostais e não das igrejas históricas protestantes ou missionárias.

Também tratando sobre “candidaturas oficiais” que passaram a ser corrente nas igrejas evangélica, Freston (1993) define que essas “candidaturas oficiais” são

como uma “representação corporativa”, indicando ainda que é graças a essa representação corporativa a responsável pelo aumento da representação evangélica no Poder Legislativo brasileiro, em que pese terem sido poucos os esforços feitos para investigar a dimensão da representação corporativa evangélica.

Corroborando o acima, Lacerda e Brasiliense (2018), elegem os candidatos ligados à IURD como o modelo de representação corporativa:

Se existe uma igreja que pode encarnar o protótipo da representação corporativa pentecostal, essa igreja é a IURD. É também o caso para o qual se espera um alto grau de sucesso eleitoral. O poder político e midiático da igreja está sendo enfatizado não apenas pela mídia, mas também pela academia brasileira (por exemplo, Mariano, 2004; Oro, 2003) (Lacerda; Brasiliense, 2018, p. 171).

Aliás, nesse tocante, é importante mencionar que a IURD, entre os anos de 1998 e 2014, conseguiu eleger boa parte dos candidatos que apoiou. Para exemplificar o afirmado anteriormente, Lacerda e Brasiliense afirma que no ano de 1998, de seus 39 candidatos, 31 foram eleitos, no ano de 2014, de seus 38 candidatos apresentados, a igreja elegeu 27. Porém, vale destacar que, até 2002, a igreja que mais elegeu representantes para o Legislativo foi a Assembleia de Deus, em que pese só começar a se utilizar das candidaturas corporativas a partir do ano de 2006 (isso, claro, em números absolutos; em termos relativos, a IURD sempre elegeu mais). Lacerda e Brasiliense afirmam ainda que é a IURD a igreja com maior taxa de sucesso e, com exceção de duas eleições (2006 e 2010), sempre elegeu mais de 50% de seus candidatos.

Fato inegável é que, segundo dados de fontes abertas, em especial os tomados diretamente dos *sites* oficiais da Câmara e do Observatório do Legislativo Brasileiro, demonstram que o número de evangélicos eleitos cresceu e vem crescendo, sendo a maioria deles representantes corporativos de igrejas pentecostais. Não obstante o evidente crescimento tanto do número de evangélicos quanto dos candidatos que os representam, Lacerda e Brasiliense (2018, p. 174) ponderam o seguinte:

Mesmo com esse crescimento, a presença de evangélicos na Câmara dos Deputados ainda está longe de refletir a proporção de evangélicos na população brasileira. Os políticos evangélicos estão dispersos em vários partidos, mas têm maior concentração em dois: o Partido Republicano Brasileiro (PRB) e o Partido Social Cristão (PSC). Por fim, os dados revelam também que, embora sejam poucas as igrejas pentecostais que lançam

«candidaturas oficiais», estas igrejas são eleitoralmente fortes, apresentando taxas de sucesso muito superiores às dos partidos políticos.

Naturalmente que a estratégia acima explicitada por Lacerda e Brasiliense (2018) só consegue ser efetivamente empregada caso exista um grande potencial de pastores e instituições para influenciar seus seguidores, no que Weber (1982, p. 207) afirmava como “[...] um domínio sobre os homens, seja predominantemente externo ou interno, a que os governados se submetem [...]”, utilizando-se deste modo do carisma do líder, que também segundo Weber (1982) essa “[...] qualidade extraordinária de uma pessoa, quer seja tal qualidade real, pretensa ou presumida [...]”, confere a necessária veracidade da fala do pastor ou líder religioso, que é assegurada aos olhos de quem assiste ao culto.

Relevante, mais uma vez destacar que o mais recente censo conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirma as informações históricas e estatísticas mencionadas anteriormente, revelando um notável aumento na população evangélica do Brasil. Entre os anos 2000 e 2010, houve um crescimento significativo de 15,4% para 22,2% na população evangélica brasileira.

Acompanhado a este crescimento é possível notar, também, um aumento na quantidade de parlamentares evangélicos segundo levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Este crescimento também se faz acompanhado de uma maior articulação entre os parlamentares, mesmo que em partidos diferentes, na chamada Frente Parlamentar Evangélica ou “Bancada Evangélica”.

Um fato destacado por Freston (2008), é que o crescimento dos evangélicos no Brasil se dá principalmente entre os mais pobres e do ponto de vista de corrente teológica é essencialmente pentecostal:

O crescimento rápido e predominantemente entre os pobres (quanto mais carente a zona da cidade, maior o número de templos evangélicos per capita) e popular (independente da iniciativa das elites sociais). Das 52 maiores denominações na Grande Rio, 37 são de origem brasileira. A religião evangélica é fenômeno nacional e popular em rápida expansão. Os pentecostais são 68% de todos os evangélicos, segundo o censo de 2000 (Freston, 2008, p. 27).

É com esse crescimento que os evangélicos cada vez mais se tornam o fiel da balança nas eleições sazonais que ocorrem que neste país. Nesse contexto hoje tem sido relevante se analisar este seguimento político tendo em vista o seu grande leque de atuação, pois não se restringe a arena parlamentar, mas ramifica-

se do congresso aos espaços religiosos locais incentivando, articulando e negociando as candidaturas de fiéis ou dirigentes a candidatos a parlamentares.

Também nos traz relevante apontamento Mariano (2011), o qual afirma que nesta relação entre crescimento evangélico no Brasil e fortalecimento de uma bancada religiosa afirma que:

Até o início dos anos 1980 os pentecostais se auto-excluía da política partidária, realçando seu apolitismo com o lema “crente não se mete em política”. O ingresso dos pentecostais na política foi impelido “pelo temor de que a Igreja Católica estivesse disposta a tentar dilatar seus privilégios junto ao Estado brasileiro na Constituinte” (Mariano, 2011, p. 250).

Outro estudioso que vê uma grande importância no ramo evangélico no campo da política é Costa (2018, p. 66), conforme segue:

Cada vez mais as igrejas tem chamado a atenção dos estudiosos ao se caracterizarem como espaços de atuação política, pois dentro dos templos também se faz política. Os líderes religiosos apresentam grande capacidade de arregimentação de fiéis em torno de questões políticas e buscam progressivamente levar para dentro das igrejas os debates que são estabelecidos no âmbito institucional do Estado (Burity; Machado, 2014).

A situação acima evidenciada por Mariano (2011), mudou efetivamente a partir da década de 1990, quando os candidatos políticos católicos começaram a adotar a "identidade católica" como ferramenta eleitoral. Mariano (2011) apresenta a adoção de uma identidade por esses parlamentares com dois objetivos principais: aumentar sua visibilidade perante os candidatos da religião dominante (o catolicismo) como forma de fortalecer o espaço político e religioso, e segundo, fortalecem o espaço eleitoral onde tem acesso às (re)eleições.

Costa (2018) corrobora o entendimento de Mariano, principalmente ao defender que o tema da participação política nas ciências sociais está cada vez mais relacionado aos conceitos de democracia e ao processo de democratização dos sistemas políticos, principalmente a partir da segunda metade do século passado, quando autores como Pateman (1992) desenvolveram teorias acerca da participação na definição de um sistema verdadeiramente democrático.

Sobre a participação evangélica neste sistema democrático proposto por Pateman, Costa (2018) cita o defendido por Burity e Machado (2014) quando estes defendem o seguinte:

Que a crescente participação dos evangélicos na arena política pode ser interpretada a partir de dois vetores principais. Em primeiro lugar “como forma de sobrevivência em uma ordem social em que as relações entre Estado e os grupos religiosos sempre foram muito assimétrica” e “onde a agenda política” de outros movimentos sociais “vem se impondo e orientando as políticas públicas” (2014, p. 602). Em segundo lugar, “como forma de construção de uma agência coletiva com pretensões de reconhecimento e influência” (p. 603).

Importante mencionar Baptista (2009), o qual faz um relato sobre a gênese da FPE envolvendo o Deputado José Duque, “ministro de louvor da Frente Parlamentar Evangélica”, além dos deputados e também pastores Adelor Vieira, Raimundo Santos e Pedro Ribeiro, os quais inicialmente propuseram a instauração da “Frente”, para a realização de um culto semanal para congregar os políticos evangélicos e para ajudar uma “mobilização estratégica” em torno das pautas e bandeiras de luta no âmbito do legislativo, assim como prática de proselitismo.

Segundo Baptista (2009), outra estratégia utilizada pelos parlamentares da FPE é a ocupação de espaço nas casas legislativas, mais especificamente na ocupação das Comissões permanentes da Câmara Federal, em especial a mais importante delas, a de Constituição e Justiça e de Cidadania/CCJC. Além da CCJ, segundo Baptista (2009), outra comissão bastante desejada pelos membros da FPE é a Comissão de Seguridade Social e Família/CSSF, justificando essa ocupação pelo fato de que é na CSSF onde:

Se aprecia e vota propostas que tratam de pautas como família, sexualidade, corpo, pessoa, vida e morte, nascimento e óbitos. Vez que tais temas são de grande interesse para a Frente Parlamentar Evangélica. Vale destacar que o engajamento dos parlamentares evangélicos nas atividades propostas pela “Frente” não se constitui de forma amplamente coesa, interessada e participativa.

Corroborando o acima, Costa (2018) afirma o seguinte:

Este crescimento da participação política dos evangélicos reflete também na distribuição de cargos importantes nas casas legislativas e no executivo, que usa essa estratégia como forma de manter o apoio das igrejas. Isto é visível quando se observa que representantes evangélicos vem ocupando mais e mais cargos importantes nos setores do Estado, como Eduardo Cunha que foi presidente da Câmara dos Deputados entre fevereiro de 2015 e julho de 2016; assim como outros políticos evangélicos como o deputado Marco Feliciano, que presidia a Comissão de Direitos Humanos (Costa, 2018, p. 69).

Em suma, a FPE, com o crescimento evangélico em sua retaguarda, vive uma trajetória de evidente crescimento na política nacional e não dá sinais de desaceleração.

Desta feita, o avanço pentecostal e neopentecostal, segundo Mariano (2011) e corroborado por Costa (2018), Freston (2008), dentre outros, não é expressivo apenas nos planos religioso e demográfico, estende-se pelos campos midiático, político partidário, assistencial, editorial e de produtos religiosos. Passaram a atrair estratos variados da população tendo bastante visibilidade pública, e foram assim ocupando diversas áreas da sociedade brasileira, notadamente a político-partidária, sendo o foco principal desse trabalho.

Em termos atuais, a Frente Parlamentar Evangélica começa a dar passos fora do plano religioso e moral, podendo-se apontar como exemplo disso a recente aprovação na Câmara dos Deputados do PL 1202/07, de autoria do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), em que aludida proposta que regulamenta a prática do lobby junto a agentes públicos dos três Poderes<sup>1</sup>. O PL 1202/07 encontra-se atualmente em análise no Senado<sup>2</sup>.

A regulamentação do lobby no Brasil é um tema complexo e controverso, com opiniões divergentes. Os defensores argumentam que a regulamentação do lobby pode trazer mais transparência e legitimidade às atividades de pressão política, permitindo que diferentes interesses possam ser representados de forma legítima. Eles argumentam que a falta de regulamentação pode levar a práticas pouco transparentes e antiéticas, prejudicando a democracia e a tomada de decisões informadas.

De certo, a relação entre a Frente Parlamentar Evangélica e o PL 1202/07, chamado de “lei do Lobby”, no Brasil, é considerada complexa e controversa. Por um lado, alguns membros da Frente Parlamentar Evangélica apoiaram a regulamentação do lobby como uma forma legítima de participação democrática, permitindo que grupos religiosos e outras entidades possam se organizar e exercer

---

<sup>1</sup> Conforme se pode ver da informação trazida no seguinte endereço: <https://www.camara.leg.br/noticias/923489-CAMARA-APROVA-PROJETO-QUE-REGULAMENTA-O-LOBBY>

<sup>2</sup> Conforme se pode ver da informação trazida no seguinte endereço: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/12/01/aprovado-na-camara-projeto-que-regulamenta-o-lobby-vem-ao-senado>

influência sobre a formulação de políticas públicas. Eles podem ver a lei do Lobby como uma forma de garantir a transparência e a legalidade nas atividades de lobby, protegendo os interesses dos grupos religiosos que representam.

Por outro lado, há críticos que levantam preocupações em relação à regulamentação do lobby no contexto da Frente Parlamentar Evangélica. Para Pinheiro (2008), essa regulamentação pode abrir espaço para influência indevida de grupos religiosos no processo político, permitindo que interesses específicos se sobreponham ao bem comum e aos princípios de laicidade do Estado brasileiro. Outra preocupação é que a regulamentação do lobby possa aumentar a assimetria de poder entre diferentes grupos de interesse, beneficiando aqueles com maior capacidade financeira e organizacional, o que poderia levar a uma desigualdade na participação política.

Como dito acima, a proposta de lei do Lobby Brasil ainda está em discussão no Congresso Nacional e seu conteúdo pode ser modificado ao longo do processo legislativo, contudo, cabe aqui mencionar que esse fator não limitou a atuação da FPE. É importante que a sociedade civil, organizações políticas, setores empresariais e outros interessados participem do debate para garantir que a regulamentação do lobby no Brasil seja adequada, transparente e promova o interesse público, garantindo a integridade do processo político e democrático do país.

## 2.1 Definição

No Congresso Nacional, as ações políticas dos parlamentares se dão por meio dos Partidos Políticos, Bancadas e Frentes Parlamentares, sendo a filiação partidária uma condição de elegibilidade, conforme se depreende da leitura do art. 14, § 3º, inc. V, da Constituição Federal.

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

(...)

V - a filiação partidária. (Brasil, 1988).

Contudo, importante diferenciar frentes e bancadas, pois, segundo Gonçalves (2016, p. 20) essa última é caracterizada por “[...] grupos maiores que reúnem uma diversidade de agendas específicas, mas todas em torno de um único eixo temático.” Desse modo, se torna evidente que as bancadas podem agregar várias Frentes Parlamentares, como um exemplo tem a Bancada Ruralista que integra a Frente Parlamentar da Agropecuária, da Agricultura Familiar, da Assistência Técnica e Extensão Rural, em Defesa da Cafeicultura, da Fruticultura, Horticultura e Floricultura, entre outras (Araujo; Testa; Silva, 2015, p. 7). Além disso, as bancadas se diferenciam das frentes, pois aquelas não possuem um registro formal na Casa, elas são percebidas e organizadas informalmente

Observando o site oficial da Câmara dos Deputados, este define as frentes parlamentares como associações de parlamentares de vários partidos que se unem com a prerrogativa de defesa de temas do mesmo interesse. Desse modo, as Frentes Parlamentares são a ferramenta oficial da organização suprapartidária do Congresso Nacional para identificar parlamentares de diferentes origens. As identidades em torno das quais se organizam as frentes parlamentares não se configuram como pessoais, pois os debates públicos e políticos acontecem no Congresso, o que significa que a associação de parlamentares a uma determinada frente é em si uma posição política.

Ou seja, a Frente parlamentar e bancada parlamentar são termos utilizados para descrever formas diferentes de organização de parlamentares em torno de interesses comuns. Embora sejam usados de forma intercambiável em alguns contextos, eles podem ter diferenças sutis em suas conotações e formas de atuação, conforme definido por Gonçalves (2016). Deste modo, pode ser formada por parlamentares de diferentes partidos políticos e pode ter uma atuação mais ampla, envolvendo questões políticas, sociais, econômicas ou culturais. Uma frente parlamentar é geralmente mais flexível em sua estrutura e organização, e os parlamentares podem participar dela sem precisar se desligar de seus partidos políticos de origem, conforme Estatuto da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional.

De outra banda, bancada parlamentar é um grupo informal de parlamentares de um partido político específico que atuam em conjunto em uma determinada legislatura. A bancada parlamentar é geralmente formada pelos parlamentares eleitos pertencentes a um mesmo partido político ou coligação, e pode ter uma

estrutura e liderança mais formalizada. A bancada parlamentar tende a ter uma atuação mais focada nos interesses e na agenda política do partido político que representa.

Em resumo, conforme ainda o site oficial da Câmara dos Deputados, a diferença entre frente parlamentar e bancada parlamentar está principalmente na sua estrutura formal e no escopo de atuação. A frente parlamentar, sendo uma coalizão formal de parlamentares de diferentes partidos em torno de interesses comuns, enquanto a bancada parlamentar é um grupo informal de parlamentares de um mesmo partido político ou coligação que atuam juntos na legislatura.

Importante mencionar que esses grupos de pressão, devidamente institucionalizados no parlamento brasileiro, definem com essa estratégia política a legislação pertinente a alguns temas importantes para a sociedade e orienta os debates atuais sobre os mais diversos e polêmicos temas.

Antes de prosseguir, importante informar que o presente trabalho não tem o condão de realizar juízo de valor sobre o envolvimento de evangélicos na arena política do Congresso Nacional ou mesmo do Poder Executivo, sua atuação nesses espaços, mas mostrar a quão expressiva no cenário político brasileiro a atuação desse grupo parlamentar, fato esse consolidado no governo de Jair Bolsonaro. Dessa forma, esse trabalho acaba por tencionar relatar a atuação da Frente Parlamentar Evangélica como forma de legitimação do poder político evangélico, através da FPE.

Conforme o art. 2º, do Ato da Mesa nº 69, de 10 de novembro de 2005<sup>3</sup>, que cria o registro de Frentes Parlamentares na Câmara dos Deputados, considera-se Frente Parlamentar “a associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade”. Analisando o assunto Frente Parlamentar, Lopes (2013, p. 53) afirma que:

Frente parlamentar é um tipo de organização que abarca parlamentares de diferentes partidos, com tendências ideológicas com o intuito de defender suas demandas conjunturais atuando como um grupo de pressão no interior do parlamento. Independente de partido político, constituem uma espécie de grupo que, busca atuar de forma unificada em prol de interesses comuns a estes.

---

<sup>3</sup> Dado disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2005/atodamesa-69-10-novembro-2005-539350-publicacaooriginal-37793-cd-mesa.html>.

Frente parlamentar, deste modo, é um tipo de organização que abarca parlamentares de diferentes partidos com tendências ideológicas com o intuito de defender suas demandas conjunturais (DIAP, 1997, p. 8), e que, por envolverem instâncias diversas no âmbito pessoal ou de classe, possibilita, ou não, a incorporação dessas demandas conjunturais em programas partidários.

Desta forma, as Frentes Parlamentares atuam também como grupo de pressão no interior do parlamento, se constituindo por iniciativas de membros dos legislativos federal, estadual e municipal que, independentemente de partido político, formam uma espécie de grupo que, buscando desse modo atuar unificadamente em favor de interesses comuns. Podemos citar como exemplos: Frente Parlamentar pela Formação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Frente Parlamentar pela luta contra a Tuberculose, Frente Parlamentar pela Preservação da Soberania Energética Nacional Mantendo e Fortalecendo as Concessionárias Públicas de Energia Elétrica, Frente Parlamentar pela Promoção da Aviação na Amazônia, dentre outras. Importa mencionar que atualmente a Câmara dos Deputados estão em atividade 346 Frentes Parlamentares, atuando nos mais diversos assuntos e interesses<sup>4</sup>.

Para que seja constituída e validada, a frente parlamentar deve registrar um requerimento, que deverá seguir os seguintes passos, segundo informações colhidas no site da Câmara: a) ser instruído com a ata de fundação e constituição da frente parlamentar e estatuto respectivo; b) indicar o nome com o qual funcionará a frente parlamentar; e c) designar um representante responsável perante a Casa por todas as informações que prestar à Mesa (Ato da Mesa nº 69/2005, art. 3º, *caput* e parágrafo único).

De acordo com dados fornecidos pela Agência Senado<sup>5</sup>, uma bancada partidária, também conhecida como bloco partidário, é formada por um grupo de parlamentares de diversos partidos, sendo necessário que esse grupo represente pelo menos um décimo do total de membros da Casa.

---

<sup>4</sup> Pode-se vislumbrar o número de Frentes Parlamentares no endereço: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentes.asp>

<sup>5</sup> A Agência Senado diferencia partidos, federações e bloco partidários no seguinte endereço eletrônico: <https://www.camara.leg.br/noticias/933962-entenda-a-diferenca-entre-partidos-federacoes-e-blocos-partidarios/>

Lopes (2013), ao tratar sobre a diferenciação entre bancada evangélica e Frente Parlamentar Evangélica, ensina o seguinte:

A despeito da FPE ser conhecida como “Bancada evangélica”, na verdade, ela deve ser referida como “Frente Parlamentar”. “Bancada” abarca um agrupamento partidário e a “frente parlamentar” compreende a reunião de um grupo de parlamentares de diversos partidos que lutam por uma causa em comum (como a ruralista, a empresarial, a sindical) (DIAP, 2011) (Lopes, 2013, p. 58).

Conforme Sena (2007) apud Gonçalves (2016), o desempenho das frentes parlamentares tem o poder de moldar a ação dos atores políticos envolvidos, pois são grupos engajados na ação política.

Mesmo com a existência de mecanismos institucionais como os partidos políticos - destinados a canalizar demandas sociais e conduzir no processo decisório a garantia de uma representação efetiva - outras formas de atuação social se fazem presentes no Parlamento brasileiro. Os grupos de pressão e as Frentes Parlamentares são um bom exemplo disso (Sena, 2007 apud Gonçalves, 2016, p. 15).

Já no mês de novembro de 2004, a Frente Parlamentar Evangélica expõe sua missão que seria influenciar as políticas públicas do governo, defendendo a sociedade e a família no que diz respeito à moral e aos bons costumes, demonstrando sua forte defesa de valores presentes na ética religiosa evangélica - como a família, a moral e os bons costumes, elementos sempre presentes em sua objetos de interesse no congresso.

Em que pese o pedido de formalização ocorrido em 2003, sua formalização, de fato, ocorreu somente no ano de 2015, com a aprovação pela mesa do congresso do seu requerimento 3424/2015,

Até a sua formalização, em 2015, embora utilizasse as instalações da Câmara dos Deputados, a FPE atuava de maneira informal por não estar regularmente inscrita como frente parlamentar naquela Casa, isto é, nos termos dos arts. 2º e 3º, do Ato da Mesa nº 69/2005, discutidos.

A FPE, diante disso, deve ser composta por pelo menos um terço dos membros do Congresso. Para o registro, devem ser submetidos ao Parlamento a ata de fundação e constituição da Frente Parlamentar e os estatutos da Frente Parlamentar, com indicação do futuro nome e do responsável pela organização.

Segundo Gonçalves (2016), a formalização da FPE tenha sido oficializada apenas em nove de novembro de dois mil e quinze - data a qual foi publicado o deferimento do documento pedindo a criação da Frente - ela já era estruturada e atuante no cenário político desde dois mil e três, segundo entrevistas concedidas para realização deste trabalho e os documentos analisados. Vejamos:

Hoje ela possui um estatuto e a diretoria executiva é composta por 199 deputados e 4 senadores, dos quais um é presidente da Frente, cinco vice-presidentes (um de cada região do Brasil), três secretários e três tesoureiros. Ela é composta por um perfil partidário muito variado. Apesar do grande número de signatários, nem todos são atuantes; todos se identificam com a pauta, a despeito de não serem ativos. De acordo com as entrevistas feitas, ser evangélico não é requisito essencial para a participação na FPE, o parlamentar deve, tão somente, ter interesse harmônico com as pautas da frente. (Gonçalves, 2016, p. 22)

Inicialmente, o objetivo da FPE seria de congregar semanalmente os políticos evangélicos para realização de um culto. A partir desses cultos se iniciaria uma “mobilização estratégica” (Baptista, 2009) em torno das bandeiras de luta da FPE casas legislativas, assim como se promoveria concomitantemente o proselitismo e conversão religiosa no espaço das casas legislativas. Conforme Lopes (2013):

Tal Frente tem por ‘bandeira’ representar a sua base, ou seja, a comunidade evangélica e seus ideais e, fazer oposição à aprovação de projetos que ferem os preceitos bíblicos. Estes parlamentares tem sua atuação pautada por apelos muito fortes por demandas de cunho tradicionalista e moralista. Sua principal bandeira é a defesa da família e dos ‘bons costumes’ (Lopes, 2013, p. 59).

Cumprе mencionar que no artigo 1º do Estatuto da FPE assevera que tal Frente Parlamentar é descrita como uma associação civil, de natureza não governamental, estabelecida no âmbito do Congresso Nacional e composta por Parlamentares das duas casas.

Ainda segundo Noemi Araújo Lopes (2013), a criação de uma frente parlamentar tem como objeto “abrir um espaço para que deputados e senadores, de diversos partidos, possam defender e expressar opiniões em comum sobre determinado tema social”.

A Frente Parlamentar Evangélica, uma vez instalada oficialmente, requereu o estabelecimento de cargos administrativos, a composição de uma diretoria e a definição de funções e atribuições para cada um de seus componentes. Foi ainda instituído o cargo de capelão, atribuído ao deputado federal Pedro Ribeiro (PMDB/CE), encarregado de executar tarefas relacionadas à organização de

reuniões e eventos de cunho religioso e à convocação dos congressistas para participar das atividades realizadas pela frente.

Importa aqui destacar o levantamento feito pelo jornal O Estado de São Paulo, no qual demonstrou que embora a maioria da população brasileira se declare católica, em quase todas as Assembleias Legislativas do Brasil, o número de deputados evangélicos com atuação política marcada pela religião é bem maior que o de católicos.

A Frente Parlamentar Evangélica é uma associação que demonstra a organização dos evangélicos dentro do espaço político e possui característica suprapartidária, ou seja, possui membros de diversos partidos não se submetendo ao interesse e ideologia de nenhum deles, e interdenominacional, ou seja, possui membros das mais variadas denominações evangélicas, incluindo membros de Igrejas tradicionais, pentecostais, neopentecostais e até mesmo de outras religiões.

Borges (2007), ao tratar sobre o assunto acima, nos dá precioso panorama sobre a evolução da Bancada Evangélica para a Frente Parlamentar Evangélica:

Portanto, é possível afirmar que houve um desenvolvimento histórico que ofereceu condições para o surgimento de uma clivagem religiosa no Brasil, acompanhado de um significativo crescimento do pluralismo religioso da população e também de uma tradução desse crescimento populacional nas arenas legislativas. Mas existem evidências de que tal grupo é coeso politicamente? De que exista uma identidade política que justifique a criação de um partido político evangélico? As páginas que se seguem procurarão responder a tais indagações a partir de um conjunto de dados dos deputados estaduais brasileiros, em que será testada a hipótese da inexistência de uma identidade política entre a elite política evangélica, o que explicaria a inexistência de um partido pautado em tal grupo<sup>6</sup>.

Ainda, no que se refere à sua finalidade, de acordo com seu estatuto (2003), são desígnios da Frente Parlamentar Evangélica:

I - Acompanhar e fiscalizar os programas e as Políticas Públicas Governamentais manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade e execução. II - Promover o intercâmbio com parlamentos e parlamentares evangélicos de outros países visando ao aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas e da sua atuação. III - Procurar, de modo contínuo, a inovação da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes, influenciando no processo legislativo a partir de comissões temáticas existentes nas Casas do Congresso Nacional,

---

<sup>6</sup> Borges, 2007, Artigo baseado em um capítulo da dissertação Representação partidária e a presença dos evangélicos na política brasileira, defendida em 2007, com a orientação da Profa. Maria D'Alva Gil Kinzo.

segundo seus objetivos, combinados com os propósitos de Deus e conforme Sua Palavra (Brasil, 2015, p. 4).

Desse modo, verifica-se desde logo que as seções I e II do estatuto da Frente Parlamentar Evangélica apresentam os elementos mais genéricas da Frente Parlamentar Evangélica (FPE). Já a Seção III explicita a posição central desse Frente Parlamentar, que é "reformular" a legislação segundo seus próprios interesses, que estão "unidos" com "os propósitos de Deus e segundo a sua palavra". Dessa forma, a FPE explicita seu papel no cenário político brasileiro e sua posição ideológica.

## **2.2 Missão da FPE**

A Frente Parlamentar Evangélica se apresenta como sendo sua a missão de suggestionar as políticas públicas do governo, defendendo a sociedade e a família no que diz respeito à moral e aos bons costumes. Com essa definição, publicada em revista própria em novembro de 2004, é notável a forte defesa de valores presentes na ética religiosa evangélica e a preocupação com a supervisão dos programas e das políticas governamentais destinados à proteção da família, da vida humana e dos grupos marginalizados e o acompanhamento da execução das mesmas, bem como a intenção de participar do aperfeiçoamento da legislação brasileira no interesse da sociedade e ainda do debate dos grandes temas nacionais, conforme consta no Requerimento 3424/2015, disponível no site da Câmara Federal<sup>7</sup>.

Perante o exposto, Gonçalves (2016) postula que diante da formação da Frente Parlamentar Evangélica, esta surgiu como um meio alternativo, dentro do Congresso Nacional, de atuar na defesa das demandas dos segmentos mais conservadores da sociedade que elegeram os componentes da referida frente. Ademais disso, Gonçalves (2016, p. 23) afirma que em meio às votações no Plenário ou nas comissões, os parlamentares componentes da FPE, invariavelmente, "votam em concordância com suas convicções e fé, e os partidos respeitam". Apoiando o afirmado por Gonçalves, Duarte (2011) diz o seguinte:

---

<sup>7</sup> O referido requerimento pode ser observado no seguinte endereço: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2026193>

Os deputados filiados à FPE espriam-se pela maior parte das Comissões permanentes da Casa inclusive na mais importante delas, a de Constituição e Justiça e de Cidadania/CCJC [...]. A Comissão de Seguridade Social e Família/CSSF concentra o maior número de deputados cristãos especialmente porque é nesta comissão que o mérito de propostas que tratam de família, sexualidade, corpo, pessoa, vida e morte, nascimento e óbitos é julgado (Duarte, 2011, p. 23).

Lasmar (2018) ao fazer uso do que preceitua Bonavides (2016), afirma que os grupos de pressão são altamente organizados, operam como verdadeiras corporações americanas e se especializam em *lobby*. A maneira como os grupos de interesse opera geralmente influencia a imprensa e a mídia:

Dobrar a opinião e em casos mais agudos dar no público uma lavagem cerebral se consegue mediante o emprego dos instrumentos de comunicação de massas. O grupo mobiliza rádio, imprensa e televisão e por meios declarados ou sutis exterioriza a propaganda de seus objetivos, quer pela publicidade remunerada, quer pela obtenção de condescendência e simpatia dos que dominam aqueles meios. Produzido o clima de apoio, ao grupo se lhe depara a autoridade pública já favoravelmente predisposta aos seus interesses (Bonavides, 2016, p. 467).

E é exatamente com o apoio da mídia e com o necessário apoio do governo que ocupa o planalto que, segundo Lasmar (2018), o lobby religioso continua a crescer na política brasileira: “O lobby religioso avançou e continua avançando no congresso nacional, tendo conquistado espaço dentro da casa legislativa. Tal fato é claramente percebido pela presença da bancada evangélica” (Lasmar, 2018, p. 67).

A FPE tem por ‘bandeira’ sua forte presença e representação de suas bases, a comunidade evangélica e seus ideais, e resistem à aprovação de projetos que violem as normas bíblicas. Os componentes da FPE pautam-se na sua apresentação por um fortíssimo apelo às exigências de raiz tradicional e de cunho moralista. Os parlamentares da FPE fazem questão de exhibir suas pautas que sempre giram em torno da defesa da família e dos bons costumes.

### **2.3 A identidade religiosa**

A identidade individualiza um sujeito ou grupo, tornando-o diferente dos demais, mas é preciso aceitar que em um grupo como a Frente Parlamentar

Evangélica convergem as características daqueles sujeitos, que são considerados as referências identitárias do coletivo ao qual pertencem. Assim, a identidade não é estanque e a formação do próprio grupo se reflete nas reinterpretações dos símbolos identitárias, sua produção e compreensão.

Identidade é o que um ser é (em vários domínios, biológico, ideológico, etc.) e é possível defini-la em termos de diferença em relação ao outro. Ao identificar alguém, definimos quem ele é e, ao mesmo tempo, também podemos dizer o que ele não é. A identidade, deste modo, representa a diferença em relação aos outros (Silva, 2000). A identidade pode ser entendida como o elo entre o sujeito e a sociedade onde vive e é por meio da identidade que o sujeito se identifica territorialmente, socialmente, culturalmente, politicamente, e demarca uma posição e local no mundo (Jacks, 2017).

Hall (2006), em seu trabalho sobre identidade cultural na pós-modernidade, afirma que a ideia de um sujeito "iluminista" com uma identidade estável e fixa mudou para um sujeito pós-moderno com uma identidade aberta, incompleta, fragmentada, sempre acompanhada de um processo em desenvolvimento, cuja característica dominante é o dinamismo.

Em se fazendo uma análise da identidade da Frente Parlamentar Evangélica Brasileira, a qual é composta por uma ampla gama de parlamentares, com diferentes perspectivas, crenças e interesses dentro do contexto do evangelicalismo, refletindo a diversidade presente nesse grupo político-religioso no país, a partir do que ensina Hall, verifica-se que a identidade da FPE não é fixa, uma vez que Frente Parlamentar Evangélica Brasileira não é uma entidade monolítica, mas uma construção social complexa, que pode ser influenciada por fatores políticos, culturais e sociais ao longo do tempo.

Enfatizando o acima, a sociedade hodierna, a partir da globalização, passa a responder a uma nova lógica fluida, instável, efêmera, instável e em constante mudança, como descreve Bauman (2001), na sua obra *Modernidade Líquida*<sup>8</sup>. Desse modo, a liquidez é o colapso percebido das relações sociais e instituições que até recentemente eram tradicionalmente padronizadas e caracterizadas por estabilidade, resiliência e padrões.

---

<sup>8</sup> Esta característica de liquidez é apresentada pelo filósofo/sociólogo polonês, Zygmunt Bauman que intitulou a atualidade de *Modernidade Líquida* como resultado da evolução da *Modernidade Sólida*, que perdurou do século XVI a até a segunda metade do século XX.

Neste contexto de transformações, potencializa-se ainda mais a mutabilidade identitária do sujeito. Os autores Soares e Miranda (2009, p. 413-414) enfatizam que as mudanças advêm de novas experiências e novos hábitos que o sujeito vivencia conferindo ao indivíduo “[...] não ‘a identidade’, mas ‘uma identidade’ sendo o sujeito, “tão somente duração, persistência no tempo de um conjunto de afirmações e crenças decorrentes dos hábitos que o qualificam [...]”, numa definição provisória.

Entretanto, vale ressaltar que, apesar dos novos hábitos adquiridos, as experiências passadas não são abandonadas na formação da identidade do sujeito, “[...] o passado tem um peso muito importante na sua construção e manutenção, e embora a perspectiva não seja essencial, ela é o elemento básico mais importante da identidade [...]”, ou seja, que há características “[...] compartilhadas homogeneamente por uma certa cultura ou grupo social” sendo esta construção de representação identitária alicerçada por imagens “fixas em um passado que não se alterou através do tempo” (Jacks, 2017, p.168-169).

Ainda sobre identidade, Cunha e Reis (2021) apontam:

Identidade é uma categoria construída por diferentes áreas de conhecimento – a antropologia, a sociologia, a psicologia social, a psicanálise, a filosofia – e possui diversas abordagens e ênfases. Em comum, a compreensão de que a identidade pode ser individual ou coletiva e diz respeito ao sentido ou a forma que um indivíduo ou grupo social atribui sobre si, para si mesmo e para outros. É por meio da identidade que as pessoas e grupos se reconhecem, reconhecem o outro e estabelecem relação com ele. Por isso, a construção identitária está ancorada na imagem que uma pessoa ou grupo constrói de si: a forma como se percebe e quer ser percebido pelos outros.

A diversidade das igrejas evangélicas se reflete em suas diversas ações durante o processo eleitoral e em suas próprias posições e argumentos políticos, e é exatamente essa diversidade entre perspectivas teológicas e de partidos políticos demonstra inequivocamente que a Frente Parlamentar Evangélica não é um bloco uniforme, homogêneo.

Em resumo, a identidade da Frente Parlamentar Evangélica brasileira compartilha com a identidade pós-moderna de Hall aspectos relacionados à diversidade, construção de identidades, relações de poder, pluralidade e conflito. Ambas refletem as características da sociedade contemporânea, na qual as identidades são moldadas por múltiplas influências e estão em constante processo de transformação. No entanto, também existem diferenças, principalmente

relacionadas aos valores, crenças e objetivos específicos da Frente Parlamentar Evangélica, que refletem as particularidades do contexto político e religioso do Brasil.

Conforme Cunha e Reis (2021)<sup>9</sup>, a identidade religiosa, assim como a dimensão social de uma identidade, individual ou coletiva, é uma construção feita por uma pessoa ou grupo em que se auto define em razão de elementos referentes “[...] à sua adesão a uma religião ou a espiritualidades [...]”, ou seja, conforme ainda Cunha e Reis (2021): “[...] a pessoa ou grupo constrói uma imagem de si e apresenta a si próprio e aos outros com características que incluem aspectos e qualificações próprias de uma religião ou espiritualidade”.

Então, qual seria a identidade religiosa da Frente Parlamentar Evangélica? De início, dado a diversidade de membros que compõe a FPE, há grande dificuldade em apontar uma identidade, mesmo religiosa à Frente Parlamentar Evangélica. Nesse sentido, Moura (2017, p. 24) defende que:

Existe uma intersecção entre alguns grupos, e se dermos mais atenção aos que possuem atuação no Congresso Nacional, podemos notar uma confluência com agronegociantes, policiais e militares. Mais adiante neste trabalho, numa lista dos signatários da Frente Parlamentar Evangélica, podemos notar que as alcunhas mais utilizadas pelos Deputados Federais após “pastor” são referentes a alguma patente militar, como “cabo” ou “capitão”.

Importante mencionar que a FPE é formada por uma miscelânea de membros vindos de diversas denominações evangélicas, segmentos este que já é diverso e heterogêneo, diferenciando-se da igreja Católica e sua homogeneidade. Ao analisar a formação da FPE verifica-se que esta representa em sua formação a proporcionalidade dos evangélicos descritos no Censo de 2010, o qual apresenta os pentecostais como o maior segmento evangélico brasileiro e essencialmente heterogêneo e que são formados por três vertentes: pentecostalismo clássico, deuteropentecostalismo<sup>10</sup> e neopentecostalismo. Ademais dos pentecostais, a FPE

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/por-que-os-textos-da-plataforma-religiao-e-poder-falam-de-identidade-religiosa/>

<sup>10</sup> Deuteropentecostais (ou Deuteropentecostalismo) é o termo que designa a segunda onda do movimento Pentecostal que surgiu na década de 1950, como no Brasil, quando chegaram a São Paulo dois missionários norte-americanos, Harold Williams e Raymond Boatright, da International Church of The Foursquare Gospel (grupo que nos Estados Unidos é considerado como Pentecostal de primeira onda). Na capital paulista eles criaram a Cruzada Nacional de Evangelização e, centrados na cura divina, iniciaram a evangelização das massas, principalmente pelo rádio,

congrega os chamados protestantes históricos (Luteranos, Presbiterianos e Batistas), sendo que este último grupo perdeu espaço para pentecostais e neopentecostais.

Importante informar que o quadro acima faz referência à última legislatura (56ª – 2019 a 2022), sendo que diante das eleições gerais de 2022 haverá sensível mudança no quadro referenciado. Por fim, necessário informar que a Frente Parlamentar Evangélica não é exclusivamente formado por evangélicos. Alguns de seus membros se identificam como católicos, como se pode notar do quadro acima. Janine Trevisan (2013) salienta que mesmo formando a Frente Parlamentar Evangélica, alguns membros se articulam de modo se manterem à margem dos interesses e pautas da FPE, sendo que “há aqueles que preferem não misturar sua fé com a política e reclamam da cobrança que recebem, não somente da Frente, como também da sociedade em geral, das igrejas” (Trevisan, 2013, p. 41).

Almeida (2017) toma como exemplo os parlamentares da Igreja Universal, os quais são menos propositivos nas questões morais, já se posicionando a favor de pautas sensíveis na FPE como pesquisas com células-tronco embrionárias e se mostrando favoráveis ao aborto nos casos já admitidos pela legislação brasileira, tais como estupro, gestações que trazem perigo para a gestante e nos casos que envolvam fetos anencéfalos.

De fato, o ponto que forma uma identidade religiosa dos membros da FPE é o fato deles se declararem genericamente evangélicos, pois como já mencionado, a Frente Parlamentar Evangélica é composta por parlamentares de diversas correntes teológicas. Com o objetivo de vencer essa patente heterogeneidade, estes se utilizam da estratégia de se unirem em torno da chamada pauta de costumes, estratégia esta que tem a capacidade de contemplar todos os evangélicos e, no limite extremo, também os cristãos, o que nesse sentido fortalece a busca pela hegemonia na criação de novas relações de dominação e não do ponto de vista da libertação das classes populares.

---

contribuindo bastante para a expansão do pentecostalismo no Brasil. Fundaram depois a Igreja do Evangelho Quadrangular. No seguimento, surgem grupos semelhantes, tais como O Brasil para Cristo, Igreja Pentecostal Deus é Amor, Igreja Unida, Igreja do Evangelho Quadrangular, Casa da Bênção entre outras. O Deutero-Pentecostalismo enfatiza a cura divina e profecias, embora valorize o falar em línguas, distingue-se do Pentecostalismo Clássico pelo seu menor foco nesse carisma. Quanto à ética e costumes, há uma polarização, e tornou-se mais rígido caso da Igreja Pentecostal Deus é Amor, ou mais liberal como na Igreja do Evangelho Quadrangular.

Uma vez que a identidade religiosa da Frente Parlamentar Evangélica, segundo a literatura, é de difícil determinação, a partir de estudos de Freston (2008), Mariano (2014), Lasmar (2019), contudo, diante da grande quantidade parlamentares evangélicos pentecostais e neopentecostais que forma o grosso das fileiras da FPE, verificou-se alguns elementos que são bastantes comuns se não a todos, pelo menos aos interlocutores e líderes dessa Frente Parlamentar que o alicerce em três pilares teológicos/religiosos, que de fato não indicam uma identidade religiosa atual, mas já indica um predomínio teológico de pentecostais e neopentecostais. O primeiro pilar é a Teologia da Prosperidade (TP), em que todos os fiéis têm direito a saúde, bem-estar e boa situação financeira para desfrutarem dos privilégios de serem filhos do Rei ainda em vida e nem nesta terra.

O segundo pilar é a Teologia do Domínio (TD), ou “dominionismo” ou, ainda, “reconstrucionismo”, que efetivamente seria o domínio da política, mas não somente da política, da cultura, das artes, lazer, da educação, negócios, a família, a mídia e do governo.

A última é a Guerra Espiritual, onde a realidade, tanto física quanto espiritual, se restringe à luta do cristão contra o diabo. Sobre os pilares teológicos acima falaremos com mais detalhes nos tópicos abaixo.

### 2.3.1 Teologia da Prosperidade

O que atualmente chamamos de Teologia da Prosperidade (aqui podendo chamar de TP) é um mosaico de movimentos religiosos chamados de cura, prosperidade e poder da fé que tiveram origem ainda na década de 1940, nos Estados Unidos. Importante ressaltar, que antes da década de 1940, nos Estados Unidos, já havia pregadores que pregavam a ênfase na cura divina e na libertação espiritual, como os pregadores Essek William Kenyon, A. B. Simpson, Aimee Semple McPherson, Oral Roberts, só para citar alguns. Contudo, foi a partir da década de 1970 que a TP ganhou notoriedade e visibilidade e passou a alcançar vários movimentos cristãos graças à difusão da confissão positiva de Kenneth Hagin.

Não demorou para a Teologia da Prosperidade adentrar na prática religiosa brasileira, em especial no neopentecostalismo, sendo que a TP conseguiu permear até certo ponto todas as outras igrejas pentecostais consideradas clássicas. Por

exemplo, nas igrejas pentecostais clássicas se verifica a existência do chamado “culto da vitória”, onde são feitas correntes para que o crente receba uma benção, prática esta vinda diretamente da Teologia da Prosperidade. Diante disso, a teologia da Prosperidade, com uma visão de mundo que se desvia da perspectiva do Evangelho tradicional, e não raramente rejeita princípios apostólicos e elementos importantes do protestantismo original.

Como dito acima, o neopentecostalismo ingressou no cenário religioso brasileiro e a partir do final da década de 1970 e ganhou notoriedade nas décadas de 1980 e 1990. A Teologia da Prosperidade logo teve terreno fértil nas então incipientes igrejas neopentecostais que surgiram no Brasil, a partir da década de 1970.

Especificamente sobre o termo “neopentecostal”, este foi cunhado nos Estados Unidos para indicar dissidências dentro das igrejas pentecostais. Pieratt (1930) traz uma necessária diferenciação de termos no campo religioso brasileiro:

No Brasil, carismáticas são as designações dadas aos movimentos dentro da Igreja Católica Romana e Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Sobre o nome neopentecostalismo, Mariano propõe que “o prefixo neo mostra-se apropriado para designá-la [a terceira onda do pentecostalismo], tanto por remeter à sua formação recente como ao caráter inovador do neopentecostalismo”.

O neopentecostalismo é tido como a terceira onda do pentecostalismo brasileiro, sendo um aspecto importante o rompimento de ênfases teológicas e comportamentais das duas primeiras ondas. Araújo (2007, p. 505-506) afirma:

Dão mais ênfase ao louvor e são mais flexíveis teologicamente, não permanecendo estáticos na doutrina, como os pentecostais clássicos. Na década de 1990, grande parte de seus pregadores começou a incluir em suas mensagens elementos da Teologia da Prosperidade e da Confissão Positiva. [...] Distinguem-se também quanto aos usos e costumes.

O historiador Martin Dreher adota a percepção de que houve uma efetiva e evidente mudança na identidade evangélica brasileira provocada pelo neopentecostalismo. De acordo com Dreher, elementos religiosos contidos na religiosidade popular e afastados e demonizados pelo protestantismo tradicional e pentecostal, foram incorporados à sua teologia e não raras vezes aparecem devidamente em destaque na liturgia de seus cultos. O que era obra de demônios, segundo, Dreher passar a deixar de sê-lo, sendo que o homem deixa a sua posição

de pecador e o pecado não é mais a única fonte do mal. Dreher (2007, p. 233) escreve:

Por isso, não há mais a necessidade de pregar arrependimento no sentido do protestantismo tradicional. Não há mais o acento no livre-arbítrio; esse acento, aliás, se torna impossível porque o ser humano é presa dos demônios. A única possibilidade que lhe resta é negociar com Deus. Sinal de fidelidade a Deus é o dízimo. O dinheiro, aliás, é o “sangue da Igreja do Senhor Jesus”, na expressão do Bispo Edir Macedo.

Aquino (2015) advoga que no Brasil, teólogos e sociólogos concordam que a porta de entrada da TP no país se deu por meio da Igreja Universal do Reino de Deus e congêneres, justificando nos seguintes termos:

Suas práticas litúrgicas e pregações apresentam ao fiel às técnicas e saídas para a aquisição da cura e da prosperidade. Coisas tão estranhas ao evangelho de Jesus, que mais parecem práticas religiosas afro-brasileiras, recheadas de misticismo e superstição. Por exemplo: o uso do copo d’água, rosa ungida, sal grosso, pulseiras abençoadas, pentes santos, kit de beleza da rainha Ester, óleos de oliveiras de Jerusalém, águas do Jordão etc. A criatividade dos líderes é sem limites e a credulidade do povo (Aquino, 2015, p. 12).

Como demonstrado acima, as raízes da Teologia da Prosperidade se encontram no chamado “Primeiro Mundo”, países que já possuem prosperidade financeira, contudo, no Brasil, tal visão teológica foi rapidamente bem recebido. O que é mais paradoxal no contexto brasileiro é que a TP faz sucesso nas igrejas neopentecostais não é exercida pela presença da prosperidade, mas por sua ausência.

Mas daí surge a pergunta: como a Teologia da Prosperidade dialoga com a política e dá azo à Frente Parlamentar Evangélica? Conforme observamos acima, a Teologia da Prosperidade se fixa em três campos: "Autoridade Espiritual", "Saúde e Prosperidade" e "Confissão Positiva". Segundo Pieratt (1995), quando estes três campos se juntam, elas perfazem um sistema coeso. A autoridade espiritual, por exemplo, é sempre evocada quando as igrejas firmam suas candidaturas corporativas. Por exemplo, ao se observar os escritos de Hagin, o pai da Teologia da Prosperidade moderna, ensina que Deus está “ungindo profetas nos dias de hoje”. Para Hagin (1996), estes profetas são “porta-vozes de Deus” e, portanto, carregam consigo a autoridade do próprio Deus, daí sua capacidade para representar o reino de Deus no campo político.

### 2.3.2 Teologia do Domínio

A Teologia do Domínio, ou TD, como também utilizaremos aqui, é uma teologia, no Brasil, menos conhecida do que a Teologia da Prosperidade, mas cada vez mais faz parte do vocabulário político evangélico brasileiro. A referida teologia, assim como a Teologia da Prosperidade, nasceu nos Estados Unidos por volta da década de 1970, lá sendo conhecida como Dominion Theology, e logo se espalhando pelo mundo, principalmente através da “profecia dos Sete Montes”.

A profecia dos Sete Montes seria uma “visão profética” proposta por Loren Cunningham, fundador do “Juventude com uma Missão” (YWAM) e Bill Bright, em que se deve trazer a mudança divina para a nação alcançando sete esferas, ou montanhas, de influência social. Essas esferas, ou montanhas, seriam a Religião, Família, Educação, Governo, Mídia, Artes e Entretenimento e Negócios.

Um dos expoentes dessa visão, atualmente, é Johnny Enlow, que através do seu livro “O Renascimento dos Sete Montes. Visão e estratégia até o ano de 2050”, defende que: “Se pudermos influenciar cada uma dessas esferas para Cristo, venceremos a cultura de nossa nação”.

Desde cedo a teologia do domínio foi utilizada para fins políticos, sendo adotada pelo projeto político de fortalecer o Partido Republicano (PR) americano, que entre o final das décadas de 1960 e 1970 estava em crise, principalmente após a derrota de seu candidato nas eleições presidenciais de 1964, fato esse expandido pela não obrigatoriedade de votar do eleitores estadunidense, obrigando, desta feita, o Partido Republicano partir na caça de novos eleitores, vislumbrando no evangélicos um segmento a conquistar.

A Teologia do Domínio já foi protagonista e considerada exitosa em uma eleição nos Estados Unidos, segundo Pereira (2022)<sup>11</sup>:

O evento que marca o êxito do dominionismo nos EUA foi a eleição de Ronald Reagan para presidente, em 1980, derrotando Jimmy Carter, que disputava a reeleição. Carter seria o candidato ideal para os cristãos: evangélico, batista e com boa reputação ética, mas foi abandonado porque resistiu aos projetos de poder dos grandes líderes evangélicos. Reagan, por sua vez, um ex-ator hollywoodiano, estava disposto a cumprir a agenda conservadora em troca do apoio religioso. Junto com Margareth Thatcher, premier britânica, marcou a ascensão do neoliberalismo — de alto valor dominionista.

---

<sup>11</sup> <https://reporterbrasil.com.br/teologia-do-dominio-uma-chave-de-interpretacao-da-relacao-atual-entre-a-igreja-e-politica-brasileira/>

Tratando acerca de definição da Teologia do Domínio, Enns (2010, p. 470) traz a seguinte definição de TD em seu Compendio de Teologia:

Teologia do domínio, reconstrucionismo cristão, teonomia e teologia do reino agora. Todos esses são os nomes que têm sido usados para descrever esse movimento. A teologia do domínio diz que Deus, por meio de Cristo, exerce domínio sobre este mundo e os crentes, por sua identificação com Cristo, têm domínio sobre o mundo. Os crentes alcançarão este domínio no mundo por meio de sua obediência aos mandamentos de Deus e serviço fiel. No final, os cristãos se parecerão com os "benfeitores" do mundo. Uma vez que Cristo derrotou Satanás e o pecado, Os cristãos podem ter domínio pessoal sobre todas as áreas da vida.

Segundo ainda Enns (2010), a razão para o surgimento da Teologia do Domínio nos Estados Unidos, teria sido a "desilusão com o governo, a preocupação com o declínio moral da América". Além disso, os cristãos reconstrucionistas oferecem soluções, acreditando na perspectiva pós-milenar que todas as nações se converterão e a igreja estabelecerá o reino de Deus na terra. Além das igrejas protestantes tradicionais e pentecostais tradicionais, a Teologia do domínio vem ganhando força nas igrejas neopentecostais, principalmente devido ao seu otimismo sobre o futuro.

No campo político, as igrejas que propagam a Teologia do Domínio de forma mais veemente no Brasil seria a Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo (RJ), Igreja Assembleia de Deus Ministério Belém (SP), Igreja Universal do Reino de Deus em Cristo e a Igreja Batista da Lagoinha (MG), uma vez que defendem o compromisso radical de eleger cristãos para cargos públicos em escala global, a fim de estabelecer um governo cristão ou uma teocracia para o Reino de Deus na terra.

Um outro fator, de cunho religioso, que move os defensores da Teologia do Domínio é que a conquista do mundo para Cristo aceleraria a volta de Jesus e o estabelecimento de seu reino. Alexandre (2020), sobre essa situação, cita o seguinte:

Assim, para acelerar a volta de Jesus Cristo e o estabelecimento de seu reino, os cristãos devem buscar o poder terreno, institucional, segundo o mapa da ocupação das "sete montanhas". E, mais uma vez, na guerra vale tudo: conchavos políticos, aquisição de canais de rádio e televisão, extermínio de cultos afro-brasileiros, intervenção na grade curricular das escolas públicas. Guerra é guerra (Alexandre, 2020, p. 157-158).

Aliás, pegando o “gancho” deixado por Alexandre com relação à mídia, Kim (2017)<sup>12</sup>, afirma que a FPE sempre faz um alto investimento midiático, senão vejamos:

A Frente Parlamentar Evangélica, composta por partidos políticos oferecem um alto investimento nas rádios e TVs e também marcam sua presença na vida política do país, através da eleição de seus pastores, seja para as Assembleias Legislativas seja para o Congresso Nacional, onde com bancadas fortíssimas apoiam ou rejeitam projetos de lei assim como a concessão de canais de TV, sempre de acordo com os seus interesses. A bancada evangélica demonstra que política mídia e religião estão longe de estarem separadas no Brasil. Os líderes religiosos conseguem angariar cada vez mais poder, elegendo mais parlamentares, boa parte se deve a sua forte presença midiática.

Especificamente sobre a ação de políticos evangélicos que fazem uso da Teologia do Domínio na arena política, Pereira (2022)<sup>13</sup> nos dá um importante panorama desse movimento teológico, assim como afirma seu alcance:

O Pr. Pat Robertson tentou ser o sucessor de Reagan, mas perdeu para o Bush-pai nas prévias do partido. No entanto, isso não arrefeceu o projeto de poder em curso. Pelo contrário, os evangélicos passaram a atuar nas bases, mirando os cargos políticos das esferas estaduais e locais. Em resumo, toda a política estadunidense, desde Reagan até agora, é marcada pelo protagonismo do eleitorado evangélico, independente do partido do presidente. O trumpismo é apenas o último capítulo dessa história.

A partir do proposto por Pereira, não é exagerado dizer que o movimento dominionista engendrado nos Estados Unidos influenciou a aliança dos políticos evangélicos brasileiros, em especial aqueles com mandatos, com o governo Bolsonaro. Deve-se lembrar que a maioria das igrejas no Brasil durante muitos anos mantiveram estreitas relações com missionários norte-americanos e mantendo com estes e suas igrejas e matrizes teológicas originárias uma forte relação de dependência, daí, sendo até mesmo natural, que os cristãos brasileiros sejam permeáveis a crenças e movimentos "importados".

Como demonstrado até aqui a Teologia do Domínio necessita de uma estratégia e essa estratégia se chama a Profecia dos Sete Montes, que nada mais é

---

<sup>12</sup> Em trabalho apresentado na XII Conferência Brasileira de Comunicação Eclesiocal (Eclesiocom), realizada na Pontifícia Universidade Católica – Campinas, 17/8/2017. Disponível em: <http://portal.metodista.br/elesiocom/2017/arquivos/o-poder-midiatico-da-frente-parlamentar-evangelica>

<sup>13</sup> Disponível em: <https://reporterbrasil.com.br/teologia-do-dominio-uma-chave-de-interpretacao-da-relacao-atual-entre-a-igreja-e-politica-brasileira/>

do que “dominar” “os sete montes” que correspondem à família, em seu modo tradicional, a religião, ou seja, a supremacia do cristianismo, a educação religiosa, não laica, a mídia, o lazer, que deve incorporar ideais religiosos, os negócios e o governo, este devendo ser gerido e guiado por governantes, políticos e bancadas que professem a fé cristã. Sobre a teologia do domínio e sua estratégia designada de Sete Montes, Enlow (2010, p. 46) assim a define:

O domínio é claramente definido como uma parceria entre Deus e o homem, e se estende sobre todas as outras formas de vida ou existência, incluindo o reino demoníaco...o propósito dessa “luta” é ganhar domínio sobre o reino demoníaco e as mentiras que ele levanta sobre Deus. Os alvos de nossa dominação são satanás e demônios, e devemos ter certeza de que entendemos essa narrativa e de que a representamos corretamente.

Como bem demonstrado, a teologia do domínio busca promover a dominação do cristianismo na esfera pública. A título de exemplificar a ocupação de cargos importantes por parte de políticos evangélicos, o então deputado Eduardo Cunha, membro da FPE, assumiu a presidência da Câmara, e após não ter apoio por parte do Executivo e nem do Partido dos Trabalhadores, declarou o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, ao passo em que desde então políticos evangélicos têm sido protagonistas de importantes acontecimentos políticos, sendo que o bolsonarismo, logo viu nesse grupo um importante aliado e fiador.

### 2.3.3 Batalha Espiritual

De início, cabe aqui mencionar que a Batalha Espiritual aqui tratada se inspira na batalha espiritual tratada na carta paulina de Efésios, mais especificamente no capítulo 6, versículos 10 a 18, que diz o seguinte:

Finalmente, fortaleçam-se no Senhor e no seu forte poder. Vistam toda a armadura de Deus, para poderem ficar firmes contra as ciladas do diabo, pois a nossa luta não é contra pessoas, mas contra os poderes e autoridades, contra os dominadores deste mundo de trevas, contra as forças espirituais do mal nas regiões celestiais. Por isso, vistam toda a armadura de Deus, para que possam resistir no dia mau e permanecer inabaláveis, depois de terem feito tudo. Assim, mantenham-se firmes, cingindo-se com o cinto da verdade, vestindo a couraça da justiça e tendo os pés calçados com a prontidão do evangelho da paz. Além disso, usem o escudo da fé, com o qual vocês poderão apagar todas as setas inflamadas do Maligno. Usem o capacete da salvação e a espada do Espírito, que é a palavra de Deus (Bíblia, 2007, p.1155).

A Batalha Espiritual descrita em Efésios 6, é comumente um assunto deveras abordado em cultos e pregações nas igrejas evangélicas, contudo, no texto acima referenciado, o apóstolo Paulo científica os cristãos que a luta da igreja, a luta do cristão não é contra pessoas, mas sim contra as forças espirituais.

Para Alexandre (2020), a Batalha Espiritual pregada em igrejas pentecostais e mais efusivamente em igrejas neopentecostais, guarda estreita relação com o maniqueísmo<sup>14</sup>, senão vejamos:

O ensino da Batalha Espiritual é uma versão atualizada do maniqueísmo do séc. 3 e 4 d. C., uma visão religiosa sincrética segundo a qual Deus e o diabo seriam forças autônomas e equivalentes brigando pelo mesmo espaço. É “a luta do bem contra o mal”, como definiu o teólogo e sociólogo Ricardo Bitun (Alexandre, 2020, p. 156).

Feita essa necessária digressão, até a eleição presidencial deste ano (2022), a maioria dos brasileiros e da academia se depararam com um termo pouco conhecido do público em geral: Guerra Espiritual. Esse termo comumente usado no interior das igrejas evangélicas, em especial das neopentecostais logo foi atrelada à política eleitoral do Brasil.

Ora, importante mencionar que o conceito de batalha espiritual é um termo muito comum entre as igrejas evangélicas brasileiras, especialmente neopentecostais. Nestas igrejas é muito comum a noção de que há uma guerra entre as forças do bem e do mal. Essa cosmovisão religiosa, baseada em alguns textos bíblicos e no dualismo radical, também diz que as escolhas mundanas podem colocar as pessoas do lado de Deus ou do diabo.

Essa perspectiva teológica, que também tem raízes nos Estados Unidos, defende a chamada "guerra cultural", que nada mais é do que a secularização dessa forma religiosa, e que prega o surgimento uma ameaça maligna de destruição de valores e da cultura, surgindo daí as expressões como "marxismo cultural", "globalismo" e outras formas de teorias da conspiração.

Como se pode verificar, o conceito de Batalha Espiritual foi e é amplamente utilizado por políticos evangélicos no Brasil, conceito este utilizado em especial no segundo turno das eleições presidenciais de 2022, e extensivamente utilizado pela

---

<sup>14</sup> O maniqueísmo foi uma filosofia religiosa sincrética e dualística fundada possivelmente na Pérsia e propagada por Maniqueu, que divide o mundo simplesmente entre *Bom*, relacionado a Deus, e *Mau*, relacionado ao Diabo.

primeira-dama Michele Bolsonaro, a qual em diversas oportunidades utilizou o termo “Batalha Espiritual” se referindo que haveria uma luta do bem contra o mal. Terra (2022)<sup>15</sup>, ao analisar a batalha espiritual atrelada à política, diz o seguinte:

Aplicada à política, a batalha espiritual, encarnada na guerra cultural, é um verdadeiro desastre, porque se instala o terrorismo ideológico, a sacralização ou demonização de personagens político-partidários e, como consequência, são deixadas de lado as questões importantes em uma disputa eleitoral. Tal interpretação instalada no imaginário político dos brasileiros acaba por acirrar a intolerância e fortalecer a violência. Por isso, o uso da religião nesse contexto belicoso pode ajudar na instauração do terror, enfraquecendo o caráter político da discussão e abrindo as portas para a irracionalidade do medo como instrumento de convencimento.

Possivelmente, dentre as teologias amplamente utilizadas por políticos evangélicos, principalmente daqueles oriundos de igrejas neopetencostais, a Batalha Espiritual seja a aquela que mais causa preocupação, haja vista fortalecer o caráter religioso na política e dar azo à intolerância, discriminação, a propagação de *fake news* e ao discurso de ódio.

## 2.4 A identidade política

Quanto à identidade política da Frente Parlamentar Evangélica, igual dificuldade é apontada quando se busca apontar uma identidade política à Frente Parlamentar Evangélica. Nesse sentido, um autor que traz importante perspectiva nesse assunto é Joanildo Burity, o qual defende a impossibilidade de unidade identitária entre os evangélicos no Congresso afirmando que:

Não há um alinhamento evangélico com uma única tendência partidária ou ideológica. Todas as análises e os resultados eleitorais ressaltam a pluralidade de opções partidárias e as divisões entre os evangélicos [...] no que se refere ao campo ideológico [...] ainda que as questões da sexualidade e da moral individual mobilizem os evangélicos e os aproximem em discussões e votações no parlamento, não se constituiu uma fronteira definidora de uma identidade englobante dos evangélicos na política (Burity, 2005, p. 198 *apud* Borges, 2007).

Para Burity (2005) os políticos evangélicos, e por consequência da FPE, não possuem um alinhamento em torno de um único caminho que possa identificá-los e

---

<sup>15</sup> A referida reportagem pode ser verificada no seguinte endereço eletrônico: <https://www.agazeta.com.br/artigos/lula-bolsonaro-e-a-teoria-da-guerra-espiritual-1022>

nem identificá-los na arena política. Outro autor que coaduna com o pensamento de Burity e Machado (2005), o qual afirma que os políticos evangélicos ainda estão em vias de construir uma identidade política, mas ainda não é possível definir tal identidade. Costa (2018) ao tratar sobre a identidade da FPE, traça a seguinte assertiva:

Na compreensão destes autores, assim como não existe uma identidade geral compartilhada pelos evangélicos, não é possível que haja nos representantes eleitos. Antonio Pierucci, ao analisar a atuação de deputados evangélicos na constituinte, defende que não existe uma identidade homogeneizante entre os parlamentares evangélicos, pois entre eles havia muitas divergências de ordem política e econômica. No entanto eles adotaram uma estratégia de evitar que estas questões divergentes entrassem em pauta, e para os elementos que os unissem ocupassem um lugar central nas suas ações.

Costa (2018) concorda com Burity sobre a impossibilidade de se determinar uma identidade política da Frente Parlamentar Evangélica, em especial o fato de eles, como entidade política, se reunirem e agirem em conjunto a favor ou contra determinadas pautas:

O fato de não ser consensual na literatura especializada a existência de uma identidade política entre os parlamentares evangélicos suscita não só pensar a definição de identidade discutida, como compreender os fatores que os levam a agir em conjunto e possibilite o entendimento de suas ações enquanto um corpo de atores políticos que tem aumentado seu espaço de atuação nas últimas décadas e que não passa despercebido, principalmente quando está na arena de discussões e decisões de temas considerados polêmicos com outras frentes parlamentares em visíveis disputas e de exercício de poder (Costa, 2018, p. 75).

Corroborando Costa e Burity (ano?), Rodrigues-Silveira e Cervi (2019) entendem que o embate no campo teológico e midiático entre as igrejas evangélicas pode ser um fator que impeça uma identidade política.

Ainda que o peso demográfico e parlamentar da IURD seja menor, sua presença na política é marcada pelo carisma institucional, pelo uso massivo da televisão como forma de difusão de um discurso político com forte apelo religioso, assim como pela adoção de uma estratégia consciente de posicionamento da igreja como a cabeça política das denominações evangélicas. A IURD também buscou disputar a liderança das organizações evangélicas por meio da fundação da Conferência Nacional dos Pastores do Brasil, em 1993 (Freston 1999, 155). Apesar das diferenças e disputas entre essas duas denominações, o sucesso dessa estratégia é evidente. A AD apresenta posição hegemônica com vinte e seis deputados, em 2010, e vinte e sete, em 2014. Em segundo lugar vem a IURD. Em 1986, esta última elegeu apenas um parlamentar. Na eleição seguinte, em 1990, subiu para

três parlamentares, e em 1994 foram seis os eleitos. Depois, em 1998, o número de deputados apoiados oficialmente pela igreja saltou para quatorze e, em 2002, já eram dezesseis (Oro 2003). Em 2006 houve a redução, devido aos escândalos de corrupção e a partir de então a IURD voltou a representar a segunda força evangélica, com doze deputados em 2014. Além disso, a existência de redes organizativas com forte penetração territorial em todo o país, estrutura midiática e de mobilização por parte das igrejas fez com que seja mais barato fazer campanha os candidatos religiosos quando comparados com os outros. (Rogrigues-Silveira e Cervi, 2019, p. 563)

Neste momento, cabe aqui citar Freston, quando este tenta vislumbrar as implicações religiosas/políticas em um Brasil futuro:

Como os líderes pentecostais se comportariam num governo de esquerda? Depende. A comparação com a Nicarágua sugere que, se a Igreja Católica rompesse com o governo e este cortejasse os evangélicos, a convivência e, até, um certo fisiologismo seriam possíveis (o fator da rivalidade religiosa). Por outro lado, um governo associado publicamente com um setor da Igreja Católica e com boa chance de cair devido à pressão nacional e internacional levaria líderes pentecostais a uma oposição clara (o fator da estabilidade). Se o governo tivesse tempo para produzir alguns resultados, igrejas como a AD poderiam até se dividir politicamente. A Universal, por outro lado, unida, teria a política de comunicações como pedra de toque (o fator denominacional) (Freston, 1993, p. 286).

À guisa de hipótese de trabalho, dizemos que a Frente Parlamentar Evangélica tem uma intensa ação e unidade quando há questões que orbitam sua pauta de interesse, geralmente as pautas de natureza moral, ou de interesse institucional da igreja, em especial das igrejas evangélicas. Essas questões morais muitas vezes vão além de seus próprios interesses partidários, usando como estratégia para amplificar sua importância como agente político seu poder de mobilização política, principalmente das igrejas que apoiam e de onde se originam seus membros, em manifestações tais como a Marchas Para Jesus<sup>16</sup>, assim como marchas específicas contra projetos que consideram prejudiciais à sociedade, como o PLC 122/2006<sup>17</sup> e o reconhecimento judicial de uniões homossexuais.

---

<sup>16</sup> A Marcha para Jesus, evento que acontece em todo o mundo desde a década de 1980, começou a ser realizada no Brasil em 1993 reunindo diferentes congregações evangélicas nas ruas de todo o país para louvar a fé. Por mais de dez anos, a caminhada de fieis acontecia informalmente, mas em 2009, com o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passou a fazer parte do calendário oficial do país. Disponível em <https://lula.com.br/dia-nacional-da-marcha-para-jesus-foi-criado-por-lula/>

<sup>17</sup> O PL 122/2006, de autoria da ex-deputada Iara Bernardi, do PT/SP, buscava alterar a Lei 7.716/1989, que tipificaria “os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” foi arquivado no Senado após intensa mobilização da FPE. O projeto incluía entre esses crimes a discriminação por gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero. Fonte: Agência Senado, com alterações.

Naturalmente, essa unidade em torno de pautas de costumes ou morais não dão à FPE uma identidade política clara e definitiva.

### **3 ATUAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA (2003-2022)**

A Frente Parlamentar Evangélica Brasileira, conforme Gonçalves (2016) e Lopes (2013), criada em 2003, tem desempenhado um papel significativo na representação e defesa dos interesses da comunidade evangélica no cenário político do país. Composta por parlamentares de diferentes partidos, essa frente tem buscado promover pautas e políticas alinhadas aos valores e princípios do segmento evangélico, abrangendo questões relacionadas à família, à vida humana e a outras demandas consideradas relevantes.

Ao longo dos anos, a Frente Parlamentar Evangélica por meio de articulações e negociações, seus membros têm trabalhado para garantir a representatividade e a participação do segmento evangélico nas discussões legislativas, contribuindo para a formulação de políticas públicas que atendam às necessidades dessa parcela da população.

Dentre as principais áreas de atuação da Frente Parlamentar Evangélica, segundo Menezes Júnior (2020) destacam-se as temáticas relacionadas à defesa da liberdade religiosa, à proteção da família tradicional, à promoção da ética cristã e dos valores cristãos, bem como às políticas de combate às drogas, à violência, principal contra o cristianismo e à exclusão social. Por meio de pronunciamentos, projetos de lei e outras ações, os parlamentares evangélicos têm buscado fortalecer essas bandeiras e sensibilizar seus colegas de outras bancadas. Vejamos:

No entanto, os parlamentares evangélicos são a maioria dos componentes e se intitulam estar unidos na defesa da ética, da moral, dos bons costumes, da família e de uma sociedade justa e igualitária. ( Menezes Júnior, 2020, p. 55)

No período de 2003 a 2022, a Frente Parlamentar Evangélica, conforme Menezes Júnior (2020) e Lopes (2013), se consolidou como um espaço de representação política efetiva para os evangélicos brasileiros, principalmente entre aqueles mais conservadores.

É importante ressaltar que a atuação da Frente Parlamentar Evangélica não está isenta de críticas e controvérsias. Alguns argumentam que suas posições podem gerar polarização e prejudicar a garantia de direitos de outros grupos.

Diante dos desafios e transformações do contexto político brasileiro, a Frente Parlamentar Evangélica vem desempenhando um papel relevante na representação

dos interesses evangélicos, contribuindo para a pluralidade e diversidade do sistema político do país.

### 3.1 Organização

De início é importante informar que as casas legislativas não organizam, as frentes parlamentares, pois para o surgimento destes entes políticos basta apenas seu registro junto à casa legislativa a cada legislatura, havendo, portanto, ingerência administrativa do congresso sobre a frente parlamentar. Monteiro (2019), sobre esse assunto, afirma o seguinte:

As casas legislativas não organizam, administram ou guardam quaisquer documentos referentes as frentes parlamentares, além dos respectivos requerimentos de registro, visto não integrarem suas estruturas por ausência de previsão regimental. Desta forma, não há qualquer tipo de acompanhamento das baixas e novas filiações a tais associações a menos que formalmente informadas à Mesa por seus representantes (Monteiro, 2019, p. 27).

É dizer, como as casas legislativas não administram as composições das frentes parlamentares, a definição dos membros efetivos é uma tarefa que encontra muitas vezes resultados ligeiramente diversos, dependendo do momento em que a pesquisa é realizada.

Após a explanação fornecida acima, observa-se uma correlação entre o crescimento da Frente Parlamentar Evangélica e o aumento do número de evangélicos no Brasil. Conforme o Censo do IBGE de 2010, os evangélicos representam atualmente 22,16% da população brasileira, consolidando-se como o grupo religioso de maior expressividade.

Dentro do contexto das denominações evangélicas, os dados do IBGE revelam que a Assembleia de Deus é a denominação com o maior número de fiéis, contando com 12.314.410 membros, de acordo com as informações de 2010. Em seguida, neste ranking, encontram-se as Igrejas Batista, Universal do Reino de Deus, Evangelho Quadrangular e Adventista, demonstrando a diversidade e a representatividade das diferentes denominações evangélicas.

Como já extensivamente descrito neste trabalho, foi por volta da década de 1980 que se assegurou a manifestação presença integra e inibida de segmentos evangélicos no espaço político brasileiro. Na época em que o país, recém saído da

ditadura militar, se democratizou e se aprontava para as eleições da Assembleia Constituinte, diversas denominações evangélicas se mobilizaram para garantir uma representação parlamentar que possibilitasse a proteção e o fortalecimento dos princípios e princípios cristãos e orientações doutrinárias da religião, como o casamento monogâmico e heterossexual, a proibição do aborto e a proteção da moralidade sexual, na esfera política e normativa do Estado.

A esse respeito, Moura (2017) apresenta uma importante análise sobre a formação da FPE:

Os constituintes evangélicos, obstinadamente em defesa dos “bons costumes” e da preservação dos valores tradicionais passaram a atuar e se posicionar como um bloco suprapartidário combativo, que apesar das dissensões internas a respeito de determinada ideologia ou opinião específica, enfrentavam veementemente as proposições que obstaculizavam qualquer desenvolvimento e permanência da moral cristã. Em consequência de diversos fatores, nos quais podem ser englobados o estilo estrondoso com os quais emitiam seus pareceres, os escândalos nos quais alguns se envolveram, bem como a forma de atuar politicamente, os parlamentares que compunham tal bloco obtiveram notável visibilidade nos meios de veiculação de informação (Moura, 2017, p. 28).

O comportamento descrito acima por Moura (2017) mudou no início do período eleitoral 2003-2007, quando o então deputado federal Adelor Vieira (PMDB\SC) incentivou a formação de uma frente parlamentar evangélica com o objetivo de fortalecer o lobby religioso, sendo que a partir de então, parlamentares que se declararam evangélicos passaram a atuar em defesa da moralidade social e dos bons costumes.

Menezes Júnior (2020) aponta como objetivos outros os seguintes:

O monitoramento dos programas de governo para avaliar sua aplicabilidade, a intervenção constante no processo legislativo por meio de comissões temáticas para promover leis voltadas para a ordem pública e nas esferas social e econômica, desde que os propósitos de Deus e, finalmente, seus méritos incluir o evangélico parlamentares de outras nações apoiando o intercâmbio entre a melhoria da eficiência do trabalho do Parlamento (Menezes Júnior, 2020, p. 42).

Além da moralidade, as igrejas evangélicas investiram na política partidária, fortalecendo o espaço para a competição religiosa, lutando contra a hegemonia da Igreja Católica e obtendo concessões para canais de rádio e televisão, além de doar terras em troca de apoio do Estado, conforme defendido por Burity e Machado (2004, p. 603).

Um fato interessante destacado por Menezes Júnior (2020) sobre a liderança evangélica é que hoje, destacadas lideranças evangélicas não se interessam apenas pela atividade política, mas também produzem estratégias eleitorais que garantem a eleição de candidatos, pois a identidade religiosa demonstra a atuação política e altera o prestígio derivado do campo religioso oferece uma oportunidade para entrar no argumento de uma parte. Nessa perspectiva, religião e política se relacionam mutuamente, pois os discursos político e religioso se misturam, resultando inevitavelmente em novos significados para ações, pensamentos, linguagem e símbolos. Charaudeau (2006) afirma o seguinte sobre o discurso político da Frente Parlamentar Evangélica:

A noção de que o discurso político da bancada evangélica é dominado por uma afirmação de pureza original, homogênea, que valoriza a preservação do status quo e reforça o imaginário de sua tradição. Afirma a preservação ou salvação dos valores cristãos básicos, se necessário, desde o início da sociedade. Assim, qualquer ruptura dos fundamentos de valores e crenças deve ser combatida, uma noção arriscada pela imprecisão da identidade e do comportamento de tais rebeldes e pelo perigo de esvaziar várias formas de entender e interpretar a vida e o mundo. Esta imaginação assenta em “discursos que exigem a remoção do problema que representa uma mancha: discursos fóbicos contra o Outro, o bárbaro, o infiel, ou simplesmente o Outro (mas inferior) que destrói a identidade” (Charaudeau, 2006, p. 211).

Segundo Freston (1992), a atividade política baseada na igreja é sintonizada com a fisiologia, o corporativismo e, às vezes, por meio de atos de corrupção, fortalecendo os líderes da igreja e, de outra forma, fortalecendo as congregações religiosas que, expandindo seu poder de barganha, podem dar impulso ao ciclo nascente.

É importante ressaltar que, embora a bancada evangélica seja conhecida por seu caráter conservador e corporativista, ela também é composta por parlamentares que defendem teses progressistas e estão mais preocupados com os problemas sociais do que com a preservação da moral cristã, ainda que o sejam na minoria.

Campos (2005) identifica a participação dos evangélicos na política desde a década de 1930, mas que ainda existia, naquela época, aquela concepção de que “crente não se mete em política”, um pensamento comum ao período pré-ditadura militar entre os evangélicos, passando a perspectivas como aquela de que “irmão vota em irmão” (Trevisan, 2013). Para Campos, os evangélicos no Congresso iniciaram a tentativa de construção de uma identidade política com objetivos entre os

quais se pode destacar, de maneira semelhante a Mariano, a tentativa de afirmação de posição política frente a religião dominante (a Igreja Católica) afirmando serem uma minoria perseguida. Apresenta-se, assim, uma mudança na forma de os evangélicos enxergarem a política e que, conseqüentemente, os levou a uma participação mais intensa. Hoje é notável a intensa presença deste grupo nas instituições políticas, contrariando o pensamento de que religião e política estão estritamente separados.

Antônio Pierucci, ao analisar a atuação de deputados evangélicos na constituinte, defende que não existe uma identidade homogeneizante entre os parlamentares evangélicos, pois tinham muitas divergências de ordem política econômica entre si, mas que adotaram uma estratégia de evitar que estas questões divergentes entrassem em pauta, e para que os elementos que os unissem ocupassem um lugar central nas suas ações. Segundo Pierucci:

Ao evitarem as controvérsias e divergências em matéria econômica, tratavam de delimitar um espaço homogêneo de representação, o seu espaço de representação enquanto evangélicos [...] recorte unificador e legitimador de seu espaço de representação como bloco, acima das divisões internas e aparentemente à margem dos grandes embates socioeconômicos (Pierucci, 1996b, p. 183 *apud* Borges, 2007, p. 73).

Contudo, não são consensuais as explicações acerca da participação de políticos oriundos de partidos e seguimentos religiosos diferentes em um único grupo. Assim, Borges (2007) aponta a partir destes e outros autores pelo menos cinco razões para a atuação dos evangélicos em um grupo específico:

1- preocupação em evitar a aprovação de políticas que afetem a instituição familiar, como a permissão do aborto e do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo (Pierucci, 1996); 2- aumento da visibilidade das igrejas no espaço público, possibilitando a inserção dos evangélicos no debate político; 3- demanda por igualdade de status com a Igreja Católica (Freston, 1993); 4- busca de maior liberdade religiosa e preocupação em assegurar os direitos de livre credo conquistados, em situação percebida como sob ameaças (Pierucci, 1996; Mariano, Pierucci, 1996); 5- fortalecimento de lideranças internas às igrejas, um objetivo ligado diretamente à criação e ao aumento de legitimidade dentro das organizações religiosas (Freston, 1993; Borges, 2007, p. 79).

Para poderem se manter nos cargos ocupados e aumentar a sua influência os “Políticos de Cristo” usam de vários meios coordenados com sua origem social, como demonstra Borges:

Os “Políticos de Cristo” não apenas são eleitos com apoio de fiéis e de igrejas evangélicas, como também enfatizam tal vínculo na atividade parlamentar. A criação da “Frente Parlamentar Evangélica” em 2003 exemplifica este ponto por tratar-se de um grupo que tem tido significativa representação no Congresso Nacional, constituindo-se em uma das mais numerosas “bancadas” suprapartidárias (Borges, 2007, p, 65).

Segundo Mariano (2011), esta atuação política de lideranças evangélicas no âmbito das igrejas, e envolvendo a disputa religiosa termina migrando para o espaço político, e influenciam e torna turva a concepção de um estado laico, pois as disputas religiosas ao entrarem no âmbito da política usam dos aparatos políticos para realizarem seus empreendimentos e alcançarem suas metas em relação ao apoio dos fiéis ou em relação a outras religiões, tanto no âmbito político como no religioso.

Essa frente foi fruto de diversas discussões entre congressistas evangélicos buscando uma melhor organização no Congresso Nacional. Segundo Baptista (2007), outros fatores também cooperaram para essa formação, entre eles reunir-se com políticos evangélicos para discutir projetos de interesse comum, frequentar cultos religiosos que ocorriam e ocorrem semanalmente na Câmara dos Deputados.

Contrariando as expectativas e o senso comum, a frente parlamentar evangélica não é composta apenas por congressista que professam a fé evangélica, ao contrário, a FPE inclui representantes que seguem outras confissões cristãs, como parlamentares católicos. Naturalmente, os parlamentares evangélicos são a maioria, sendo que todos postulam como pautas principais a defesa da ética, da moral, dos bons costumes, da família e de uma sociedade justa e igualitária.

No campo do discurso, a pauta moral é a mais utilizada pela FPE, a qual é geralmente é baseado em princípios e valores cristãos conservadores, que são considerados fundamentais pelos membros da Frente Parlamentar Evangélica, posto que tal discurso estaria de acordo com a vontade de Deus e com os ensinamentos da Bíblia, e que ao defender tal discurso se torna uma forma de preservar a moral e os valores da sociedade.

Na prática política, ao objeto do uso do discurso da pauta moral pela Frente Parlamentar Evangélica é buscar influenciar a legislação e as políticas públicas para promover suas pautas. Isso pode incluir a apresentação de projetos de lei, a

participação em comissões parlamentares, a influência junto a outros parlamentares e autoridades, e a articulação de alianças políticas.

É importante destacar que a atuação da Frente Parlamentar Evangélica tem gerado debates e controvérsias na sociedade. Enquanto alguns veem suas ações como uma legítima expressão da representação política de uma parcela da população que se identifica com a fé evangélica, outros críticos argumentam que há uma tentativa de imposição de uma visão religiosa específica sobre questões de natureza pública, o que poderia ferir princípios de laicidade e pluralidade.

Além disso, críticos também têm apontado que a atuação da Frente Parlamentar Evangélica pode gerar polarização e conflitos, especialmente quando há confronto com outras visões de mundo e grupos sociais que defendem direitos e liberdades individuais, como o movimento LGBTQ+, feministas, defensores dos direitos reprodutivos e outros.

Em resumo, o discurso da pauta moral é utilizado pela Frente Parlamentar Evangélica como base para sua atuação política, buscando promover suas crenças e valores evangélicos na legislação e nas políticas públicas. No entanto, sua atuação é objeto de debates e controvérsias na sociedade, envolvendo questões de laicidade, pluralidade e direitos individuais.

Segundo Baptista (2009), as preleções dos instituidores da Frente Parlamentar Evangélica demonstram haver, desde o início de sua formação, a intenção de unir seus componentes em um único partido político (um partido evangélico), como ocorreu durante a formação da Assembleia Constituinte, fato este posteriormente abandonado, tomando lugar a estratégia de dar diversidade partidária aos membros da FPE, estratégia esta adotada para aumentar a capilaridade dos evangélicos no parlamento, o que facilita a conquista de espaços e metas.

Nesse contexto é que a Frente Parlamentar Evangélica foi instaurada no dia 18 de setembro de 2003 em uma Sessão Solene em homenagem ao Dia Nacional de Missões, sendo que o deputado e Pastor Pedro Ribeiro presidiu a cerimônia da fundação da FPE, conduzindo a cerimônia em homenagem à missão religiosa intercultural e, em seus momentos finais, apresentou o também Pastor Addelor Vieira como seu primeiro presidente.

A configuração da primeira diretoria pode ser encontrada no quadro a seguir. Quadro 1 – Composição diretiva da FPE na 52ª Legislatura (2003-2006)

Cargo	Parlamentar
Presidente	Deputado Adelor Vieira, PMDB - SC
Vice-presidente	Deputado João Batista, PFL - SP
Vice-presidente	Deputado Reinaldo, PTB - RS
Vice-presidente	Deputado Pedro Ribeiro, PMDB-CE
Vice-presidente	Deputado Bispo Wanderval, PL-SP
Vice-presidente	Deputado Almir Moura, PL-RJ
Primeiro secretário	Deputado Zelinda Novaes, PFL - BA
Segundo secretário	Deputado Milton Córdias, PSC-BA
Terceiro secretário	Deputado Isaias Silvestre, PSB-MG
Quarto secretário	Deputado Lincoln Portela, PSL-MG
Quinto secretário	Deputado Neucimar Fraga, PL-ES
Primeiro tesoureiro	Deputado Takayama, PSC-PR
Segundo tesoureiro	Deputado Valdenor Guedes, PSC-AP
Terceiro tesoureiro	Deputado Gilmar Machado, PT-MG

Fonte: Menezes Júnior (2020), extraído da Ata da 193ª Sessão, em 18 de setembro de 2003 (Brasília, 2003, p. 479), com adaptações do autor.

Na 52ª Legislatura (2003-2006), primeira legislatura de funcionamento, a Frente Parlamentar Evangélica, tinha como composição 77 parlamentares, sendo 6 Senadores e 71 Deputados. Naturalmente, toda essa capilaridade defendida pelos fundadores da FPE, cobra seu preço. Segundo Menezes Júnior (2020), foi durante a 53ª legislatura (2007-2010) que a FPE foi reduzida a 55 Deputados, 3 Senadores e 52 Deputados, apontando Menezes Junior, como fator decisivo para essa queda, o chamado “Escândalo das Sanguessuga”, uma operação da polícia federal e da Procuradoria Geral da República ocorrida no mês de maio de 2006, que expôs um esquema de uma quadrilha de empresários, políticos e funcionários do governo para desviar o financiamento da saúde pública

Durante esses escândalos, cerca de um terço da Frente Parlamentar evangélica (52ª Legislatura), especialmente parlamentares ligados à Assembleia de Deus e IURD, foram acusados de esquema de corrupção envolvendo desvio de dinheiro público e fraude na compra de ambulâncias hospitalares. Aliás, a mídia deu ampla cobertura a esse escândalo de corrupção, principalmente com ênfase ao fato de vários implicados comporem a FPE, inclusive apontando que tais membros

estavam na origem do esquema criminoso<sup>18</sup>. Assim, na 53ª legislatura (2007-2010), Segundo Menezes Júnior (2020), durante esse período, a FPE foi renovada com 30 novos parlamentares evangélicos. Em 2007, o deputado João Campos (PSDB/GO) foi escolhido como novo presidente da frente.

Ainda na 53ª legislatura a FPE teve um papel decisivo na rejeição do Projeto de Lei que previa a descriminalização do aborto no Brasil, sendo que Menezes Júnior (2020, p. 66) aponta que:

A ação e participação combativa da Frente Parlamentar Evangélica no Legislativo Brasileiro como na menção da rejeição do PL 1135 de 1991 em duas comissões, com ampla margem de votos. Esse projeto prevê a descriminalização do aborto e revoga o artigo 124 do Código Penal, que estabelece pena de um a três anos de detenção para mulheres que praticaram o crime de aborto.

Tal foi a derrocada do PL 1135/91, inicialmente na Comissão de Seguridade Social e Família, que o relatório desfavorável firmado pelo relator Jorge Tadeu Mudalen, integrante da FPE, foi aprovado por unanimidade, com um placar de impressionantes 33 votos a 0. Depois disso, o aludido PL foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, sendo mais uma vez rejeitado, que alegou inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria, diante do fato de que a Constituição Brasileira garante a inviolabilidade da vida. Para Dantas (2011, p. 208):

Diante da condição de fragilidade e impossibilidade de autodefesa das crianças, a Frente Parlamentar Evangélica se nomeia defensora de sua vida e de sua integridade física, opondo-se ao aborto em qualquer fase da gestação. A justificativa para essa oposição se pauta na tese evangélica de que a vida humana tem início no momento da concepção, ou seja, no instante em que o óvulo é fecundado pelo espermatozoide. De acordo com essa perspectiva, não se deve comprometer a vida nem penalizar o bebê em nome do desejo “homicida” da mãe.

Na 54ª Legislatura (2011-2014) a FPE tornou a majorar seu número, contando naquela legislatura com 66 deputados, sendo 30 reeleitos e 36 eleitos, tendo em suas fileiras 3 senadores e 63 deputados no geral. Abaixo segue quadro com a composição dos cargos do conselho.

---

<sup>18</sup> As reportagens referentes a essa passagem pode ser observada nos seguintes endereços: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/rio-e-evangelicos-lideram-lista-dos-sanguessugas/> e <https://www1.folha.uol.com.br/brasil/ult96u81306.shtml>

Quadro 2 - Composição diretiva da FPE na 54ª Legislatura (2011-2014)

Cargo	Parlamentar
Presidente	Deputado João Campos, Republicanos-GO
Vice-presidente	Deputado Antony Garotinho, PR-RJ
Vice-presidente	Deputado Benedita da Silva, PT-RJ
Vice-presidente	Deputado Paulo Freire, PL-SP
Vice-presidente	Deputado Roberto de Lucena, PV-SP
Vice-presidente	Senador Walter Pinheiro, PT-BA
Primeiro secretário	Deputada Sueli Vidigal, PDT-ES
Segundo secretário	Deputado George Hilton, PRB-MG
Terceiro secretário	Deputado Jeferson Campos, PL-SP
Quarto secretário	Deputado Anderson Ferreira, PL-PE
Quinto secretário	Senador Magno Malta, PL-ES
Primeiro tesoureiro	Deputado Ronaldo Nogueira, Republicanos-RS
Segundo tesoureiro	Deputado Lourival Mendes, PTdoB-MA
Terceiro tesoureiro	Deputada Rosinha da Adefal, PTB-AL

Fonte: Menezes Júnior (2020) extraído do DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR, 2011, com adaptações do autor.

Segundo Duarte (2012, p. 57), a maioria dos membros da FPE na 54ª Legislatura possuíam as seguintes características:

Profissionais liberais, majoritariamente masculinos, faixa etária média superior a 40 anos, predominantemente membros de igrejas pentecostais e neopentecostais. Em termos de pertencimento regional a autora assinala a predominância da Região Sudeste com destaque para o Estado do Rio de Janeiro, que possui o maior número de deputados filiados.

Os deputados componentes da FPE participaram da maioria das comissões permanentes do parlamento, incluindo as mais importantes, as comissões de Constituição e Direito e de Cidadania/CCJC, estas sempre objeto de sua estratégia de ocupação de espaço político relevante. Além dessas importantíssimas comissões, uma grande parte dos parlamentares evangélicos se concentram também na Comissão de Seguridade Social e Família/CSSF, especialmente porque a CSSF é a responsável por analisar e votar propostas que abrangem temas como família, sexualidade, corpo, pessoa, vida e morte, bem como questões relacionadas

ao nascimento e óbito. Esses assuntos são frequentemente associados à chamada "pauta de costumes".

Na data de 03 de novembro de 2015, o Deputado Federal João Campos (PSDB/GO), presidente reeleito da FPE, solicitou junto à mesa da Câmara o registro da Frente Parlamentar Evangélica, a qual passou a se chamar Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional.

Foi na 54<sup>a</sup> Legislatura que a FPE emplacou uma importantíssima pauta de sua agenda: a defesa da família tradicional. A partir daí o deputado Anderson Ferreira (PR/PE) apresentou o PL 6583/2013, que em linhas gerais:

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Família e dispõe sobre os direitos da família, e as diretrizes das políticas públicas voltadas para valorização e apoio à entidade familiar. Art. 2º Para os fins desta Lei, define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. Art. 3º É obrigação do Estado, da sociedade e do Poder Público em todos os níveis assegurar à entidade familiar a efetivação do direito à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania e à convivência comunitária (Brasil, 2013).

Em que pese o chamado “Estatuto da família” ainda tramitar na Câmara, Menezes-Júnior (2020 p. 72) faz importante análise da FPE quando da tramitação de matérias de sua agenda:

Com a análise da tramitação do Projeto de Lei n. 6583/2013 conhecido como “Estatuto da Família” é possível observar que a FPE emprega estratégias eficazes para aprovar suas medidas. Com a comissão especial composta majoritariamente pelos seus membros, os postos-chave também (como a Mesa Diretora da Comissão e a relatoria). Porém, o que chama atenção é a capacidade de obstrução desse tipo de atuação, pois mesmo havendo tentativas de se aprovarem medidas contrárias aos seus interesses, os evangélicos, por ocuparem os postos-chaves, conseguiram obstruir todas as tentativas (Doudement, 2015). A Frente Parlamentar Evangélica conseguiu dominar todo o processo de tramitação e fazer valer seus interesses. (Menezes-Júnior, 2020, p. 72)

Em relação à 55<sup>a</sup> Legislatura (2015-2019), Segundo Menezes Júnior (2020), a Frente Parlamentar Evangélica, com o auxílio da Associação Nacional dos Juristas Evangélicos, atuou na redação dos seguintes projetos de lei:

Quadro 3 – Atuação da FPE

PEC 171/1993	Altera a redação do artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo a maioria penal
PL 6314/2005	Estatuto Jurídico da Liberdade Religiosa
PL 7443/2006	torna o aborto crime hediondo
PDC 234/2011	Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual, “cura gay”
PL 309/2011	Torna o ensino religioso obrigatório
PL 3722/2012	Altera o Estatuto do Desarmamento
PEC 164/2012	Altera artigo 5º da Constituição Federal, incluindo a proteção à vida desde sua concepção
PL 5069/2013	Modifica a Lei de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual), PL 6583/2013 (Estatuto da Família)
PL 3198/2015	Proíbe a venda de bebida alcoólica a menores de vinte e um anos
PL 158/2015	Considera como drogas ilícitas a maconha, a cocaína, o crack e o ecstasy, não passíveis de liberação para o consumo
PL 620/2015	Proíbe a adoção conjunta por casal homoafetivo

Fonte: Dados da pesquisa.

Importa notar que os projetos acima listados, de autoria de deputados ligados à FPE, inadvertidamente, geram tensões entre a Frente Parlamentar Evangélica e a bancada de direitos humanos, especialmente em relação a questões como armas, políticas de combates às drogas, aborto e direitos da comunidade LBTQIA+, sendo que a FPE, em sua grande parte, vem posicionando-se nessas questões baseadas em sua interpretação religiosa.

Por outro lado, em assuntos como previdência e direitos trabalhistas, a bancada evangélica vem adotando uma postura mais pragmática, focando em aspectos econômicos e sociais, em vez de uma perspectiva puramente religiosa.

Aliás, esse é o entendimento de Serrano (2020, p. 43):

Como se pode auferir por meio dos projetos listados anteriormente apoiados pela FPE, muitas pautas colocam de lados opostos a bancada evangélica e a de direitos humanos. A bancada evangélica apresenta um exemplo de comportamento ideológico em relação aos temas atinentes à sua ideologia, como aborto e direitos dos homossexuais. Contudo, não possuem

comportamento ideológico, e sim pragmático, em temas como previdência e direitos trabalhistas. Nota-se um tensionamento propositivo pragmático moral, mas não exclusivamente religioso.

Essa abordagem pragmática em questões como previdência e direitos trabalhistas pode ser resultado de uma visão mais ampla que leva em consideração não apenas a ideologia religiosa, mas também aspectos socioeconômicos e políticos. Isso indica que a FPE não é exclusivamente orientada por questões religiosas, mas também considera outros fatores ao tomar decisões sobre determinados temas.

Portanto, pode-se observar um tensionamento entre uma abordagem mais pragmática e moral em relação a questões como previdência e direitos trabalhistas, em contraste com uma abordagem mais ideológica e religiosa em relação a questões envolvendo armas, políticas de combates às drogas, aborto e direitos da comunidade LBTQIA+. Essa tensão reflete diferentes perspectivas dentro da própria FPE, o que demonstra que seus posicionamentos não são unificados e exclusivamente religiosos.

Sobre as lideranças da FPE durante a 55ª legislatura, apresentamos o seguinte quadro:

Quadro 4 – Composição diretiva da FPE na 55ª Legislatura (2015-2018)

Cargo	Parlamentar
Presidente	Deputado João Campos, Republicanos-GO
Vice-presidente/Sudeste	Deputado Paulo Freire, PL-SP
Vice-presidente/Centro-Oeste	Deputado Professor Victório Galli, PSC-MT
Vice-presidente/Sul	Deputada Geovania de Sá, PSDB-SC
Vice-presidente/Norte	Deputado Silas Câmara, PSD-RJ
Vice-presidente/Nordeste	Deputado Jony Marcos, Republicanos-SE
Primeiro secretário	Deputado Marcos Rogério, PDT-RO
Segundo secretário	Deputado Jeferson Campos, PL-SP
Terceiro secretário	Deputado Anderson Ferreira, PL-PE
Primeiro tesoureiro	Deputado Sóstenes Cavalcante, PL-RJ
Segundo tesoureiro	Deputada Rosangela Gomes, Republicanos-RJ
Terceiro tesoureiro	Deputado Nilton Capixaba, PTB-RO

Fonte: Menezes Júnior (2020), extraído da Ata da eleição da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional (BRASIL, 2015), com adaptações do autor.

Importante mencionar que grande parte dos projetos acima elencados receberam modificações, sendo que alguns, até o ano de 2020, conforme estudos realizados por Serrano (2020, p. 31) em sua dissertação, encontravam-se ainda em tramitação, senão vejamos:

O PL 6314/2005, que trata da liberdade religiosa, teve 11 projetos apensados a ele até o final da Legislatura, no bojo das discussões do movimento “Escola Sem Partido”, com a discussão do projeto ainda sendo realizada na Câmara. Tendo em vista que o projeto trata de diversas matérias, foi instituída comissão especial para sua análise na 55<sup>o</sup> Legislatura, mas o parecer não foi votado. O PL 7443/2006 foi apensado ao PL 4703/1998, mas ainda não foi votado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). O PL 309/2011, que trata da obrigatoriedade do ensino religioso, ainda está em tramitação, mas na última legislatura estava em votação na Comissão de Educação, tendo forte resistência do Conselho Federal de Biologia, que teme pela influência de entidades religiosas mais fundamentalistas no tocante ao ensino da Teoria da Evolução nas escolas. O PL 3722/2012 foi aprovado por diversas comissões e terminou a última legislatura pronto para votação em plenário, mas ainda está em tramitação. A PEC 164/2012 ainda está travada na CCJC. O PL 5069/2013, que aumenta as penas e dificulta o atendimento médico para a realização de aborto já está pronto para votação em plenário, mas não foi votado até o fim da legislatura.

Especificamente sobre o PL 6583/2013, este foi um dos projetos com maior apoio da FPE, Serrano (2020) afirma que aludido PL “não foi aprovado nem mesmo na CCJC até o início de 2019”. Aliás, sobre o assunto do PL acima referido, Lacerda (2018) afirma que:

O Estatuto da Família sintetiza o paralelo com o neoconservadorismo [norte-americano]. Propõe coibir o casamento homossexual, estabelece o direito à vida desde a concepção, fortalece os papéis tradicionais de homens e mulheres e é orientado pela ideia de que a família é o projeto para uma boa sociedade e para prevenir uma série de disfunções sociais. [...]. A proposta brasileira tem, porém, uma peculiaridade. Procura dialogar com os argumentos levantados pelos movimentos sociais, o que significa uma dinâmica de reação mais sofisticada do que a que simplesmente cita referências a textos sagrados. (Lacerda, 2018, p. 104).

Um outro projeto em destaque durante essa legislatura é o Projeto de Decreto Legislativo nº 234/2011, que tem como mote, segundo Serrano (2020), modificar o código de conduta ética dos Psicólogos, quando tratar de questões relacionadas a orientação sexual, em especial à famigerada “cura gay” e que segundo Serrano foi uma manobra legislativa, pois:

[...] os decretos legislativos não são passíveis de veto presidencial. Num cenário político com uma Presidente da República mulher e de esquerda, o esforço pela aprovação deste projeto nesta forma revela a pretensão de um “bypass”, uma tentativa de contornar a figura da chefe do executivo que já antecipava as crises que viriam de um movimento capitaneado por Eduardo Cunha e que resultaram no *impeachment* de Dilma Rousseff (Serrano, 2020, p. 35).

Em que pese a manobra acima, o Projeto de Decreto Legislativo nº 234/2011 foi arquivado em razão da retirada da proposição do Projeto de Decreto Legislativo acima referido, pelo seu autor, diante das polêmicas envolvendo o instrumento legislativo e não especificamente com relação à matéria. Cumpre mencionar que o Projeto de Decreto Legislativo nº 234/2011 chegou a ser aprovado, inclusive, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), que era à época presidida pelo Deputado Federal Pastor Marco Feliciano (PODE/SP), em que pese ter sido retirado da pauta como PDC, voltou a tramitar, desta feita como projeto de lei, ou seja, o PL 4931/2016, que não teve sua aprovação até o fim da 55ª Legislatura (Serrano, 2020).

Além dos projetos e manobras legislativas acima referidos, o evento legislativo mais fundamental da FPE durante a 55ª legislatura foi a votação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o qual trataremos mais adiante.

Na atual Legislatura (56ª, 2019 - 2022) o site da Câmara traz as seguintes informações sobre a Frente Parlamentar Evangélica: conta com 195 Deputados e 8 Senadores. Na data de 27 de março de 2019 o Deputado Federal Silas Câmara (PRB/AM) foi eleito o novo presidente da Frente requereu o registro da mesma no Congresso Nacional.

Na 56ª Legislatura, a diretoria da FPE foram distribuídos como estão registrados no Quadro abaixo:

Quadro 5 – Composição diretiva da FPE na 56ª Legislatura (2019-2023)

Cargo	Parlamentar
Presidente	Deputado Silas Câmara, PSD-RJ
Vice-presidente	Deputado Abílio Santana, PODEMOS-BA
Vice-presidente	Deputado Cezinha de Madureira, PSD-SP
Vice-presidente	Deputada Flordelis dos Santos, PSD-RJ

Vice-presidente	Deputado Glaustin Fokus, PODEMOS-GO
Vice-presidente	Deputado Sóstenes Cavalcante, PL-RJ

Fonte: Ata da eleição da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional (BRASIL, 2019), com adaptações do autor.

Especificamente sobre o presidente da FPE, Silas Câmara, responde a inquérito policial n 2005, onde se apura a prática de “rachadinhas”, que nada mais é do que quando o parlamentar se apropria de parte ou da totalidade dos vencimentos de seu assessores ou de contratar “funcionário fantasma”, à época em que era deputado estadual na Assembleia Legislativa do Amazonas, sendo que o inquérito que apura o crime acima, possivelmente cairá no instituto da prescrição penal, haja vista o Ministro André Mendonça ter pedido vistas dos autos, mesmo com maioria do STF formada para condenação.

No ano de 2022 a presidência da FPE foi assumida pelo Deputado Sóstenes Cavalcante, Pastos da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, do Rio de Janeiro e ligado ao pastor Silas Malafaia.

Ainda sobre a atual formação da FPE, Gershon (2022) indica que ela é composta majoritariamente por homens. As mulheres representam 16,7 por cento do número total de membros, o que corresponde a 15 por cento de todos os assentos parlamentares. A desigualdade de gênero se repete nas demais frentes parlamentares, contudo, em primeiro plano haja efetivamente uma super-representação dos homens, em comparação às demais frentes parlamentares, é um pouco menor.

### **3.2 Estratégia da FPE**

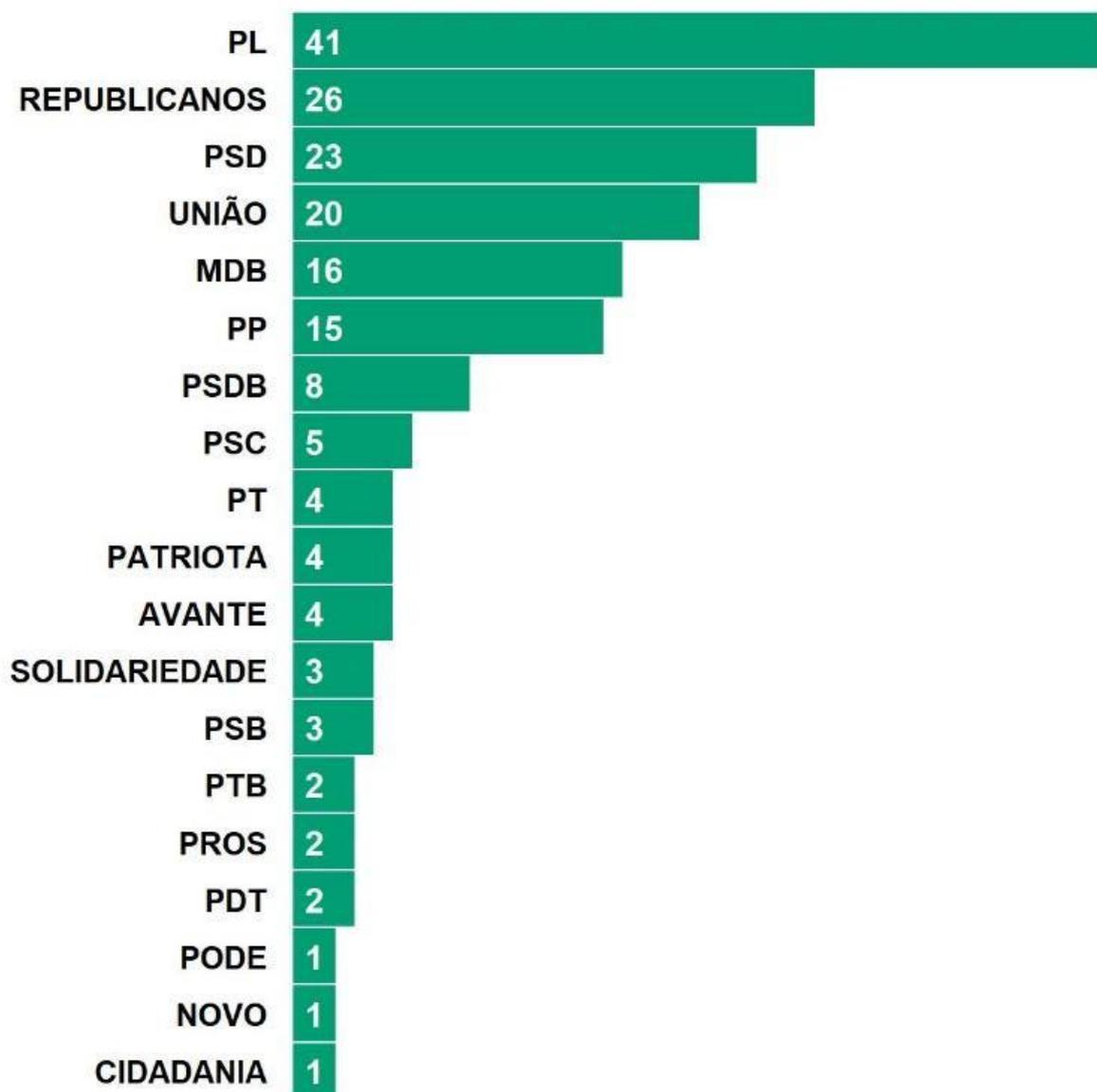
Ao se observar o relatório do Observatório do Legislativo Brasileiro, podemos vislumbrar um fato que já foi debatido neste trabalho, que é a estratégia de capilaridade dos partidos formadores da FPE:

Dos 23 partidos políticos atualmente representados na Câmara, 19 formam a Frente Evangélica - O multipartidarismo da Frente tem sido uma estratégia da bancada evangélica desde o Congresso Constituinte para aumentar o comprometimento da Câmara com as questões relacionadas à bancada. O PL - o partido com mais cadeiras na câmara - também toma o maior número de deputados emprestados antecipadamente. 51% dos 1 integrantes da Frente se identificam com ela do ponto de vista religioso. Depois vão

aparecer os Republicanos e o PSD, representando o sexto e quinto grupos eleitorais da Câmara dos Deputados. Embora a Frente não seja fundamentalmente conservadora, parlamentares filiados a partidos de esquerda do espectro político, como PT, PSB e PDT, somam apenas 9 de seus 181 deputados.

Para se vislumbrar os dados acima, importante trazer análise e observação do gráfico abaixo:

Gráfico 4 – Distribuição da Frente Evangélica por partido no ano de 2022



Fonte: Observatório do Legislativo Brasileiro, disponível: <https://olb.org.br/atuacao-da-frente-parlamentar-evangelica-na-camara-dos-deputados/>

Sobre a unidade em votações da FPE, Gershon (2022) afirma o seguinte:

A despeito das ressalvas com relação ao tratamento da Frente Evangélica enquanto bloco monolítico de atuação, os dados indicam que o seu grau de coesão, medido pelo índice de Rice, é significativamente maior do que aquele verificado na Câmara em geral, 0,77 contra 0,58. O índice de Rice varia de 0 (quando 50% do grupo vota de um jeito e 50% de outro) a 1 (quanto todos os parlamentares analisados votam da mesma maneira). Isso significa que os parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara têm posições bastante semelhantes nas votações nominais da atual legislatura, ainda que não seja possível precisar se essa coesão é de fato impactada pela participação na Frente ou se resulta, exclusivamente, de outras variáveis, a exemplo do posicionamento e da disciplina dos partidos que a integram.

Um outro fator suscitado por Gershon (2022) é que os parlamentares integrantes da FPE também estão mais comprometidos com as preferências do governo:

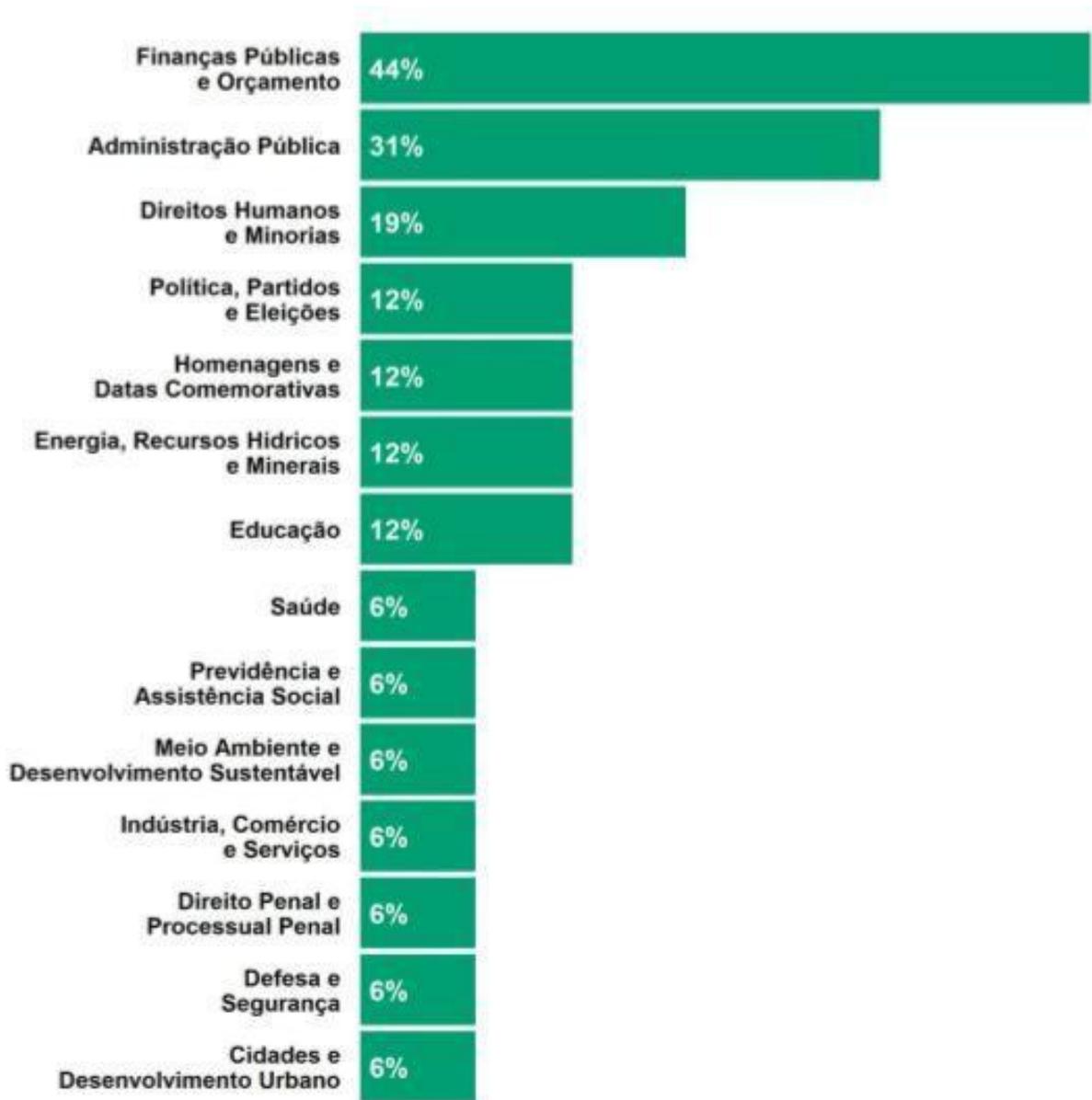
A adesão dos deputados da Frente às preferências governamentais também é maior do que a da Câmara em geral – 77% contra 66%, respectivamente. A composição partidária da Frente, todavia, parece determinante para esse resultado. Os três partidos que compõem a base mais fiel do presidente Bolsonaro – PL, Republicanos e PP – somam 45% dos seus membros e representam o núcleo mais estruturado e coeso do Centrão, que vem prestando apoio mais forte ao governo do que o restante da Casa, desde o primeiro ano da atual legislatura.

Ainda sobre desempenho, Gershon (2022), a maioria das propostas apresentadas pela frente dizem respeito em grande parte aos temas normalmente discutidos na Câmara:

“Saúde”, “finanças e orçamento do Estado”, “administração pública” e “direitos humanos e minorias”. Ou seja, a temática é compatível a agendas de parlamentares integrantes e não integrantes da Frente na atual legislatura e participação expressiva dos seus membros na autoria dos projetos aprovados sobre grande parte desses temas. Do total de matérias aprovadas na Câmara sobre “finanças e orçamento”, por exemplo, 44% são assinadas por membros da Frente Evangélica. Nos temas “administração pública” e “direitos humanos”, esses percentuais são de 31% e 19%, respectivamente. O tema “saúde” é uma exceção, porque, apesar do grande volume de propostas sobre o assunto iniciadas por parlamentares da Frente, apenas 6% das leis efetivamente contaram com a sua iniciativa.

Para exemplificar o acima, vejamos no gráfico a seguir os temas mais comuns dos Projetos Aprovados assinados pela Frente Evangélica:

Gráfico 5 – Temas propostos pelos deputados que compõem a frente durante a 56ª Legislatura (2019-2023)



Fonte: Observatório do Legislativo Brasileiro, disponível: <https://olb.org.br/atuacao-da-frente-parlamentar-evangelica-na-camara-dos-deputados/>

O gráfico acima mostra que as ações e interesses da FPE se observam mais profundamente nas propostas legislativas apresentadas por tema. É dizer, existem temas que atraem o interesse da Frente Parlamentar Evangélica. Nesse tocante Gershon (2022) nos indica, a partir do gráfico acima:

“Direito penal e processual penal” (48%), “defesa e segurança” (48%) e “processo legislativo e atuação parlamentar” (49%). Isso significa que, independentemente da aprovação desses projetos, a Frente Evangélica dá impulso a essa agenda. Os dois primeiros temas são aparentemente mais afeitos à Frente Parlamentar de Segurança Pública do que à Frente Parlamentar Evangélica, mas há uma interseção de 128 membros entre ambas. O último tema dialoga com a intenção manifesta desta legislatura de mudar alguns dos ritos do processo legislativo. Durante a presidência de Arthur Lira (PP), vale lembrar, foi aprovada uma grande reforma regimental, com redução dos poderes de veto e barganha da minoria,

Vale também considerar a atuação legislativa da frente em relação à chamada “agenda pessoal” a chamada “pauta de costumes”, em que pese esta não ter avançado na Câmara. Sobre esse tema Gershon (2022) afirma o seguinte:

Para identificar o ímpeto legislativo da Frente Evangélica sobre o assunto, analisamos o conjunto de proposições apresentadas e aprovadas sobre esses três temas específicos em separado. Foram 4.879 projetos apresentados, 41% dos quais iniciados por parlamentares membros da Frente. No tema “defesa e segurança”, a Frente assinou 47% das propostas, nos temas “direitos humanos e minorias” e “arte, cultura e religião”, 39%. À semelhança do quadro observado em 2020, no entanto, a “pauta de costumes” não avançou na Câmara do ponto de vista absoluto – somente 62 dos 4.879 propostos foram efetivamente aprovados (1,27%), dos quais 4 de autoria da Frente Evangélica. Essa taxa de sucesso, contudo, é idêntica à verificada no tema “saúde”. Ou seja, do ponto de vista relativo, o dado não é desprezível, ainda que a agenda aprovada não possa ser creditada à Frente Evangélica em particular.

Em que pese a pauta de costumes ser sempre evidenciada quando nos referimos à Frente Parlamentar Evangélica, a sua composição é majoritariamente composta por não evangélicos(as) – 54% do total de seus membros. Gershon (2022) afirma sobre a composição da Frente Evangélica que esta reproduz a desigualdade de gênero observada na Câmara e conforme demonstrado nos gráficos acima, contudo, complementa que:

A subrepresentação feminina seja ligeiramente menor. Mais de 80% dos partidos representados na Câmara têm membros que compõem a Frente Evangélica, mas partidos situados no campo da direita são os que têm maior número de membros. Ou seja, embora a Frente não possa ser considerada inteiramente conservadora, dado o pluralismo da sua composição (vide ter integrantes do PT e do PDT), os partidos conservadores têm peso significativamente maior e capacidade, portanto, de dar o tom. O núcleo duro de apoio ao governo Bolsonaro na Câmara reúne 82 (45%) dos 181 membros da Frente. O PL (atual partido do presidente), sozinho, tem 41 desses 82 parlamentares. Isso provavelmente justifica o fato de que a Frente, quando comparada ao conjunto da Casa, tem uma taxa de adesão ao governo relativamente maior. Embora haja ressalvas com relação à consideração da Frente como grupo monolítico de atuação, o seu grau de coesão é expressivo, quando comparado ao

comportamento da Câmara em geral. Isso significa que há, de fato, aproximação na direção do voto dos parlamentares que a constituem, ainda que a participação na Frente não seja determinante desse resultado.

Um outro fator que se deve ter em mente sobre a FPE é que em que pese a FPE tem em sua composição majoritária partidos políticos que possuem uma taxa de sucesso legislativo, conforme Gershon (2022), menor do que comumente se observa no Congresso, vez que a FPE tem utilizado alguns projetos nas áreas de saúde, finanças, administração e humanidade para se alinhar com o restante da agenda da Casa. Gershon (2022) destaca ainda que:

A participação relativa da Frente na apresentação de projetos sobre os temas direito penal, defesa e segurança e processo legislativo. Na chamada “pauta de costumes”, a participação da Frente no conjunto de projetos apresentados também foi expressiva, cerca de 40%. Não foram os membros da Frente, contudo, os autores do conjunto de projetos aprovados sobre o assunto. A análise da intensidade de engajamento dos parlamentares da Frente Evangélica sobre quatro temas de interesse da sociedade civil brasileira (Meio Ambiente, Amazônia, Direitos Humanos e Agropecuária) também revela poucas diferenças com relação ao restante da Casa. As médias dos índices de ativismo de tribuna (IAT) da Câmara e da Frente se assemelham em todos os casos, embora parlamentares da Frente discurssem mais sobre “direitos Humanos” e menos sobre “agricultura e pecuária”. No tema “direitos humanos”, destacam-se discursos relativos à “segurança e justiça” em alinhamento com o grande volume de proposições apresentadas sobre o assunto.

Segundo dados obtidos diretamente do site da Casa do Parlamento e do site Observatório do Legislativo Brasileiro, a FPE é a que possui um desempenho menor em termos de trabalho legislativo nas duas casas legislativas. A expectativa de êxito legislativo é deveras baixo, que mede o percentual de propostas aprovadas em um período, é de 0,27%, ante 1,15% no plenário.

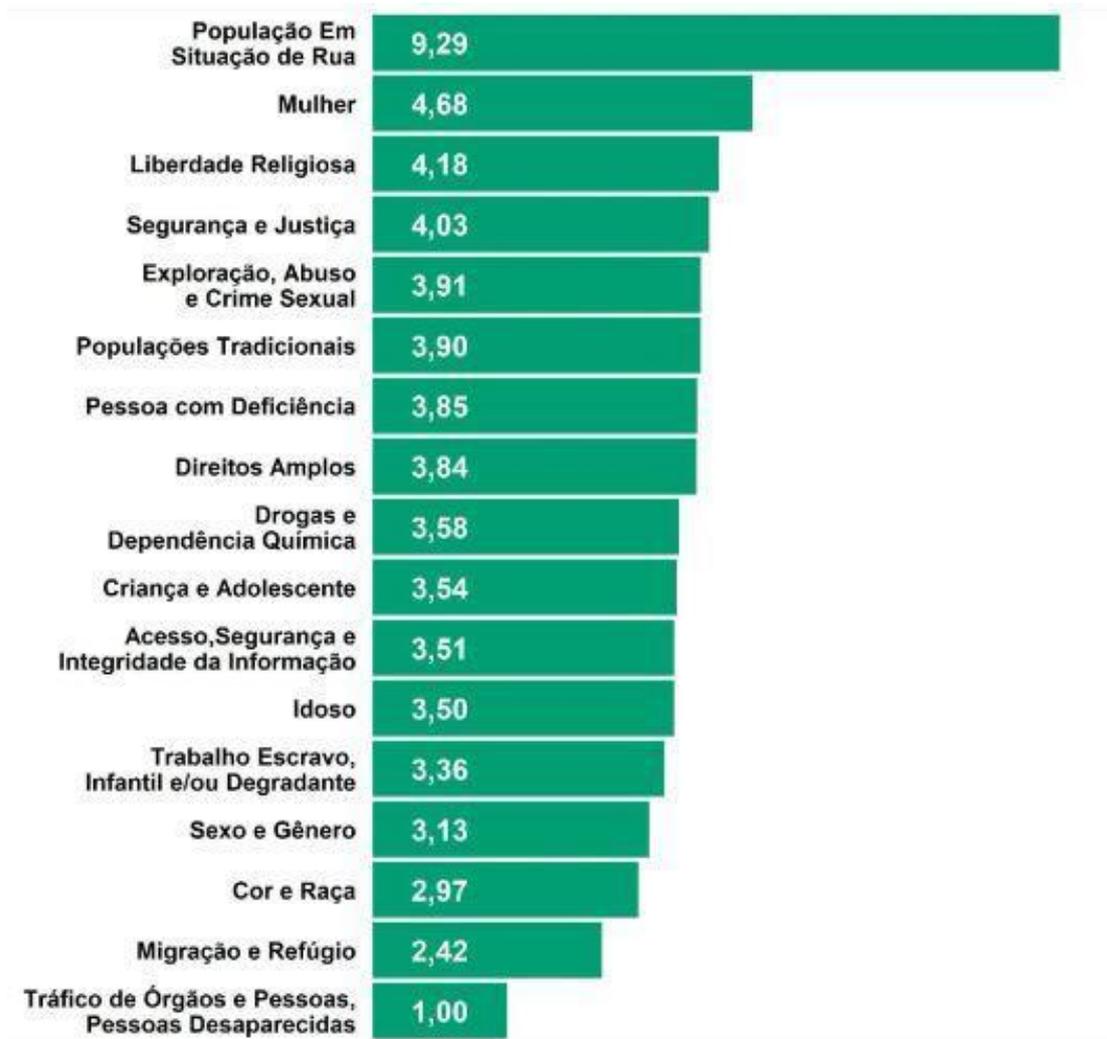
A constatação acima já era relatada por Lopes (2015, p. 14) desde o ano de 2015, o qual já considerava de baixa produtividade legislativa, quando não pouco relevante, além de criticar a pouca fidelidade partidária da FPE, conforme segue:

Ao analisarmos o comportamento da representatividade evangélica no Congresso Nacional, é possível constatar, de certo modo, que ela não faz jus às demandas deste importante segmento social. Majoritariamente ausente, de produção legislativa pouco relevante, infiel partidariamente, envolvida em diversos inquéritos e processos judiciais de naturezas diversas, financiada por grandes corporações, dentre elas a farmacêutica e a bélica<sup>9</sup>, a atuação da bancada evangélica no corte temporal aqui representado (1982-2006) foi no sentido de enfraquecimento do papel do Estado diante das demandas sociais de seus eleitores, no caso, as camadas sociais menos favorecidas da população brasileira, posicionando-

se contra programas de distribuição de renda e denunciando o “Estado paternalista”, apresentando propostas e votando favoravelmente à educação privada, planos de saúde, agronegócio, empresas de vigilância, sindicatos patronais, empresas de comunicação e ao lobby das indústrias farmacêutica, bélica, petroquímica e alimentícia (Lopes, 2015, p. 14).

Um dado bastante interessante extraído do Relatório do Observatório Legislativo Brasileiro é que pautas associadas cor e raça, sexo e gênero e liberdade religiosa sejam muito pouco citados em discursos dos parlamentares integrantes da Frente Parlamentar Evangélica, na prática, há um altíssimo grau de comprometimento com a ação da FPE nas pautas citadas. É dizer, a FPE discute pouco mas se interessa e intervém muito nestas pautas, conforme o gráfico abaixo retirado do site Observatório do Legislativa Brasileiro:

Gráfico 6 – Número de Deputados da Frente Evangélica que discursaram sobre Direitos Humanos por subtema durante a 56ª Legislatura (2019-2023)



Fonte: Observatório do Legislativa Brasileiro. Disponível em: <https://olb.org.br/atuacao-da-frente-parlamentar-evangelica-na-camara-dos-deputados/>

Outro fator observado no gráfico 6, a FPE busca um controle sobre o processo legislativo, principalmente devido ao seu tamanho e composição, contudo, sua atuação legislativa favorece muito mais a posição do governo na câmara do que a comunidade evangélica em geral. Ela não se destaca mais em relação às demais frentes parlamentares. Em outras palavras, eventuais e possíveis avanços legislativos em questões de interesse dos evangélicos provavelmente resultarão das preferências da Câmara em geral e não dos esforços e iniciativas da frente parlamentar. Se essa inferência é verdadeira, então entra aqui a discussão sobre o clientelismo institucional. Segundo Souza Júnior (2008), o clientelismo institucional se aproxima sobremaneira do conceito de clientelismo clássico:

método de organização das relações no interior do sistema político, consistindo na intermediação ilegítima das ações do Estado no atendimento de demandas e necessidades emanada da sociedade. Caracteriza-se essencialmente pela seletividade e pela violação do princípio da Isonomia, no sentido Estado/sociedade; e na formação de vínculos políticos funcionais situados à margem dos mecanismos institucionais, no sentido sociedade/Estado. (Souza Júnior, 2008, p. 22)

Por fim, se vislumbrou a participação da Frente Parlamentar Evangélica em várias propostas legislativas, principalmente aquelas ligadas à chamada “pautas de costumes”, seu grande interesse no congresso, e frequentemente respaldando as iniciativas propostas pelo Poder Executivo no âmbito da Câmara, no entanto, observou-se que a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) também se viu envolta em escândalos de corrupção, com seus membros migrando das seções políticas para as seções policiais dos periódicos nacionais. Essa situação se mostrou paradoxal em relação aos princípios que a referida Frente Parlamentar afirmava defender, uma vez que ela se apresentava como uma entidade conservadora e promotora dos valores da moral cristã tradicional na sociedade brasileira, buscando combater justamente aquilo que resultou na saída de alguns de seus membros: a corrupção. Aliás, conforme se pode ver do Quadro 3, o tema corrupção não aparece no rol de PIs apresentados pelos membros componentes da FPE.

### **3.3 A FPE e os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016)**

Segundo Abranches (1988), a formação de coalizões envolve três momentos-chaves: O primeiro momento envolveria a construção da aliança eleitoral, envolvendo negociação que versa sobre diretivas programáticas mínimas, comumente amplas e de pouca especificidade, princípios a seguir na formação de

um governo pós vitória nas eleições. O segundo momento ocorre na constituição do governo. Nesse momento inicia-se as controvérsias e debates sobre posições e compromissos relacionados aos programas mínimos do governo. Finalmente, a alteração da aliança em coalizão propriamente dita e efetivamente governante, emergindo, com toda força, o problema da formulação da agenda real de políticas, positiva e substantiva, e das condições de sua implementação.

Dito o acima, verificou-se durante o presente estudo que a relação da FPE com os governos do Partido dos Trabalhadores, se deu com mais força com o aumento na presença de membros da FPE nas coalizões entre o segundo Governo Lula e o primeiro Governo Dilma. Com isso, a FPE viu seu número na Câmara dos Deputados mais do que dobrar na passagem do último governo de Lula (2007-2010) para o primeiro Governo Dilma (2011-2014) (de 33 para 70 parlamentares).

Importante frisar que ao longo dos mandatos dos dois primeiros governos dos presentes Lula e Dilma, a FPE se consolidou como uma das maiores bancadas do Congresso, exercendo um papel relevante na formulação e aprovação de leis. Esse crescimento pode ser atribuído a vários fatores, incluindo o aumento do número de parlamentares evangélicos eleitos, o fortalecimento das igrejas evangélicas no Brasil e a habilidade da FPE em articular suas pautas e mobilizar seus membros.

Frise-se ainda que a FPE foi capaz de obter avanços em diversas questões de interesse para os seus eleitores, como a defesa da liberdade religiosa, a promoção de políticas voltadas para a “família tradicional” e a oposição a medidas consideradas contrárias aos princípios religiosos, como a legalização do aborto e a aprovação de leis que buscam garantir direitos LGBTQIA+, bem como o Estatuto do Nascituro<sup>19</sup>, que buscava conferir direitos ao feto desde a concepção, e o debate sobre a criminalização da homofobia. Em ambos os casos, a bancada evangélica teve um papel relevante nas discussões envolvendo o Estatuto do Nascituro e a criminalização da homofobia.

É importante ressaltar que o crescimento da FPE e sua influência no período não foram isentos de polêmicas e críticas. Alguns grupos e movimentos sociais argumentaram que a FPE promovia uma agenda conservadora e contrária aos direitos humanos, especialmente no que se refere aos direitos das mulheres e da

---

<sup>19</sup> O projeto de lei nº 478/07, o qual é de autoria dos deputados Luiz Bassuma (PT-BA) e Miguel Martini (PHS-MG). O objetivo do projeto é garantir ao nascituro que ele disponha de proteção do Estado e da sociedade para se desenvolver e nascer

comunidade LGBT. Essas divergências ideológicas e políticas geraram tensões e debates acalorados ao longo desses governos.

Em resumo, durante os governos Lula e Dilma, a Frente Parlamentar Evangélica experimentou um crescimento expressivo, consolidando-se como uma força política relevante no Congresso Nacional. Sua atuação esteve associada à defesa de pautas relacionadas aos interesses da comunidade evangélica, gerando debates e tensões em relação a questões como direitos reprodutivos, direitos LGBT e liberdade religiosa.

Essa influência da FPE nos governos de Lula e Dilma também se refletiu em medidas e políticas públicas adotadas pelo governo. Por exemplo, houve resistência por parte da bancada evangélica em relação a propostas de ampliação de direitos LGBTQIA+ e discussões sobre a descriminalização do aborto.

### 3.3.1 Mudança de rumos e o fim da Coalizão da FPE com o governo Dilma

Em entrevista ao portal do Instituto Humanitas Unisinos, a Prof. Dra. Magali Cunha, professora da Universidade Metodista de São Paulo, afirmou que, desde a legislatura 2011-2014, se observou uma modificação na atuação da FPE<sup>20</sup>:

Com a defesa de pautas conservadoras e reacionárias a avanços sociais alcançados, especialmente aqueles no campo dos direitos sexuais e de gênero. Como encontraram eco nesse discurso com a parcela conservadora da sociedade brasileira, incomodada com as mudanças, foram fortalecidos nestas pautas.

Desse modo, desde a legislatura 2011-2014 se vê que a FPE faz um movimento de avanço sobre temas que vão além da moralidade religiosa clássica, do controle do corpo, se posicionando e até mesmo liderando a polemica pauta da redução da idade de responsabilidade criminal.

Mister mencionar que a relação dos fiéis de igrejas evangélicas com os governos é, segundo a especialista em sociologia da religião, Maria das Dores Campos Machado, pragmática, conforme se pode ver da entrevista ao site de notícias espanhol El País<sup>21</sup>:

---

<sup>20</sup> A entrevista acima pode ser observada no seguinte endereço eletrônico: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/554233-a-admissibilidade-do-impeachment-e-o-pragmatismo-evangelico-entrevista-especial-com-magali-cunha>

<sup>21</sup> Dados extraídos de: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/02/politica/1512221378\\_127760.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/02/politica/1512221378_127760.html)

Definida por um forte pragmatismo. Se Lula em 1989 era interpretado e disseminado nas igrejas como representante do mal e perseguidor de cristãos, com os ventos soprando outros ares em 2002, Lula foi eleito com amplo apoio da Igreja Universal do Reino de Deus - que passou a ocupar o partido fundado pelo então vice-presidente da República José de Alencar, o PRB -, de parcelas da Assembleia de Deus e de muitos segmentos evangélicos mais progressistas. Houve afagos dos governos Lula e Dilma aos evangélicos, como a indicação de ministros do PRB ligados à Igreja Universal, e o amplo acesso de lideranças religiosas a segmentos governamentais.

Desse modo é que diante dos avanços sociais que atingiram questões caras às lideranças evangélicas, não raramente conservadoras, especialmente aqueles referentes à moralidade cristã em relação ao corpo, os quais foram evitados durante o governo Lula, esse pragmatismo veio à tona com força na campanha presidencial de Dilma Rousseff no ano de 2010, que diferente de Lula, tentou avançar sobre tais pautas.

O acima serviu como pano de fundo para uma articulação conservadora mais ampla durante a campanha presidencial do ano de 2010, ganhando ainda mais força, principalmente após as "jornadas de julho de 2013", angariando força extra na campanha de 2014, que embora tenha Dilma Rousseff sido eleita, atingiu o seu segundo governo, eleita já com dificuldade e que conviveu com constantes crises políticas.

Importante citar neste momento Abranches (1988), pois para ele a ruptura é, amiúde, antecedida por um "fracionamento polarizado", em que:

Cada segmento nega legitimidade aos demais. Esta deslegitimação recíproca compele cada parceiro a se distanciar dos outros e a enfatizar, mais radicalmente, suas diferenças. Expande-se o espaço da competição, rompendo os limites da tolerância, e reduz-se a autonomia das lideranças e a autoridade de seus mandatos. A superação negociada dos conflitos torna-se cada vez mais difícil, porque a polarização amplia desmesuradamente as concessões necessárias de parte a parte. Correlatadamente, aumentam as dificuldades de persuasão das facções parlamentares e dos militantes para que apoiem tais concessões. Além disso, a crescente fragilidade da posição das lideranças as tornam mais relutantes em encampar posições que lhes possam custar o apoio das bases (Abranches, 1988, p. 29).

Assim é que a crise política e a crise econômica (para essas crises caberia notas explicativas) que se sucedeu, geraram a perda de apoio político e, principalmente popular, gerando falta de credibilidade da Presidente durante o ano de 2015, o que veio a provocar ainda mais protestos e fortalecendo a político-

mediática campanha *pró-impeachment* que permeou todas as discussões políticas naquele ano.

Dip (2018), ao explicar a aproximação dos parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica com o espectro da direita, afirma que isso se deu em razão do descontentamento da FPE com a posição do governo Dilma Roussef em relação às pautas progressistas que avançavam no Congresso Nacional. Dip (2018) relata que o clímax da rejeição da Frente Parlamentar Evangélica ao governo de Dilma Roussef alcançou seu auge quando o Ministério da Educação (MEC) lançou o material didático anti-homofobia. Dip, faz referência à matéria escrita por Cristina Vital, a qual relata o seguinte:

Quando o Ministério da Educação (MEC) lançou o material didático anti-homofobia, em 2014, e os parlamentares se colocaram claramente contra a presidenta Dilma e o PT: “Essa indisposição se arrastou em todo o governo Dilma. Em 2014, a apresentação de uma candidatura confessional mostrou como os evangélicos queriam assumir uma centralidade no pleito, se indispondo com o governo do qual antes eles eram base. Houve um afastamento durante o primeiro mandato, muitos confrontos, a tensão entre evangélicos e a esquerda com a Comissão de Direitos Humanos, e os debates sobre laicidade, que foram muito intensos na gestão Dilma. Em 2015, quem assumiu a centralidade no processo foi Eduardo Cunha, que era evangélico. Os evangélicos tiveram uma participação importante nesse *impeachment*. Uma oposição à esquerda e ao PT”, complementa (Dip, 2018, p. 47).

Ainda sobre o “racha” entre a FPE e o governo Dilma/PT, a entrevista do pastor Ariovaldo Ramos, ex-presidente da Associação Evangélica Brasileira (AEVB) e um dos fundadores da Frente de Evangélicos se torna essencial para demonstrar em definitivo como se deu a ida da Frente Parlamentar Evangélica para oposição de Dilma Roussef e favorável ao seu pedido de *impeachment*, principalmente quando os partidos de direita, tradicionalmente mais conservadores, usaram o crescimento das igrejas evangélicas e a proximidade destas com questões morais para formar uma aliança. Vejamos:

Tudo o que a direita precisou fazer foi entregar para os pastores quem era o culpado, qual era o foco da perda de moral do Estado. E foram bem-sucedidos em caracterizar o PT como o grande vilão da imoralidade, da promiscuidade. Esse foi o mote, porque os pastores não teriam nenhum interesse na perda do Bolsa Família, na Reforma da Previdência e na Reforma Trabalhista [medidas-base do governo Temer]. O seu povo é basicamente constituído de gente que usufrui esses direitos. O problema é que eles foram engodados, porque acreditavam que o PT era o partido por trás da corrupção e por trás do esgarçamento do tecido social pela perda da família nuclear. Eles foram enganados e agora serão os prejudicados,

porque a Igreja é, em sua maioria, feminina, pobre e preta. É um grupo que foi usado, abusado, botou o povo na rua com o pessoal da direita e da extrema direita e agora serão os maiores lesados pelo Golpe em curso e pela estupidez da elite branca brasileira (Dip, 2018, p. 47).

Diante desse quadro, as lideranças políticas evangélicas fizeram evidenciar seu pragmatismo, a ponto de a Igreja Universal do Reino de Deus, até então grande apoiadora do governo petista se afastar politicamente do governo com a saída do PRB da base aliada do governo Dilma/PT. O mesmo ocorreu com parcela da Assembleia de Deus. Aliás, importante frisar, estas duas denominações as maiores detentoras de poder político na Frente Parlamentar Evangélica.

### 3.3.2 A FPE e o *Impeachment* de Dilma Rousseff

Diante desse quadro de crise e de debilidade política do governo de Dilma Rousseff é que na data de 06 de abril de 2016 a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional resolveu declarar apoio ao *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, sendo que o anunciou foi feito pelo então presidente da frente, deputado João Campos (PRB-GO), estimando na ocasião que a quase todos os 92 integrantes da FPE votariam pelo afastamento da presidente.

Em nota subsequente, a Frente Parlamentar Evangélica justificou a sua tomada de posicionamento pró-*impeachment* em razão da “grave crise econômica, moral, ética e política que atravessa o país” e dos “recentes escândalos de corrupção praticados pelo governo e crimes de responsabilidade praticados por Dilma que constituem uma afronta ao povo e ao estado democrático de direito<sup>22</sup>”.

Desse modo, ao finalizar este tópico, necessário voltar a Abranches (1988, p. 30), o qual afirma que:

---

<sup>22</sup> NOTA À NAÇÃO BRASILEIRA - A Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional – FPE, tendo em vista a grave crise econômica, moral, ética e política que atravessa o Brasil, com graves consequências na vida do povo brasileiro, tais como: desemprego, inflação, fechamento de empresas, descrédito econômico nacional e internacional, e entendendo que os mais pobres do país são os que mais estão sofrendo com os resultados dessa crise generalizada; Considerando que os recentes escândalos de corrupção praticados pelo governo Dilma são uma afronta ao povo e ao estado democrático de direito e amparada pelo caminho constitucional, legal e democrático embasado pelo pedido de impeachment que tramita no Congresso Nacional, bem como a necessidade do país de restabelecer a esperança, a confiança, a unidade nacional e a retomada do crescimento, DECIDIU, MANIFESTAR PUBLICAMENTE SUA POSIÇÃO FAVORÁVEL AO IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA, em reunião extraordinária, na tarde de hoje. Brasília, 06 de abril de 2016. João Campos - Deputado Federal - Presidente da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional”

Em certo sentido, dificilmente uma grande coalizão governante terá condições de estabilidade, em períodos de crise aguda, sem um amplo apoio político-social, que ultrapasse os limites das lideranças partidárias e envolva todos os segmentos sociais politicamente organizados. São vários os exemplos de pactos explícitos, e até formalmente contratados, que obtiveram sucesso na estabilização de coalizões em momentos críticos da história de vários países.

Com a tomada de decisão pró-*impeachment* da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, esta passou a justificar o seu posicionamento e articular para que toda a FPE firmasse o mesmo entendimento, para isso justificou o Presidente da FPE, Deputado João Campos, Republicanos-GO, que o posicionamento tomado refletiria o sentimento “não apenas da bancada, mas do segmento evangélico do país que deseja dias melhores”<sup>23</sup>.

Mariano (2016) resume assim o contexto em que se deu o rompimento em definitivo da FPE com o governo de Dilma Rousseff:

Após ganhar a eleição presidencial de 2014, o Partido dos Trabalhadores sofreu pesadas derrotas: *impeachment* de Dilma Rousseff, acusações de corrupção e prisão de líderes do partido na Operação Lava-Jato, perda, em 2016, de 60% das prefeituras que conquistara quatro anos antes, e responsabilização de sua política econômica pela pior recessão da história do país. Com o avanço do ativismo de direita nas redes sociais, dos processos judiciais contra dirigentes e governantes do PT e de sua sistemática reprodução sem filtro por órgãos de imprensa, a desmoralização do partido disparou, mormente nas classes médias. Em meados de 2018, o antipetismo atingiu o auge: 57% dos eleitores afirmaram que nunca votariam num candidato do PT, segundo pesquisa do IDEIA Big Data Moura; Corbellini, 2019, p. 36 *apud* Mariano, 2016, p. 333).

Importante mencionar que dentro da FPE havia os defensores da presidente Dilma, podendo-se destacar a deputada Benedita da Silva (PT-RJ). Fato importante de se notar é que o posicionamento dos deputados das principais bancadas da Câmara acabou por se refletir no resultado da votação do parecer de admissibilidade do pedido de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Almeida (2017) resume assim as sessões que decretaram o *impeachment* de Dilma Rousseff:

Ao final da sessão na Câmara dos Deputados, 367 votaram a favor da abertura do processo de *impeachment*, 137 contrários, sete abstenções e duas ausências. Dos 68 deputados federais evangélicos em 2016, 2

---

<sup>23</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/484908-frente-parlamentar-evangelica-declara-apoio-ao-impeachment-de-dilma>

estavam ausentes, 4 votaram contra e 62 a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff. Posteriormente foram realizadas duas sessões no Senado Federal: a primeira para a aceitação do processo, por maioria simples, no dia 12 de maio, e a segunda para o julgamento final, no dia 31 de agosto de 2016, que resultou na condenação de Dilma Rousseff por 61 senadores a favor e vinte contrários (Almeida, 2017, p. 76).

O *site* de notícias Agência A publica, organizou de forma decrescente como as principais bancadas votaram pelo *impeachment* de Dilma Rousseff<sup>24</sup> :

As bancadas da bala (88,24%), empresarial (85,32%), evangélica (83,85%), ruralista (82,93%), da mineração (79,12%) e dos parentes (74,49%), formada por deputados com familiares na política. Os dois outros grupos que votaram em maioria contra Dilma não atingiram dois terços dos votos – índice necessário para a aprovação do parecer de Arantes.

Ao se fazer a análise da intersecção entre o mapa dos principais grupos temáticos do Congresso, realizado pela Agência Pública, com os votos dos parlamentares, evidencia que a oposição à então presidente foi especialmente intensa na bancada BBB – Boi, Bala e Bíblia –, assim como em outras que se alinham com setores empresariais. Por outro lado, os grupos que se dedicam às questões de direitos humanos e causas sindicais se posicionaram majoritariamente a favor da permanência de Dilma.

Em números absolutos, o apoio dos parlamentares da FPE foi substancial para o seguimento do impedimento da presidente Dilma, eis que este foi apoiado por 161 dos 192 parlamentares evangélicos. Importante frisar que dos 65 deputados federais escolhidos para compor a Comissão Especial do *Impeachment*, 19 eram integrantes da Frente Parlamentar Evangélica, representando quase 30% da comissão<sup>25</sup>.

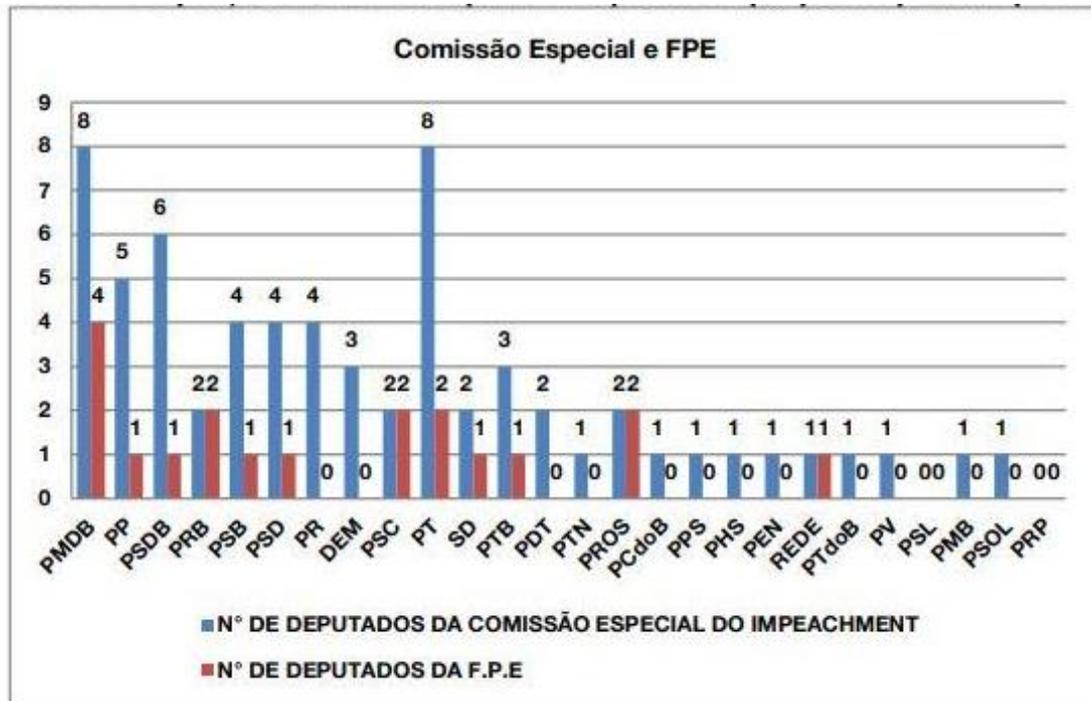
Concluídos os trabalhos da Comissão Especial do *Impeachment*, na sessão plenária de votação da admissibilidade da abertura do processo de *Impeachment*, dos 199 deputados que nominalmente faziam parte da FPE, 158 votaram “SIM”, 24

<sup>24</sup> Dados extraídos de: <https://apublica.org/2016/04/truco-boi-bala-e-biblia-contradilma/>

<sup>25</sup> Conforme se pode ver da página oficial da Câmara dos Deputados Federais, dos 19 deputados que faziam parte da então FPE e que formaram a Comissão Especial do Impedimento da então presidenta Dilma Rousseff foram, por partido político, os seguintes: PMDB: Washington Reis (RJ), Valtenir Pereira (MT), Osmar Terra (RS) e Leonardo Quintão (MG); PT: Paulo Teixeira (SP) e Zé Geraldo (PA); PSDB: Shéridan (RR); PP: Aguinaldo Ribeiro (PB); PSB: Beбето (BA); PSD: Paulo Magalhães (BA); PTB: Luiz Carlos Busato (RS); PRB: Vinicius Carvalho (SP) e Jhonathan de Jesus (RR); SD: Paulo Pereira da Silva (SP); PSC: Eduardo Bolsonaro (SP) e Pr. Marcos Feliciano (SP); PROS: Eros Biondini (MG) e Ronaldo Fonseca (DF); e REDE: Aliel Machado (PR)

votaram “NÃO”, 05 se abstiveram<sup>26</sup> e 12 estavam de licença, afastados e/ou faltaram, conforme podemos ver do gráfico a seguir:

Gráfico 7 – Deputados da FPE na Comissão Especial do *Impeachment* de Dilma Rousseff



Fonte: Ferreira (2018). Dissertação: Memória, efeitos-sentido e Frente Parlamentar Evangélica: envolvimento com a corrupção e funcionamento na admissibilidade do processo *impeachment* de Dilma Rousseff

Proporcionalmente, foram 79% de votos “SIM”, 12% de votos “NÃO”, 3% de abstenções e 6% de deputados afastados e/ou faltosos.

Desse modo, ainda pensando em termos proporcionais, os membros da FPE que votaram favoravelmente à abertura do processo de *Impeachment* de Dilma Rousseff (158 deputados) representam 43% do total de parlamentares que votaram “SIM” (367) e, como visto nos dois parágrafos acima, 79% da totalidade de membros da FPE de então (199).

Embora não se possa dizer que houve unidade na FPE no que se relaciona à votação da admissibilidade da instauração do processo de *Impeachment* de Dilma Rousseff, a maioria de seus membros seguiu a orientação enunciada pela Frente.

Desta feita, os parlamentares membros da FPE, aquiesceram com o posicionamento “favorável ao *Impeachment* de Dilma”, justificando seu

<sup>26</sup> Beto Salame (PP-PA), Cacá Leão (PP-BA), Mário Negromonte Jr. (PP-BA), Gorete Pereira (PR-CE) e Pompeu de Mattos (PDT-RS).

posicionamento pela grave crise econômica, moral, ética e política que atravessava o país e dos escândalos de corrupção praticados pelo governo e “crimes de responsabilidade praticados por Dilma”, conforme “Nota à Nação Brasileira” subscrita pelo então presidente da FPE.

Aliás, os argumentos acima serviram como justificativa para a declaração do “SIM” ao *impeachment*, em uma espécie de prestação de contas ao seu eleitorado que acompanhava cada voto, ao vivo, na data de 17 de abril de 2016. O envolvimento dos membros da FPE no momento-chave do *Impeachment* demonstra inequivocadamente sua relevância e importância. Tal FPE é regularmente identificada pela defesa de valores conservadores, podendo ter ainda mais importância na definição dos rumos de nosso país nos próximos anos.

Portanto, a partir do acima apurado, autoriza-se afirmar que a participação dos membros da FPE na votação da admissibilidade do pedido de *Impeachment* de Dilma Rousseff, o qual na maioria compuseram 43% do total de 367 votos “SIM”, efetivamente foi decisiva para a instauração do processo, sendo que tais números autorizam afirmar que os membros da FPE que se alinharam com os demais deputados ideologicamente identificados com partidos do espectro político da direita, conforme podemos ver do gráfico abaixo elaborado por Serrano (2020):

Outra conclusão retirada do processo de *impeachment* sofrido pela presidente Dilma Rousseff, e como já mencionado anteriormente, é que a Frente Parlamentar Evangélica se mostrou em quase sua totalidade mobilizada a favor do *impeachment*, sendo que a mobilização da FPE foi muito acima da média dos demais integrantes da Câmara dos Deputados. Importante frisar que existem deputados que são alinhados ao espectro da esquerda e fazem parte da FPE, contudo, mesmo estes possuem um posicionamento conservador religioso, mas uma vez que a votação acerca do *impeachment* de Dilma não possuía qualquer contorno religioso, estes votaram contra o *impeachment*.

### **3.4 FPE e projeto de poder (2016-2022)**

Em que pese o termo “Projeto de Poder” ser elemento de estudo na sociologia brasileira, tal termo quando ligado a ente político e ao mesmo tempo religioso, cause desconforto em reconhecer e anunciar publicamente, é inegável

reconhecer que há um projeto de poder vista à FPE, fato esse mais evidente após o ano de 2018, eis que com o apoio massivo da FPE e de várias igrejas evangélica que dão suporte, conseguiram dar ao candidato a presidente Jair Messias Bolsonaro a vitória no pleito daquele ano, sendo que na mesma ocasião conseguiram “surfear” nas duas “ondas” daquela eleição, o “bolsonarismo” e o “antipetismo”. Nesse ano a FPE viu seu número de candidatos crescer até o patamar de 203.

Sobre o crescimento exponencial da FPE referido acima, Monteiro (2019, 99) afirma que:

As eleições à presidência da República de 2018 também atestam a expansão da influência evangélica visto que dos treze candidatos, três são filiados a denominações evangélicas ou apresentam congruência de interesse com as mesmas, sendo dois deles oriundos da Frente Parlamentar Evangélica (Monteiro, 2019, 99).

Segundo ainda Monteiro (2019), as eleições demonstraram que a atuação da FPE não mais se alinha a mandatos parlamentares e aprimoramentos da legislação federal, ao contrário, buscam interesse nos cobiçados cargos de comando do Executivo. O mencionado autor cita como exemplos do acima citado, a eleição do então Senador Marcelo Crivella à Prefeitura do Rio de Janeiro, e dos Deputados Federais Odelmo Leão e Fabrício Oliveira, eleitos para o executivo de Uberlândia (MG) e Balneário Camboriú (SC), respectivamente.

Contudo, em que pese o projeto de poder da Frente Parlamentar Evangélica seja um assunto não muito divulgado por seus membros, os líderes das igrejas de onde se originam os membros da FPE não escondem esse objetivo. Fica claro o projeto de poder formulado pelo Líder da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) que elaborou um plano político, o qual é explicitado no livro “O plano de poder: Deus, os cristãos e a política”, em que Edir Macedo discorre sobre a importância de haver evangélicos na política. Nesse livro, Edir Macedo diz textualmente:

Tudo é uma questão de engajamento, consenso e mobilização dos evangélicos. Nunca, em nenhum tempo na história do evangelho no Brasil, foi tão oportuno como agora chamá-lo de forma incisiva a participar da política nacional. E, mais ainda, consolidar o grande projeto de nação pretendido por Deus. Imagina-se que todos os que dizem preferir essa fé se engajaram nesse ideal divino (Macedo, 2008, p. 104).

Ao comentar sobre a obra acima, Monteiro (2019) faz os seguintes apontamentos:

E toda obra é dedicada a conclamar os evangélicos a despertar ao toque da alvorada, superar a tendência nociva da inércia que seria oriunda de uma má interpretação sobre o uso da fé e do seu verdadeiro significado, de forma a que a potencialidade numérica dos evangélicos como eleitores possa decidir qualquer pleito eletivo, colaborando para a desenvoltura de uma boa política nacional e, sobretudo, com o projeto de nação idealizado por Deus (Monteiro, 2019, p. 103).

Coadunando o posicionamento de Monteiro e também de Macedo, verifica-se a potencialidade numérica dos evangélicos como eleitores pode decidir qualquer pleito eletivo, tanto no Legislativo quanto no Executivo, em qualquer que seja o escalão, municipal, estadual ou federal. Mas essa potencialidade dependente da cultura cívica, conscientização, engajamento e mobilização. Essa é a fórmula da participação determinante (Macedo, 2008). Edir Macedo, explicando ainda seu projeto de poder, defende que:

Os cristãos não devem apenas discutir, mas principalmente procurar participar de modo a colaborar para a desenvoltura de uma boa política nacional, e, sobretudo, com o projeto de nação idealizado por Deus para o Seu Povo (Macedo; Oliveira, 2008, p. 25).

Com o fim de corroborar a ideia acima, Edir Macedo faz uso da história bíblica dos antigos hebreus quando estes se encontravam no antigo Egito, e que na condição de escravizados, não possuíam representatividade junto ao governo egípcio de então, fato esse que não deveria se repetir com os cristãos: “Os hebreus, quando estavam no Egito, quando estavam no Egito, sentiram literalmente na pele o significado de não estarem sendo representados no poder, ou de não ter alguém junto a eles” (Macedo, 2008).

Por fim, no aspecto da necessidade de ingressar na política, Edir Macedo ainda utilizando o exemplo, ou mal exemplo, do antigo povo hebreu da Bíblia, afirma que estes não traziam em sua formação a consciência política, sendo que coube a Deus tal tarefa, vejamos:

Observa-se claramente que os hebreus não traziam consigo uma cultura de estadismo e espírito público. O que Deus considerou foi que, se eles entrassem na terra que Deus considerou foi que, se eles entrassem na terra prometida com aquela mentalidade, iriam certamente transformá-la em Gózem, ou seja, eles teriam saído de dentro de Gózem, mas Gózem teria permanecido dentro deles (Macedo; Oliveira, 2008, p. 91).

Portanto, a Frente Parlamentar Evangélica se alicerça exatamente nos pilares acima, defendendo seus principais interesses, bem como a manutenção de seus privilégios, em especial a isenção tributária e concessões de TVs e rádios e o avanço de pautas conservadoras, que para um evangélico mais conservador faz todo o sentido.

Ademais, Moura (2019) relata uma interessante “profecia” feita pelo então Senador Marcelo Crivella no ano de 2016, que encontra-se gravada em vídeo, a qual é chamada de “profecia de Marcelo Crivella”, sendo que em uma pregação o Bispo e ex-Senador diz textualmente que os evangélicos ainda irão eleger um Presidente da República<sup>27</sup>. A “profecia” era a seguinte, conforme matéria do jornal O Globo:

Eu não sei se será na nossa geração, quando será, mas os evangélicos ainda vão eleger um presidente da República, que vai trabalhar por nós e nossas igrejas. E nós vamos cumprir a missão que há 2 mil anos é o maior desafio da igreja, de levar o Evangelho a todas as nações da Terra.

Outro dado interessante foi o lançamento, por parte da Assembleia de Deus, outra grande igreja evangélica que detém a maioria dos parlamentares da FPE, ainda no ano de 2002, de um programa de ações políticas para ampliação da participação e influência na política brasileira. Sobre esse assunto Lago (2018) afirma o seguinte:

Desse modo, concomitante ao crescimento numérico e à penetração nos espaços públicos, os grupos evangélicos também passaram a se articular de modo mais organizado nos pleitos eleitorais. O projeto político Cidadania AD Brasil, da Conversão Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), de 2002, por exemplo, postulou três objetivos, tendo em vista as eleições daquele ano: permitir que as Assembleias de Deus tenham voz política para influir nas decisões tomadas nas casas legislativas e pelos os que governam o país; eleger candidatos comprometidos com a fé cristã e que sejam instrumentos de ação das Assembleias de Deus junto aos poderes constituídos; e lutar para que os imutáveis princípios da Palavra de Deus sejam o referencial dos que governam e daqueles que fazem as leis, “para que a justiça caminhe ao lado do progresso e não haja lugar para a corrupção em nosso país” (Lago, 2018, p. 39).

No projeto acima elenca uma série de obrigações que o candidato apoiado pelas Assembleias de Deus deve seguir, as quais são as seguintes:

---

<sup>27</sup> <https://oglobo.globo.com/politica/presidente-evangelico-trabalhara-por-igrejas-diz-crivella-em-video-20329782>

Os candidatos ao exercício de cargo político apoiado pelas Assembleias de Deus assumirá perante a Convenção Geral e, por conseguinte, perante as igrejas o compromisso: a) Ter os princípios contidos na Bíblia Sagrada como orientadores permanentes de todas as suas atividades; b) Observar rigorosamente as normas contidas no Termo de Compromisso que assegura ao candidato prioridade no apoio da igreja; c) Optar por partido político que, através de seus diretórios ou convenções, solicitar o apoio do órgão competente da CGADB. e) Exercer o mandato com o reconhecimento de que “todo poder emana do povo” e de que, por isso, todo empenho deve ser no sentido de servir e não ser servido; f) Defender o nosso país e o seu povo, sempre que interesses opostos se levantarem contra nós, no parlamento, na administração e em qualquer segmento da sociedade; g) Lutar intransigentemente pela moralização do país, posicionando-se contra os agentes da deterioração dos costumes; h) Lutar contra a corrupção na administração pública em todos os setores; i) Integrar a bancada evangélica, se possível, sem perder de vista a autenticidade de que deve ela revestir-se; j) Combater a injusta concentração de rendas nas mãos do pequeno grupo privilegiado que fez do Brasil um dos mais censurados países do mundo; k) Combater a prática do aborto e da pena de morte, uma vez que a vida pertence apenas aquele que a criou, bem como matérias que venham a ser decididas pela Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil em assuntos que contrariem os princípios doutrinários; l) Combater tudo o que favoreça o homossexualismo, sem discriminar com crueldade as criaturas que o praticam, porquanto merecem a oportunidade que Deus dá a todos de regeneração; m) Apresentar relatório de suas atividades parlamentares e políticas em datas e locais estabelecidos pela Mesa da CGADB, no caso de mandato federal( Senador, Deputado), e pela Convenção Regional, se for o caso (Deputado Estadual, Vereador, Prefeito e Vice-Prefeito) (Projeto Político da CGADB, 2002).

Conforme demonstrado até aqui, os integrantes da Frente Parlamentar Evangélica, desde o seu nascimento e durante todas as legislaturas, sempre buscaram construir uma sólida organização política, uma agenda muito clara, visando uma evidente concentração de poder. Atualmente a FPE continua liderada por representantes de igrejas pentecostais, no caso as Assembleias de Deus, até 2021 o Deputado Silas Câmara, que é pastor e atualmente o Deputado Sóstenes Cavalcanti, que também é pastor. O fato da liderança da Frente Parlamentar Evangélica ser liderada por um Pastor, enfatiza a ideia dessa frente parlamentar ser composta por “homens, escolhidos por Deus”.

Menezes Junior (2020) ao comentar sobre a liderança da Frente, tece o significativo comentário:

As lideranças evangélicas na 56ª Legislatura (2019-2022) contavam com um grupo de 15 pessoas da Igreja Assembleia de Deus. Escalonando, o número atual de parlamentares evangélicos citado é resultado de um mapa ascendente, que prova a eleição de políticos devocionais e congregacionais, de um projeto de poder, que não se resume apenas em ações no congresso, mas que começa nos templos, com a politização dos

fiéis, com a fé no voto (Menezes Júnior, 2020, 101).

Ademais da evidente agenda de poder suscitada por Menezes Júnior (2020), este cita que a Frente Parlamentar Evangélica possui ligação direta com nada mais do que 15 (quinze) outras Frentes Parlamentares, inclusive havendo membros de outras frentes parlamentares que integram a FPE. Menezes Junior (2020) cita as seguintes frentes parlamentares que absorvem os membros da FPE:

Frente Parlamentar da Segurança Pública; Frente Parlamentar em Defesa da Liberdade Religiosa e da Cultura de Paz; Frente Parlamentar em Defesa da Radiodifusão; Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família; Frente Parlamentar em Defesa do Patrimônio Histórico Nacional; Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Mulher; Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana; Frente Parlamentar Mista contra o Aborto e em Defesa da Vida; Frente Parlamentar Mista da Redução da Maioridade Penal; Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção; Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente; Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura e do Desenvolvimento Social; Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos com Participação Popular; Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Humanos e pela Justiça Social; Frente Parlamentar Mista Internacional Humanitária pela Paz Mundial (FREMHPAZ) (Menezes Júnior, 2020, p. 98).

Uma prova da aliança e de expansão de poder e influência da FPE entre as demais Frentes parlamentares foi a proposição do Projeto de Lei – PL n. 5487/2016<sup>28</sup> apresentado pelo Deputado Professor Victório Galli (PSC-MT), que tinha a seguinte ementa: “Institui a proibição de orientação e distribuição de livros às escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que verse sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes” (Brasil, 2016).

Segundo Menezes Júnior (2020), a FPE, com relação ao PL acima referido, criou um verdadeiro *lobby*<sup>29</sup> religioso em conjunto com outras frentes parlamentares, inclusive, a Frente Parlamentar Católica, que demonstra sua atual influência e abrangência no congresso:

Nesse PL a FPE teve o apoio direto da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família; Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana,

---

<sup>28</sup> Tal projeto encontra disponível para pesquisa no seguinte endereço: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2087086>

<sup>29</sup> Segundo o Dicionário online Michaelis: Atividade de pressão por parte de um grupo organizado, a fim de exercer influência no voto de parlamentares, conforme determinados interesses; lobismo: Dizem que há um lobby forte contra a aprovação no Congresso de um projeto de lei que prevê cotas para o ingresso na Força Aérea Brasileira de pessoas deficientes. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/lobby/>

Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente (Menezes Júnior, 2020, p. 98).

Conforme Freston (1993), os evangélicos fizeram uma escolha estratégica quando decidiram participar da política, sendo que na atual legislatura, os assim chamados “políticos de Cristo” possuem uma agenda política de poder muito clara, estando atualmente estrategicamente posicionados no centro do poder político brasileiro. Não é exagero dizer a FPE resulta de ações religiosas organizadas por diversas organizações evangélicas, entre as quais se destacam grupos parlamentares oriundos de mais diversas matizes teológicas protestantes.

Para Leite (2018), o fortalecimento da FPE não foi um processo linear, isso em razão da diversidade das igrejas pentecostais e neopentecostais, também se reflete em suas diferentes atuações no processo eleitoral, bem como em suas próprias posições e argumentos políticos. Isso se reflete em membros do parlamento de igrejas protestantes históricas. Vejamos:

O fortalecimento da Bancada não foi um processo linear, uma vez que a diversidade de Igrejas pentecostais se reflete em atuações distintas no processo eleitoral e nos próprios posicionamentos e discussões políticas. A diversidade de denominações e de partidos revela que a Bancada Evangélica não é um bloco homogêneo, ela incorpora, inclusive, parlamentares das igrejas ligadas ao protestantismo histórico, especialmente a Batista, com candidaturas independentes. Além disso, determinados parlamentares são evangélicos, mas não possuem trajetória política vinculada à igreja ou ao exercício da fé, o que significa que supostamente separariam a fé e a esfera privada, da política e esfera pública, respectivamente. Ao mesmo tempo, Dantas (2011:66) sinaliza que esta seria “uma distinção contraditória porque eles tomam, sim, algumas crenças e valores como referência para orientar suas práticas parlamentares e votações como quando se discute aborto e homofobia, por exemplo” (Leite, 2018, p. 138).

No ano de 2019, a Frente Parlamentar Evangélica realizou a Conferência Nacional da Frente Parlamentar Evangélica, cujo temática foi “os desafios para a construção do novo Brasil numa perspectiva Cristã”, tendo, por exemplo, painéis como “o papel da Igreja no futuro da educação no Brasil” e “o Poder Judiciário na perspectiva da cidadania Cristã”. Tal evento demonstra o sempre presente interesse da FPE em pautas que envolvam educação, liberdade religiosa, cidadania e poderes.

Não é nenhuma coincidência que findas as eleições de 2022, verificou-se que a FPE será reforçada por campeões de votos e pelo aumento do poder das grandes igrejas do segmento no Congresso Nacional, ganhando evidência na defesa da pauta de costumes. Em levantamento feito no site da Câmara Federal, este mostra que dos 203 integrantes da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara, 177 foram candidatos a novo mandato neste ano de 2022. Deste total, 109 tiveram sucesso, uma taxa superior a 60%<sup>30</sup>.

Desse modo, a partir do decidido nas eleições de 2022, com relação à Frente Parlamentar Evangélica continuará influente no cenário político brasileiro, o que nos dá suporte para concluir que a Assembleia de Deus permanecerá como a maior parte dos integrantes da Frente Parlamentar Evangélica, além do que integrantes identificados com o espectro político da esquerda continuarão como minoria.

---

<sup>30</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010>

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, no contexto brasileiro, o discurso religioso tornou-se mais proeminente e influente na esfera pública, e os parlamentares evangélicos buscam cada vez mais participação direta nas decisões políticas.

Deste modo, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) deve ser encarada como um fruto da democracia que, por conta de sua natureza, permite a diversidade política, assim como a participação de uma parcela da população evangélica nas deliberações do poder político. As ações políticas da FPE, projetos apresentados, atuações nas diversas comissões em que possuem voz, assim como em audiências públicas, tudo contribuiu para que a FPE se organizasse política e estrategicamente, em uma clara agenda para alcançar os objetivos de seu projeto de poder.

O presente trabalho, alicerçado na literatura especializada, apontou como a gênese da FPE a bancada evangélica eleita no ano de 1987 para a Constituinte. A partir daí o que era mera bancada passou a ser um ator importante na política partidária brasileira, ao passo em que a participação de seus integrantes em momentos cruciais do país se faz notar, principalmente, quando envolve a defesa de valores conservadores.

Fez-se notar o crescimento paulatino da influência da agenda de religiosos evangélicos desde o retorno da democracia ao Brasil, crescendo de forma acentuada ainda na década de 1990, conseguindo formar a FPE em 2003 e sua consolidação em 2016 em meio ao *Impeachment* de Dilma Rousseff. Os dados aqui levantados não deixam de apontar uma tendência de aumento de poder do cristianismo evangélico no campo político nos próximos anos.

O movimento de constituição e fortalecimento formal e material da Frente Parlamentar Evangélica se consolidou ao longo de uma década e desde seu início adotou como estratégia ser composta por parlamentares de diversos partidos políticos e de diferentes matizes evangélicas, aceitando também, sempre se envolvendo diretamente em pautas que envolvam costume, moral e temas abrangendo a vida. Ficou patente a força política evangélica pela presença significativa de representantes evangélicos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, bem como os políticos evangélicos fazendo parte de legislativos e executivos espalhados por Estados e Municípios do Brasil, inclusive, apoiando um candidato à Presidência, embora não evangélico, e fazendo ecoar pelo Brasil os

valores cristãos e em consenso com o discurso conservador, moralista e fundamentalista religioso.

Com relação à identidade religiosa da Frente Parlamentar Evangélica, embora esta seja composta por parlamentares de diversas denominações evangélicas, o que apontou para uma heterogeneidade de visões teológicas, que vão desde as tradicionais do protestantismo (Igreja Batista, Presbiteriana, Metodista e Luterana), até as denominações pentecostais (Assembleia de Deus) e neopentecostais (IURD, Sara Nossa Terra, Maranata, Internacional da Graça de Deus, dentre outras), verificou-se que as duas vertentes teológicas que se sobressaem às demais em número de membros da FPE são: o pentecostalismo e o neopentecostalismo.

Embora haja a diversidade apontada dentro da Frente Parlamentar Evangélica, existem algumas características teológicas e valores religiosos compartilhados pelos membros dessa frente, tais como fazer parte do Protestantismo Evangélico, crer na Bíblia como autoridade final em questões de fé, doutrina e ética, crer em Jesus Cristo como Salvador, enfatizar na conversão, adotar um conservadorismo moral e social, sendo que nesse quesito se fez notório que a maioria dos membros da FPE adota uma postura conservadora em questões morais e sociais, como oposição ao aborto, ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e à legalização de drogas, entre outros assuntos,

No espectro político, uma vez que os membros da FPE são provenientes de diferentes partidos, o que reflete a diversidade ideológica presente entre os evangélicos, isso se reflete nos posicionamentos diversos em temas que não estejam diretamente relacionados às questões de interesse evangélico, sendo importante enfatizar que a frente não possui uma única identidade política. Dentro da FPE, existem diferentes visões políticas, abrangendo desde parlamentares com posições mais conservadoras e alinhados com pautas de direita, até aqueles com perspectivas mais progressistas e ligados a partidos de esquerda.

A identidade política da FPE é moldada principalmente pelas pautas e temas que são considerados relevantes para a comunidade evangélica. Isso pode incluir questões relacionadas à moralidade, à ética, à família, aos direitos humanos, à liberdade religiosa, entre outros assuntos que são considerados de importância para os evangélicos. Portanto, embora seja possível identificar uma inclinação geralmente conservadora dentro da FPE, é importante reconhecer que há diversidade política

dentro do grupo, com parlamentares representando diferentes partidos e perspectivas políticas.

Notou-se a capacidade de organização dos diversos grupos que atuam dentro da arena política brasileira e que formam a Frente Parlamentar. Fato relevante, a FPE possui característica suprapartidária, ou seja, é formada por membros de diferentes partidos que não estão sujeitos aos interesses e nem à ideologia de um determinado partido. A FPE possui membros de uma ampla variedade de denominações evangélicas, incluindo alguns católicos, do protestantismo histórico; contudo, a maioria dos membros são do ramo pentecostais e neopentecostais.

Durante os 32 anos da Bancada Evangélica e os dezesseis anos da FPE, vários projetos foram apresentados ou alvos da ação desta no Congresso Nacional, utilizando diversas manobras, ora para dar impulso, ora para frear sua tramitação, tudo com o objetivo de que os interesses do cristianismo evangélico conservador fossem mantidos, fazendo com que religiosidade, inexoravelmente, adentrasse no espaço público. Não foi surpresa alguma constatar que a grande parte das pautas defendidas pela Frente Parlamentar Evangélica foram aquelas com temática conservadora, em defesa da família tradicional, contra o aborto, de forma radical, contra os direitos LGBTQI+, essencialmente. Ademais, vimos que para sacudir a massa evangélica os políticos e lideranças evangélicas fazem uso de teologias importadas dos Estados Unidos, tais como a Teologia da Prosperidade, a Teologia do Domínio e a Guerra Espiritual, todas estas com uma visão nítida em influenciar a política.

Verificamos sobre a Frente Parlamentar Evangélica que em determinadas ocasiões esta se une a outras Frentes Parlamentares, inclusive, religiosas como a Frente Parlamentar Católica. Ademais, sua composição, reproduz as desigualdades de gênero que são observadas na Câmara, contudo, a representação feminina na FPE é sensivelmente maior em relação à própria Câmara. Outro fator observado na Frente Parlamentar Evangélica é que ela é formada pela quase totalidade dos partidos políticos com representação no Congresso Nacional, fato este constante desde sua fundação, em que pese, atualmente, uma grande parte dos seus membros se identifique com o espectro político da direita. É dizer, em que pese não podermos afirmar que a FPE seja essencialmente conservadora, haja vista seu pluralismo em que conta com parlamentares do PT e PDT, por exemplo, sua agenda majoritária é voltada para o conservadorismo, o que atualmente faz com que uma

grande parte de seus membros integrem a base de sustentação do governo Bolsonaro, que ora se finda.

Embora os componentes da Frente Parlamentar Evangélica sejam oriundos do pejorativamente chamado “Centrão”, quando se fala de êxito no campo legislativo, os dados mostrados no presente trabalho mostram que a FPE, como frente propriamente dita, é menos efetiva do que as Casas legislativas, em geral, com exceção de temas relacionados a “política, partidos e eleições”. Um fator importante a ser lembrado, quando tratarmos de êxito ou sucesso legislativo, é importante salientar que o êxito parlamentar aqui mencionada (aprovação de projetos), no geral é baixa em razão do óbvio volume de projetos, assim como o protagonismo da agenda do presidente da República.

A Frente Evangélica do Congresso Nacional tem evidente e relevante peso no processo legislativo realizado no Congresso Nacional, por seu tamanho e composição, sendo notado que seu trabalho legislativo se mostra muito mais favorável à posição do governo no Congresso do que a comunidade evangélica em geral. Ou seja, a FPE não capitaneia projetos que ajudem proporcionar eventuais progresso legislativo em questões que interessam os evangélicos, sendo que quando isso ocorre aparenta ser resultado da preferência da Câmara em geral, e não dos esforços e ações da Frente Parlamentar.

Também ficou patente o envolvimento da FPE com questões religiosas, se preocupando principalmente com a liberdade religiosa e busca promover leis e políticas que protejam os direitos das comunidades religiosas, incluindo a isenção fiscal para instituições religiosas e a defesa do ensino religioso nas escolas públicas, bem como na defesa dos valores da família, enfatizando a importância da família tradicional e defender políticas e leis que protejam essa instituição.

Assim, este trabalho indicou uma linha histórica de origem, formação, expansão e influência da Frente Parlamentar Evangélica brasileira no cenário político nacional, bem como suas implicações no campo social, evidenciando sua organização, missão, estratégias, influência e atuação em projetos legislativos que lhe interessam, assim como elementos teológicos que a une em meio a uma heterogeneidade teológica e política, já evidenciada ao longo deste trabalho. Também este trabalho apontou o que pode ser o rumo que a Frente Parlamentar Evangélica está se direcionando no campo teológico: ser uma Frente Parlamentar

essencialmente pentecostal e neopentecostal, haja vista o crescimento destas duas correntes evangélicas já evidente em sua atual formação.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Revista Dados*, v. 31, n. 1, p. 5-32, 1988.
- ALEXANDRE, Ricardo. *E a verdade vos libertará: reflexões sobre política, religião e bolsonarismo*. São Paulo: Mundo Cristão, 2020.
- ALVES, Jed, CAVENGHI, S. Barros. *A transição religiosa brasileira e o processo de difusão das filiações evangélicas no Rio de Janeiro*. PUC/MG, Belo Horizonte, Revista Horizonte – Dossiê: Religião e Demografia, v. 12, n. 36, out./dez. 2014, pp. 1055-1085.
- AQUINO, Rodrigo. Igreja em Cédulas: a teologia da prosperidade em poucas palavras. BTBooks: Joinville, 2015.
- ARAÚJO, Suely M. V. G. ; TESTA, Graziella G.; SILVA, Rafael S. Fugido do líder e caindo na rede: caminhos alternativos das demandas sociais no Congresso Nacional. In: VIII Congresso Latinoamericano de Ciência Política, 2015, Lima. VIII Congresso Latinoamericano de Ciência Política, 2015
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.
- BARRETO, Stenio de Freitas. *Direito, religião, liberdade religiosa e comportamento parlamentar*. Evolução na história até a atual influência das bancadas religiosas. Clube dos Autores, 2015.
- BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/Izabela Hendrix, 2009.
- BÍBLIA ANOTADA. Charles C. Ryrie. Ed. rev e ampliada. São Paulo, Mundo Cristão, Sociedade Bíblica do Brasil, 2007.
- BOHN, Simone R. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opin. Publica* [online]. 2004, v.10, n. 2, p. 288-338, 2004. ISSN 0104-6276.
- BONFIM, Luiz Almeida do. *A Participação dos Evangélicos na Constituinte de 1988*. 1991. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa da Universidade de Brasília, 1991.
- BORGES, Tiago Daher Padovez. *Representação Partidária e a Presença dos Evangélicos na Política Brasileira*. 2007. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007
- BORGES, Tiago Daher Padovezi. Identidade política evangélica e os deputados estaduais brasileiros. *Revista Perspectivas*, São Paulo, v. 35, p. 149-171, jan./jun. 2009 .

BRASIL. *Constituição Federal* [(1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2012.

BRASIL, Câmara dos Deputados. *Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional*. Disponível em:

<http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp? Id=53658> Acesso em 01 abr. 2023..

BRASIL. *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/RICD%20atualizado%20ate%20RCD%2017-2016.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2023.

BRASIL. Sessão 195.3.54.O – Discursos e Notas Taquigráficas. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3enuSessao=195.3.54.OenuQuarto=11enuOrador=2enuInsercao=0edtHorarioQuarto=14:30esgFaseSessao=PE%20%20%20%20%20%20%20%20%20eData=04/07/2013etxApelido=BENEDITA%20DA%20SILVAetxEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>.

Acesso em: 01 abr. 2023.

BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria das Dores (org.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Editora Massangana, 2006.

CAMPELO, Rodrigo Ferreira. *Memória, efeitos-sentido e Frente Parlamentar Evangélica: envolvimento com a corrupção e funcionamento na admissibilidade do processo impeachment de Dilma Rousseff*. Vitória da Conquista, 2018.

CAMPOS, Leonildo Silveira. *De Políticos de Cristo - uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil*. In: BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria das Dores (org.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Editora Massangana. 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHOMSKY, Noam. *Mídia: propaganda política e manipulação*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

COSTA, T. D. L. *A posição de sujeito réu no acontecimento discursivo do Impeachment de Dilma Rousseff*. 2018. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018.

COSTA, Diarlisson Lucas da. *Religião e participação política: a mobilização dos evangélicos na política brasileira*. In: CAVALCANTE, Francisca Verônica; CARVALHO, Maria do Amparo Alves de; LUZ, Lila Cristina Xavier (org.). *Religiosidades e experiências espirituais na contemporaneidade*. Teresina: EDUFPI, 2018.

CUNHA, Magali; REIS, Livia. *Por que os textos da Plataforma Religião e Poder falam de “identidade religiosa”?* Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/por-que-os-textos-da-plataforma-religiao-e-poder-falam-de-identidade-religiosa/>. Acesso em: 01 abr. 2023.

DIAP. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. *Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019*. Brasília: DIAP, 2014.

DIP, Andrea. *Em nome de quem?: a bancada evangélica e seu projeto de poder*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. *Religião e Política: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal*. 2011. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

DUARTE, Tatiane dos Santos. *A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá: a participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro*. 2011. 229 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/9803>. Acesso em: 02 mar. 2023.

DUARTE, Tatiane dos Santos. *A Participação da Frente Parlamentar Evangélica no Legislativo Brasileiro: ação política e (in)vocação Religiosa*. *Revista Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, v. 14, n. 17, p. 53-76, 2012. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/csr/article/view/12731>. Acesso em: 01 abr. 2023.

ENLOW, Johnny. *O renascimento dos sete montes: visão e estratégia até o ano de 2050*. Brasília: Chara editora, 2018.

ENNS, Paulo. *Compendio Portavoz de teologia*. Editorial Portavoz, filial de Kregel Publications, Grand Rapids, Michiga, 2010.

FARIAS, Francisco. *Do Coronelismo ao Clientelismo: práticas eleitorais no Piauí, Brasil*. Teresina: EDUFPI, 2020.

FERREIRA, Rodrigo Campelo. *Memória, efeitos-sentido e Frente Parlamentar Evangélica: envolvimento com a corrupção e funcionamento na admissibilidade do processo impeachment de Dilma Rousseff*. Vitória da Conquista, 2018.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Mudança constitucional, Desempenho do Legislativo e consolidação institucional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 29, p. 175-200, 1995.

FONSECA, Alexandre B. C. da. *Secularização, Pluralismo Religioso e Democracia no Brasil: Um estudo sobre evangélicos na política nos anos 90*. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

FPE. Frente Parlamentar Evangélica. *Manifesto à Nação*. Publicado em 24/10/2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/546684-frente-evangelica-lanca-manifesto-com-propostas-para-gestao-do-brasil/>. Acesso em: 01 abr. 2023.

FRESTON, Paul. As Igrejas Protestantes nas Eleições Gerais Brasileiras de 1994. *Religião e Sociedade*, v. 17, n. 1-2, p. 160-188.

FRESTON, Paul. *Breve histórico do pentecostalismo brasileiro*. In: ANTONIAZZI, A. et al. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 67-159.

FRESTON, Paul. *Evangélicos na política Brasileira: história ambígua e desafio ético*. Universidade do Texas: Enconção Editora, 1994.

FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. 1993. 308 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

FRESTON, Paul. *Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política*. Viçosa, MG: Ultimato, 2006.

GONÇALVES, Maísa Coimbra. *Influência da Frente Parlamentar Evangélica nos debates do Congresso Nacional*. Orientador Rafael Silveira. Brasília, UNB, 2016.

GONÇALVES, Rafael Bruno. *Bancada Evangélica?: uma análise do discurso parlamentar evangélico durante a 52ª Legislatura da Câmara Federal*. 2011. Dissertação (Mestrado em ??) – Programa de Pós-Graduação da Universidade, Pelotas, 2011.

GERSHON, Debora. *Atuação da frente parlamentar evangélica na Câmara dos Deputados*. Observatório do Legislativo Brasileiro. Disponível em: <https://olb.org.br/atuuacao-da-frente-parlamentar-evangelica-na-camara-dos-deputados/> Acesso em 04/02/2023.

GUADALUPE, José Luis Pérez. Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana. In: GUADALUPE; CARRANZA (org.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 17-109.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010 – características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Brasília: IBGE, 2012.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DPeA, 2006.

HANEGRAAF, Hank. *Cristianismo em crise*. Rio de Janeiro: CPAD. 1996

JACKS, Nilda. *Identidade, Discurso e Representação: elementos e fragmentos*. In: SAID, Gustavo; XAVIER, Monalisa (org.). *Comunicação, Identidade e Subjetividade*. Teresina: Editora e Livraria Nova Aliança, 2017. p. 27-36.

LACERDA, Fábio; BRASILIENSE, José Mario. Brasil: la Incursión de los Pentecostales en el Poder Legislativo Brasileño. In: GUADALUPE, José Luiz Peres, GRUNDBERGER, Sebastian. *Evangélicos y Poder en América Latina*. 2. ed. Lima, 2019. p. 222-259.

LAGO, Davi. *Brasil polifônico: Os evangélicos e as estruturas de poder*. São Paulo: Mundo Cristão, 2018.

LASMAR, Monia Medeiros. A Influência da religião na política brasileira: da colonização indígena pelos jesuítas à bancada evangélica do congresso nacional. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2019.

LACERDA, Fábio; BRASILIENSE, Mario. Brasil: la Incursión de los Pentecostales en el Poder Legislativo Brasileño. In: GUADALUPE, José Luiz Perez; GRUNDBERGER, Sebastian. *Evangélicos y Poder en América Latina*. 1. ed. Octubre, 2018.

LAVALLLE, Adrián; HOUTZAGER, Peter; CASTELLO, Graziella. Democracia, Pluralização da Representação e Sociedade Civil. *Lua Nova: O futuro da Representação*, n. 67, 2006.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEITE, Luiza Chuva Ferrari. *O plano de poder da Igreja Universal do Reino de Deus: Estratégias territoriais da expansão neopentecostal no Brasil*. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal da Bahia, 2019.

LOPES, Noemi Araújo. *A frente parlamentar evangélica e sua atuação na Câmara dos Deputados*. 2013. Dissertação de Mestrado. UNB. Brasília, 2013.

LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.

MACEDO, Edir; OLIVEIRA, Carlos. *Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

MARIANO, Ricardo. *Laicidade à brasileira. Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública*. *Revista Civitas*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, mai./ago. 2011.

MARIANO, Ricardo. *Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil*. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dívida*. Lisboa: Editora Edições 70, 2001.

MENEZES JÚNIOR, Eumar Evangelista. *Religião e política: a frente parlamentar evangélica no legislativo brasileiro e as eleições de 2018*. 2020. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2020.

MONTEIRO, Dáfini. *A influência da bancada evangélica no ordenamento jurídico brasileiro: do processo legislativo ao projeto de poder religioso*. Rio de Janeiro: LumenJuris, 2019.

MOURA, Priscila Carla Santana E. *A atuação da religião na política brasileira contemporânea: Uma análise crítica dos projetos legislativos da bancada evangélica no Congresso Nacional*. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/20244/3/AtuacaoReligiaoPolitica.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2023.

NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

ORO, Ari Pedro. Organização eclesial e eficácia política: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus. *Civitas*, Porto Alegre, v. 03, n. 01, p. 97-109, 2003a.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 53-69, 2003.

PASSOS, João Décio. *Pentecostais: origens e começo*. São Paulo: Paulinas, 2005.

PATEMAN, Carole. *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PENNINGS, Paul; KEMAN, Hans; KLEINNIJENHUIS, Jan. *Doing Research in Political Science*. 2. ed. London: Sage, 1999.

PEREIRA, Eliseu. *Teologia do Domínio: uma chave de interpretação da relação atual entre a igreja e política brasileira*. Disponível em: <https://reporterbrasil.com.br/teologia-do-dominio-uma-chave-de-interpretacao-da-relacao-atual-entre-a-igreja-e-politica-brasileira/>. Acesso em: 25 ago. 2023.

PIERUCCI, Antonio Flávio. *Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte*. *Ciências Sociais Hoje*, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, p. 104-32, 1989.

PIERUCCI, Antonio Flávio. *Secularização e declínio do catolicismo*. In: SOUZA, Beatriz Muniz; MARTINO, Mauro Sá (org.). *Sociologia da religião e Mudança Social*. São Paulo: Paulus, 2004.

PITKIN, Hanna Fenichel. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press, 1967.

ROCHA, Antonia Rozimar Machado; SILVA, Francisco Samuel de Sousa; BARRETO, Amanda Alves. *A Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional: Representatividade Política dos Evangélicos?* *INTER-LEGERE*, v. 4, n. 32, 2021: c25787. Disponível em: <file:///C:/Users/POSITIVO/Downloads/editoresinterlegere,+008+RIL+Vol+4,+n+32-2021.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2023.

SANTOS, J. M. de Carvalho. *Código Civil brasileiro interpretado*. Volume 4: direito de família, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.

SERRANO, Rodrigo Fagundes Luz. *Evangélicos no Congresso: uma análise da atuação da frente parlamentar evangélica na Câmara dos Deputados durante a 55ª legislatura (2015-2019)*. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, 2020.

SPYER, Juliano. *O povo de Deus: quem são os evangélicos e porque eles importam*. São Paulo: Geração editorial, 2020.

TERRA, Kenner. *Lula, Bolsonaro e a teoria da guerra espiritual*. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/artigos/lula-bolsonaro-e-a-teoria-da-guerra-espiritual-1022>. Acesso em: 25 ago. 2023.

TREVISAN, Janine Bendorovicz. *Evangélicos pentecostais na política partidária brasileira: de 1989 a 2010*. ANPUH - Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá-PR, v. V, n. 15, jan. 2013.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.